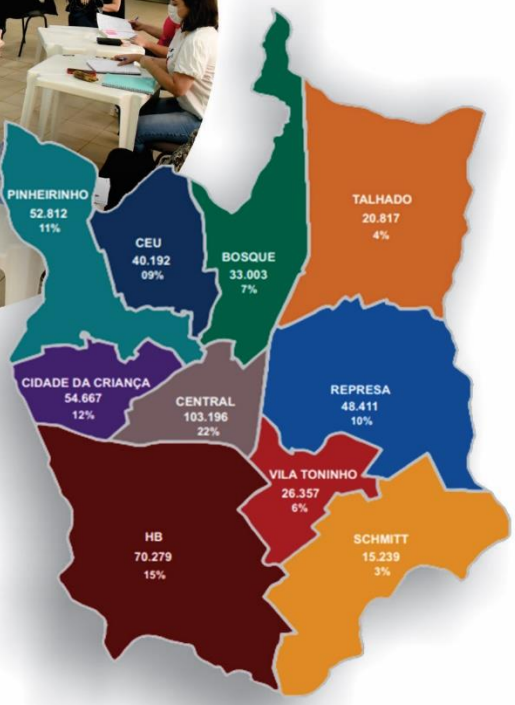
Diagnóstico Socioterritorial

São José do Rio Preto
2021/2022

Região Talhado



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

PREFEITURA MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
ASSISTÊNCIA SOCIAL

Diagnóstico Socioterritorial

EXPEDIENTE

Prefeito │Edinho Araújo
Vice-Prefeito│ Orlando Bolçone
Secretária Municipal de Assistência Social │Helena Marangoni

Secretaria Municipal de Assistência Social

Assessora de Secretária│Carla Ávila dos Santos
Assessora Especial │Eliana Cristina Lechado Guizzi
Assessora│Edimara Carrasco
Coordenadoria de Gestão│Cláudia Jaqueline Bortoloto Franco
Departamento Administrativo e de Execução Orçamentária │Walquíria de Arruda Correa
Departamento de Gestão de Cadastro Único, Benefícios e Transferência de Renda│Renata Correa Leite de Oliveira
Divisão de Gestão Operacional│Danilo Numer de Santana
Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos│Fernanda Paula Magossi Arado
Departamento de Proteção Social Básica│ Fernanda dos Santos
Departamento de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade│Janaina Darli Duarte Simão
Departamento de Gestão do Trabalho do SUAS│Kleber de Mascarenhas Navas
Departamento de Vigilância Socioassistencial │Vanessa Gimenez Ferreira
Coordenação Diagnóstico Socioterritorial: Vanessa Gimenez Ferreira

Equipe de apoio Departamento de Vigilância Socioassistencial: Adriano Marra, Ana Augusta Silva de Oliveira, André Stéfano Balbino Debiagi, Caroline da Silva Vissechi Maia, Cláudia Jaqueline Bortoloto Franco, Geis de Oliveira Benevides, Isabella Caroline Malerba, Liliani Mendonça Rodas, Luana Cristina Candian de Souza, Patrícia Lisboa Ribeiro Bernussi, Rafaela Yepes Moro.

Revisão do Diagnóstico Socioterritorial: Cláudia Jaqueline Bortoloto Franco, Geis de Oliveira Benevides, Márcia Aparecida Gonçalves, Patrícia Lisboa Ribeiro Bernussi e Vanessa Gimenez Ferreira.

Facilitadoras: Caroline da Silva Vissechi Maia, Fabiana Izilda Funiceli Laredondo, Fernanda, Paula Magossi Arado, Geis de Oliveira Benevides, Klymene Moreno de Sousa, Liliani Mendonça Rodas, Lívia Rodrigues Restofe, Luzia Emília Sanchez Ayala, Marcela Camila Garcia Gouveia Menezes, Márcia Santos da Rocha, Marinalva Madela de Brito, Thays Ferreira Gianini Proto.

Estagiária: Isabella Caroline Malerba.

Capa: Bruno Vieira de Carvalho.

SUMÁRIO

Apresentação.....4
Introdução.....5
PARTE I.....7
PARTE II.....80
Região Talhado.....81
PARTE III.....135
Glossário da Assistência Social.....135

APRESENTAÇÃO

São José do Rio Preto/SP, sede da Região Metropolitana do Noroeste Paulista, é uma das melhores cidades do Brasil para se viver. É o que mostram indicadores e estudos diversos, como o divulgado em 2023 pelo Instituto Trata Brasil, colocando o município como o melhor do País no ranking de saneamento básico.

É sempre possível e necessário avançar. A propósito, os novos tempos, advindos do contexto pandêmico, trouxeram desafios sociais, administrativos, políticos e econômicos. Neste sentido, a Política de Assistência Social é imprescindível para a proteção social e defesa dos direitos dos rio-pretenses.

Para cumprir esse papel tão importante, a Assistência Social necessita entender e analisar a conjuntura em que está inserida, sendo que esse processo se dá por meio do Diagnóstico Socioterritorial. Um documento fundamental para a compreensão da realidade vivida pelas famílias da nossa cidade, especialmente as mais vulneráveis, para planejar e propor ações assertivas com as demandas da população.

Esta publicação é fruto de um trabalho coletivo desenvolvido pelas equipes técnicas da Secretaria Municipal de Assistência Social, os usuários, conselheiros de direitos e rede socioassistencial. Cumpre uma das ações do Programa de Metas Gestão 2021/2024 de aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social-SUAS, de São José do Rio Preto, por meio do desenvolvimento de ações integradas entre as políticas públicas, de modo a assegurar atenções às diversidades e heterogeneidade de públicos e territórios.

Um trabalho robusto e pormenorizado, que mostra as nossas Regiões, por meio de dados quantitativos e qualitativos, através do olhar da Assistência Social e dos munícipes atendidos. Com essa ferramenta, nosso governo poderá planejar ações ainda mais inclusivas e preocupadas com a qualidade de vida e bem-estar de todos os rio-pretenses.

Prefeito Edinho Araújo

INTRODUÇÃO

O Primeiro Diagnóstico Socioterritorial de São José do Rio Preto foi construído entre os anos de 2013-2014 e se apresentou como central na consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na cidade. Os dados orientaram a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social, instrumento de planejamento estratégico, que organiza, regula e norteia a execução da Política Municipal de Assistência Social na perspectiva do SUAS.

A atualização do Diagnóstico foi realizada em 2015/2016, numa versão que procurou retratar a realidade do município sob o olhar da política de assistência social, subsidiada pela pesquisa de dados: 1) em fontes secundárias, como o IBGE, Cadastro Único, MDS/SAGI e 2) em fontes primárias, junto aos serviços, percepção da população e dos demais atores sociais, por meio do Mapa Falado, que ocorrera no primeiro Diagnóstico.

O Diagnóstico Socioterritorial 2021/2022 traz a proposta de fazer uma construção participativa, que incluiu as equipes de trabalhadores do SUAS e os usuários dos serviços. O trabalho começou em fevereiro de 2021, com o levantamento e estruturação dos dados. Percorremos as 10 Regiões do município para discussão e qualificação das informações compiladas pelo Departamento de Vigilância Socioassistencial. Contamos com a participação de 10 facilitadores que ficaram responsáveis por fomentar a reflexão e realizar a escrita do documento de forma conjunta com as equipes.

Nas rodas de conversa nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), Centro Pop, Departamentos de Gestão do Trabalho e Vigilância Socioassistencial discutimos os dados de população, Cadastro Único, índice de extrema pobreza, CAGED, renda familiar, violências e violações de direitos de cada uma das 10 Regiões do município.

Foram realizadas 47 rodas de conversas, que permitiram mapear as potencialidades e vulnerabilidades de cada território, com suas marcas, particularidades e necessidades.

Após a discussão dos dados quantitativos e da qualificação dos dados de forma coletiva e participativa com os trabalhadores, iniciamos as coletas de informações com os usuários e com as redes socioassistencial e intersetorial. As equipes tiveram

autonomia para escolher a metodologia a ser utilizada na pesquisa, que está descrita neste documento em 10 capítulos, contemplando as 10 Regiões do município.

Ressaltamos que este é um diagnóstico das equipes e o percurso dialogado permitiu que o diagnóstico fosse interventivo e formativo, visto que propiciou a identificação de demandas que foram discutidas em audiência pública realizada pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em novembro de 2021, com a temática da atuação da rede e a vigilância socioassistencial para o fortalecimento do SUAS.

O Diagnóstico Socioterritorial 2021/2022 tem como diretrizes os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). O documento está organizado em três partes. A parte I (primeira) com informações gerais do município e, em seguida, apresenta-se o Mapa Falado que foi realizado com os Conselhos de direitos: CMAS, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Conselho Municipal do Idoso (CMDI) e Conselho sobre Álcool e outras Drogas (COMAD). Segue, ainda, com apresentação de relatos de casos da alta complexidade, que expressam a necessidade da intersetorialidade para o público de jovens em acolhimento institucional.

Na parte II estão os diagnósticos das 10 Regiões do município.

A parte III é composta de um Glossário publicado em 2021 e traz conceitos que utilizamos na Assistência Social e no trabalho social do município.

Helena Marangoni

Secretária Municipal de Assistência Social

PARTE I

SUMÁRIO

A Assistência Social em São José do Rio Preto.....9
A Política de Assistência Social no Município de São José do Rio Preto.....10
O contexto da Assistência Social no tempo presente.....15
A necessidade de resistir e lutar pela Assistência Social.....19
Os desafios de Rio Preto no campo da Assistência Social.....20
Recursos Humanos da SEMAS.....20
O contexto de pandemia.....23
Panorama da Assistência Social no Município.....24
Território e demografia.....26
Evolução da Rede.....30
População e vulnerabilidade.....35
Território de São José do Rio Preto.....36
Mapa Falado com Conselhos de Direitos.....41
Relatos de casos Alta Complexidade.....49
Referências.....53
Apêndice 1 – Rede Socioassistencial no município.....56

A ASSISTÊNCIA SOCIAL EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Apresentamos nesta seção as marcas históricas da Assistência Social no Brasil e em São José do Rio Preto, documento este que foi elaborado em supervisão realizada pelo assistente social Rodrigo Diniz no primeiro trimestre de 2020. Foram realizadas discussões com os trabalhadores do SUAS, os quais representavam CRAS, CREAS, Centros de Convivência, Centro POP e gestão, portanto, uma construção coletiva que apresenta um resgate histórico e contextualização dos atravessamentos da conjuntura político-econômica e social. O Departamento de Vigilância Socioassistencial atualizou o documento em abril de 2022 e complementou com informações atuais.

Anteriormente à Constituição Federal de 1988, as práticas de assistência eram realizadas por entidades de caridade, principalmente as ligadas à igreja católica, e realizadas por meio de ações filantrópicas e de cunho caritativo.

A partir de 1988, com a Constituição Federal, a Assistência Social passa a compor a seguridade social no tripé com a saúde e previdência social. Em 1993, é regulamentada a Lei 8.742, de 07/12/1993 que trata da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que dispõe sobre os princípios, diretrizes, organização e gestão, prestações e financiamento dos serviços socioassistenciais.

Entre 1996 e 1997 foram realizadas conferências municipais, estaduais e federal de assistência social, respeitando e pautando o controle social. Em 2004 é aprovada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), com vistas à efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado.

Em 2005, a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB SUAS) organiza o modelo de proteção social, e em 2006 a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB RH) estabelece as equipes de referência, atribuições e eixos a serem considerados pela gestão do trabalho e educação permanente.

A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução Nº 109, de 11/11/2009) regulamenta/tipifica os serviços por níveis de complexidade. Em 2011 ocorre a ratificação da LOAS, alinhando-a com a PNAS, o que se concretiza por meio da Lei n°. 12.435 de 06/07/2011, a qual efetiva o SUAS.

Os movimentos sociais fizeram parte da história de lutas e conquistas desta política social, destacam-se:

- Mobilização do Movimento Nacional de Pessoas em Situação de Rua;
- Movimento de Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes;
- Coletivo de Gestores da Política de Assistência Social (COEGEMAS E CONGEMAS);
- Participação de entidades de classe como os Conselhos Federais de Serviço Social (CFESS) e de Psicologia (CFP).

A trajetória da Assistência Social é marcada pela publicação de várias resoluções, manuais e guias para nortear e orientar o trabalho dos municípios. Cabe ressaltar que outras normatizações e marcos legais contribuíram para assegurar o campo da proteção social e defesa de direitos, como as legislações sobre os direitos da criança e adolescente, da pessoa idosa, pessoas com deficiência e combate à violência contra a mulher.

A trajetória da Assistência Social no Brasil, e em São José do Rio Preto, é permeada por lutas, resistências e compromisso de trabalhadores, gestores, conselheiros e usuários.

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Conforme o Plano Municipal de Assistência Social de São José do Rio Preto: Diagnóstico Socioterritorial (2014-2017), a Assistência Social teve seu marco inicial em 13 de novembro de 1964, com a publicação da Lei nº 1.051/1964, por meio da criação do Departamento de Assistência Social, administrado por um Conselho Colegiado (Diretor), composto por 11 membros, representantes de instituições assistenciais do Município, Câmara Municipal e livre indicação do prefeito. A criação desse Departamento de Assistência Social convergia com os conceitos históricos da assistência social, identificada à época como caridade, solidariedade, benemerência aos menos favorecidos e apoio ao próximo, como forma de dominação e controle de segmentos segregados pela conjuntura econômica, e considerados “disfuncionais” perante a sociedade, culpabilizando-se pela própria condição de vida.

Ao mesmo tempo, era instituída a Fundação Rio-pretense de Assistência Social (FRAS) pela Lei Municipal n° 1.071, de 05 de janeiro de 1965, administrada por um Conselho Administrativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. Dentre suas fontes de receita destacavam-se recursos municipais, pois a FRAS integrava o Orçamento Municipal.

Com a Lei Municipal nº 2.104/1977, que alterou a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a Assistência Social passou a integrar a Assessoria de Saúde, Esporte e Bem-Estar. Cabia à Assessoria a execução da Política Municipal de Saúde, Esporte e Promoção Social, em especial as funções relativas ao Pronto Socorro Municipal, as medidas ligadas à melhoria da qualidade de vida da população e administração das funções de promoção e assistência social em qualquer nível dentro do Município, além das atividades esportivas de qualquer natureza promovida ou assistida pelo Poder Público Municipal.

A Lei Municipal nº 3.045, de 07 de junho de 1982, criou a Assessoria do Bem-Estar Social com o objetivo de planejar, coordenar e executar programas de promoção social, vinculando administrativamente a FRAS à sua estrutura e desvinculando as funções de promoção social da Assessoria de Saúde e Esportes. Nesse período foram organizadas as três primeiras Creches Municipais Públicas para crianças de três meses a seis anos de idade, nos bairros Jardim Fuscaldo, Jardim Soraya e São Jorge. O Decreto nº 2.883/1982 constituiu a Assessoria de Bem-Estar Social como: Assessoria do Bem-Estar - Gabinete do Assessor e Departamento de Promoção Social, subdividida em Divisão de Serviços Gerais, Seção de Apoio à Implantação e Dinamização de Recursos Sociais e Fundação Rio-pretense de Assistência Social.

Com a Lei nº 3.162 de 14 de setembro de 1982 a Assessoria de Bem-Estar Social passa a denominar-se Secretaria Municipal de Bem-Estar Social como órgão encarregado de programar, coordenar, executar e supervisionar os serviços de Assistência Social e Promoção Humana do município em qualquer nível, sempre com o objetivo de promover a melhoria da qualidade de vida da população (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 1982).

Atualizada em 17 de janeiro de 1983, pela Lei nº 3.262, também passou a ter a incumbência de coordenar e fiscalizar os trabalhos das entidades que recebiam auxílio da Prefeitura Municipal, com o objetivo de “promover o homem e melhorar suas condições de vida”. Na década de 80, a Administração Municipal, por meio do Projeto

Unidade de Subprojeto/Cidades de Médio Porte (UAS/COM), com recursos do Banco Mundial a fundo perdido, elaborou o diagnóstico da cidade, indicando por região da cidade a necessidade de equipamentos sociais e/ ou serviços de infraestrutura. Neste sentido, mantinha uma equipe de profissionais que constituía quatro gerências: Modernização Administrativa, Infraestrutura Urbana, Infraestrutura Comunitária e Infraestrutura Econômica.

O diagnóstico da cidade e a operacionalização das diretrizes e metas do projeto marcaram a década, pois equipamentos sociais como Creches e Centros Comunitários eram de responsabilidade da Assistência Social. Por volta de 1985, no Governo José Sarney, o foco era a elaboração de planos de desenvolvimento econômico e social. Destacou-se então o Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República, que propunha um desenvolvimento baseado em critérios sociais. Nesse período, instalou-se um complexo processo de mobilizações sociais, debates e articulações, repercutindo em grande pressão social para a elaboração de novas concepções de assistência social, o que culminou na garantia da Assistência Social como política pública com a Constituição Federal de 1988.

Para regular e institucionalizar os avanços alcançados, foi fundamental a aprovação de leis orgânicas, como a LOAS, que introduziu um novo significado à Assistência Social, dando início, enfim, ao processo de regulamentação da Política de Assistência Social no país.

São José do Rio Preto acompanhou todo o percurso de transformação da Assistência Social, da perspectiva da caridade para política pública na ótica dos direitos, com ações para constituição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Lei Municipal n° 4.956, de 15 de maio de 1992) e do Conselho Municipal de Assistência Social (Lei Municipal n° 6.110, de 14 de dezembro de 1995), com intensa articulação com a sociedade civil organizada.

Durante o período de 1982 a 1990, a Secretaria Municipal de Bem-Estar Social ampliava e adequava sua estrutura administrativa para a oferta de serviços com vistas a atender as novas demandas: criação da Casa de Meninos e Meninas em Situação de Rua; programa com famílias; jornada ampliada para crianças e adolescentes; ampliação do número de creches com capacitação de funcionários; formação de equipe multiprofissional com assistente social, psicólogo, terapeuta ocupacional e médico, para acompanhamento e supervisão; celebração de convênios com entidades

de assistência social para a administração das creches e Programa de Desfavelamento transferido à Empresa Municipal de Construções Populares (EMCOP) no início dos anos 90.

Na metade dos anos 90, as ações da Secretaria Municipal do Bem-Estar Social passaram a ser realizadas nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e entidades de assistência social parceiras com a Secretaria com o objetivo de descentralizar o atendimento social e articular esse atendimento com as demais políticas. Foram criadas 15 unidades e distritos de Seguridade Social, buscando integrar os serviços em rede, por segmento e área geográfica.

No final dos anos 90 ocorreu a transição das creches para a Educação, atendendo às novas normativas legais, historicamente um dos campos prioritários de atuação da assistência social.

Em 2002, acompanhando o cenário nacional, a Secretaria Municipal de Bem-Estar Social passa a denominar-se Secretaria Municipal de Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos da Cidadania (SMAS), com mudanças na estrutura e atuação. Foram criados o Departamento de Ação Comunitária e da Família, Departamento da Criança e do Adolescente e Departamento de Geração de Trabalho e Renda, posteriormente alterados para Departamento de Economia Solidária.

A IV Conferência Nacional de Assistência Social, em 2003, deliberou sobre a implantação do SUAS, modelo de gestão definido para todo o território nacional, objetivando consolidar um sistema descentralizado e participativo, conforme já instituído pela LOAS. A Proteção Social passa a ser organizada em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de média e alta complexidade.

Com a aprovação da PNAS, em meados de 2004, a Assistência Social avança como política pública no cenário nacional e o SUAS, por sua vez, veio reforçar e aprimorar a LOAS. No ano de 2004 houve ainda a criação da Casa dos Conselhos buscando fortalecer a atuação dos Conselhos Municipais no processo de controle social. Em dezembro de 2005, em consonância com o SUAS, o Núcleo de Assistência Social Parque da Cidadania foi transformado em CRAS.

De 2005 a 2008 as demandas da Assistência Social eram atendidas em 14 Núcleos de Assistência Social (NAS), distribuídos em áreas com índices de vulnerabilidade social expressivos, desenvolvendo programas para idosos, famílias, adolescentes, entre outros.

A Lei complementar 279, de 10 de março de 2009, cria a Secretaria Municipal do Trabalho e do Emprego, e então a Secretaria de Assistência passa a chamar Secretaria Municipal de Assistência Social e dos Direitos de Cidadania. Por fim, com a Lei complementar 346, de 18 de agosto de 2011, a Secretaria passa a ser Secretaria Municipal de Assistência Social.

De 2008 a 2010 ocorre uma reorganização para 04 CRAS, 09 NAS e 01 CREAS. Esse período de transição ocorreu até 2010, quando todos os NAS se transformaram em CRAS, atendendo à adequação proposta pela PNAS, SUAS e NOB.

Em 2010 e 2011 houve a necessidade de ampliação do atendimento criando-se mais um CREAS e um Centro Pop. Os equipamentos foram identificados como CREAS Família, Idoso e Deficiente, CREAS Família, Criança e Adolescente e CREAS POP, com objetivo de contribuir para o fortalecimento da família no desempenho de sua função protetiva, restaurar e preservar a integridade e as condições de autonomia das famílias e indivíduos. No mesmo período houve a implantação do Centro de Convivência do Idoso (CCI).

Entre 2012 e 2013 a Secretaria Municipal de Assistência Social contava com os seguintes equipamentos: 14 CRAS, 01 Centro de Atendimento de Assistência Social (CAAS), 01 CCI, 02 Centros de Inclusão Solidária Nasce a Esperança (CISNE), Norte e Centro, 02 CREAS, sendo CREAS Criança/Adolescente e CREAS Idoso e 01 CREAS População de Rua. Considerando as orientações da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, os cursos profissionalizantes passam a ser executados pela Pasta do Trabalho, transformando o CISNE Norte em Centro de Convivência da Família (CCF) e o CISNE Centro em Centro de Convivência da Juventude (CCJ), unidades com oferta exclusiva do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Em 2014 ocorreu um avanço importante que foi a criação dos Departamentos de Gestão do Trabalho e de Vigilância Socioassistencial.

Em 2015 foi instituído o Fórum Municipal dos Trabalhadores do SUAS de São José do Rio Preto (FMTSUAS - SJRP). De caráter permanente, representa os trabalhadores em suas diversas formas de organização, entidades de trabalhadores ligados à assistência social com personalidade jurídica ou pessoas físicas trabalhadoras do SUAS. É um fórum de articulação e deliberação política em defesa

do SUAS, democrático, participativo, com financiamento específico e controle social.

Em 2018 ocorreu o reordenamento dos serviços de média complexidade, com transição da execução feita pela rede parceira para as unidades de CREAS, que passaram a contar com equipes compostas por trabalhadores estatutários, aprovados em concurso. Neste momento, seguindo orientações da Tipificação, houve alteração nas denominações dos CREAS temáticos, que passaram a ser denominados de CREAS I e CREAS II, unificando o atendimento das violações de direitos tipificadas.

Entre 2016 e 2017 em uma ação intersetorial, após estudos entre as Secretarias de Assistência Social, Saúde e Educação, coordenadas pela Secretaria de Planejamento foi feita a unificação dos territórios de abrangência das respectivas secretarias. A ação foi oficializada pelo Decreto nº 18.073 de 29 de junho de 2018, que institui a divisão geográfica do município de São José do Rio Preto em 10 (dez) Regiões: Bosque, CEU, Central, Cidade da Criança, HB, Pinheirinho, Represa, Talhado, Vila Toninho e Schmitt. Por conseguinte, houve a reorganização das áreas de abrangência dos CRAS e CREAS.

Em 2022, São José do Rio Preto conta com 13 CRAS, 03 Centros de Convivência (CCF, CCI e CCJ), 02 CREAS e 01 Centro Pop. O apêndice 1 nos apresenta a rede de execução direta, a rede parceira e a rede com execução de projetos e Serviços que estão cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social e CMDCA.

O CONTEXTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO TEMPO PRESENTE

No contexto federal podemos sinalizar a conjuntura de retrocessos dos direitos da população, que se expressa com a Emenda Constitucional nº 95/2016 do congelamento dos gastos em políticas sociais como saúde, educação e assistência social, e no mesmo contexto se concretiza no país a reforma trabalhista e previdenciária. A Assistência Social, como área integrante da seguridade social, sofre grandes ataques no que tange ao seu financiamento e formas de execução, a

exemplo, de julho de 2019 até dezembro de 2021 praticamente não houve liberações de novos benefícios do Programa Bolsa Família[1].

Há também demora para avaliação do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o acesso ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) de forma remota, somente por telefone e via sítio eletrônico, o que inviabiliza e dificulta o atendimento da população e revela grande lacuna na Política Pública de Previdência Social com reflexos diretos à Assistência Social.

No contexto do Estado de São Paulo ocorre o encerramento de inclusões em benefícios dos programas de transferência de renda, o programa Ação Jovem terminou em outubro de 2021 e o Renda Cidadã em fevereiro de 2022. No município ocorreu o rebatimento da agudização das expressões da questão social que se mostra forte e intenso, como maior capilarização da pobreza pelos diversos territórios da cidade, que incide no aumento da demanda por cesta básica e por programas de transferência de renda.

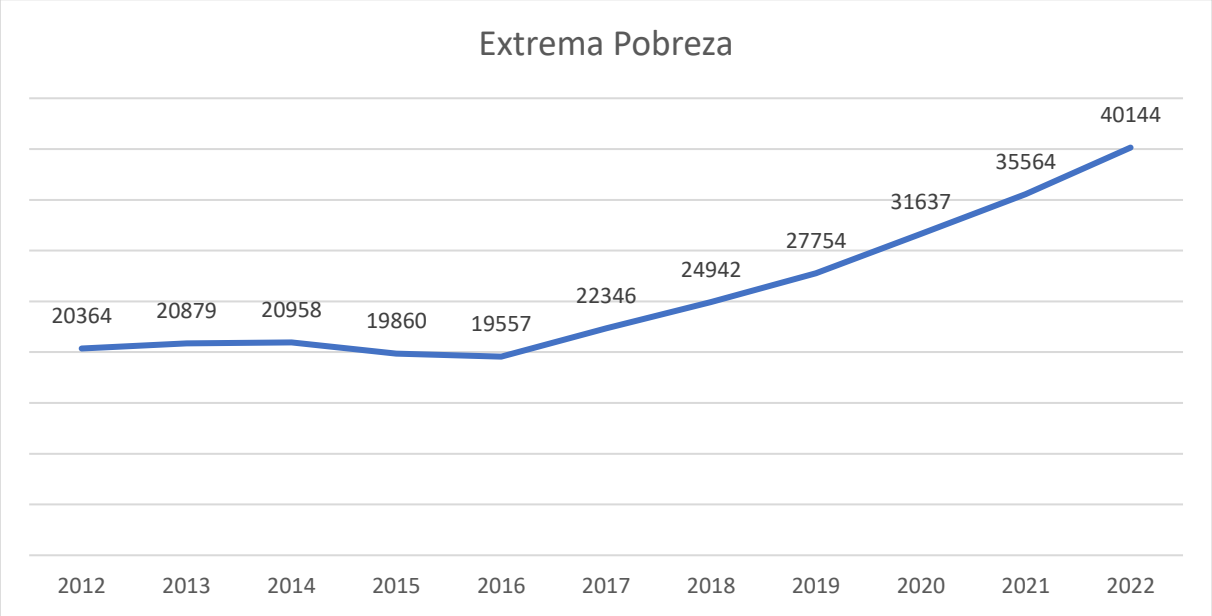
Os estudos do Departamento da Vigilância Socioassistencial do município e dos profissionais do território, que efetivam também a função Vigilância no cotidiano de trabalho, apontam o aumento da extrema pobreza. Para se ter uma ideia, em 2013 havia no município 6.000 famílias em situação de extrema pobreza, em 2019 esse número passou para 11.000 famílias e em janeiro de 2022, 16.498 famílias[2].

---

[1] O Programa Bolsa Família foi substituído pelo Decreto n° 10.852, de 8 de novembro de 2021 que regulamenta o Programa Auxílio Brasil, instituído pela Medida Provisória n° 1.061, de 9 de agosto de 2021.

[2] Para os levantamentos de dados que utilizam a lista Cecad, foi utilizada a base disponibilizada pelo Departamento de Gestão de Cadastro Único, Benefícios e Transferência de Renda, que faz um filtro inicial retirando os cadastros inválidos. Assim, os dados apresentados serão diferentes dos dados disponibilizados no site do Ministério da Cidadania, que considera cadastros inválidos.

Gráfico 1 — Evolução no número de pessoas em extrema pobreza inscritas no Cadastro Único no município, 2012 a 2022.



Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial, com dados do CECAD-CadÚnico/ Ministério da Cidadania, referência mês de maio de cada ano, exceto 2022, que utilizou janeiro.

É importante ressaltar, no entanto, que em 2022 foi alterada a renda per capita da extrema pobreza. Anteriormente, eram consideradas em extrema pobreza as famílias cuja renda per capita não ultrapassasse R$ 89,00. Atualmente, esse limite é de R$105,00. Essa alteração foi um dos fatores que influenciou no aumento expressivo entre maio de 2021 e janeiro de 2022.

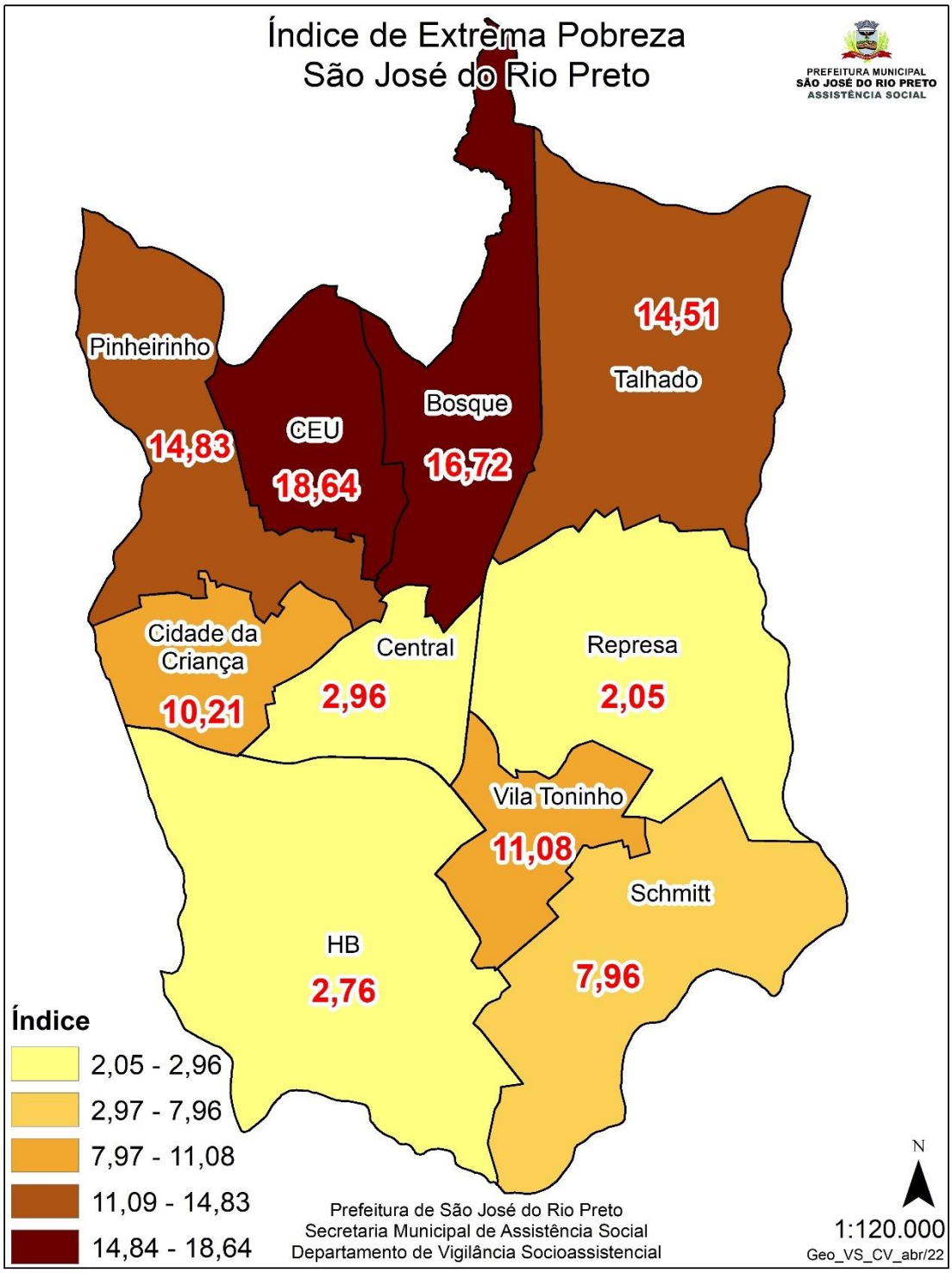
Ainda no âmbito da extrema pobreza, foi criado um índice que nos permite avaliar sua incidência em cada Região, conforme tabela 1 e mapa. O índice é calculado dividindo a população em extrema pobreza, inscrita no Cadastro Único, pelo número total de habitantes daquela região e, por fim, multiplicando por 100.

Tabela 1 — Índice de extrema pobreza de São José do Rio Preto.

Região	Pessoas em extrema pobreza	População estimada por Região	Índice
CEU	7.490	40.192	18,64
Bosque	5.519	33.003	16,72
Pinheirinho	7.832	52.812	14,83
Talhado	3.021	20.817	14,51
Vila Toninho	2.921	26.357	11,08
Cidade da Criança	5.582	54.677	10,21
Schmitt	1.213	15.239	7,96
Central	3.059	103.196	2,96
HB	1.941	70.279	2,76
Represa	992	48.411	2,05
São José do Rio Preto	**39.570**	**464.983**	**8,51**

Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial, com dados da Conjuntura Econômica de São José do Rio Preto, 2021; CECAD-CadÚnico jan./22 Ministério da Cidadania.

Mapa 1 — Índice de extrema pobreza de São José do Rio Preto.



Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial, com dados da Conjuntura Econômica de São José do Rio Preto, 2021; CECAD-CadÚnico jan./22 Ministério da Cidadania.

Observa-se que a Região com menor índice é a Represa, com 2,05, enquanto o CEU, Região com maior índice, se apresenta com 18,64. A Região CEU possui índice 9 vezes maior que a Represa, o que evidencia a grande desigualdade entre as

Regiões. O município como um todo apresenta um índice de 8,51, o que significa que a cada 100 pessoas no município, 8 estão em extrema pobreza. Importante pontuar que não foram contabilizadas as 574 pessoas em situação de rua que estão em extrema pobreza inscritas no Cadastro Único, pois não é possível definir com exatidão em qual Região estão.

Neste sentido, o cenário político, econômico e cultural do tempo presente demonstra a regressão no campo da cidadania. A diminuição dos espaços institucionais e legais associados aos direitos da população e o impacto desse denso e restritivo processo será sentido a médio e longo prazo pela sociedade.

A NECESSIDADE DE RESISTIR E LUTAR PELA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Entende-se que a necessidade de resistir e lutar pela Política de Assistência Social deve se fundamentar pela sua própria construção histórica, seus avanços e conquistas, pela participação e protagonismo coletivo e aguerrido de trabalhadores, gestores, conselheiros, usuários, e também de entidades da sociedade civil. A trajetória desta política é sustentada pela busca da garantia de direitos socioassistenciais, na compreensão e busca dos direitos humanos, pela autonomia dos sujeitos sociais, visto que a Assistência Social historicamente tem acolhido o público que se encontra à margem de todas as outras políticas e contextos de inserção econômica, fatores estes que ocorrem devido ao sistema capitalista.

As possíveis formas de resistência devem se dar no cotidiano, por meio da atuação profissional do conjunto de trabalhadores, como também no fortalecimento da participação dos usuários, destacando-se mais do que nunca algumas forças propulsoras como o compromisso ético-político, o fortalecimento do controle social, a importância do SUAS e da necessidade de mobilização, a proximidade com o território, a necessidade de fomentar reflexões, espaços coletivos de discussões e trocas, pesquisas e seminários que possam refletir e propor ações dentro da conjuntura atual valorizando a PNAS e o SUAS, insistência na garantia de recursos humanos qualificados e efetivação via concursos públicos.

Resistir à onda conservadora e à barbárie econômica que retira os direitos e negligencia a cidadania está pautada na defesa intransigente da estrutura e arquitetura desta política. Para tanto, são necessários o contínuo processo de

educação permanente, a garantia da continuidade de serviços e a normatização de alíquota financeira para a Assistência Social.

Há que se ressaltar que é de suma importância o estímulo à participação social dos usuários como forma de fortalecimento do controle social, tendo em vista a garantia dos direitos já conquistados, bem como a sua ampliação.

OS DESAFIOS DE RIO PRETO NO CAMPO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

No município de São José do Rio Preto, a Política de Assistência Social tem alguns desafios no campo da participação social e do controle social por parte dos usuários, no sentido de efetivar esse instrumento e fazer valer esse mecanismo.

Mesmo com as dificuldades e retrocessos observados no âmbito nacional, São José do Rio Preto, município com gestão plena na Assistência Social, consegue manter as ofertas existentes, traço de resistência do conjunto de atores que movimentam essa política social.

O orçamento municipal da pasta permite, além da manutenção dos serviços, ampliar algumas ofertas, embora ainda não a totalidade necessária e buscada. Os recursos federais não obedecem a constância nos repasses, impossibilitando planejar ações permanentes e exigindo constantes revisões no direcionamento financeiro, pois é comum parcelas serem transferidas de maneira cumulativa e com prazos reduzidos para liquidação, obrigatória para os próximos recebimentos. O fato de não se ter um percentual de repasse mínimo para a Assistência Social dificulta o planejamento e execução de investimento em serviços, benefícios, programas e projetos.

RECURSOS HUMANOS DA SEMAS

Com relação à participação democrática dos trabalhadores, a Secretaria de Assistência Social vem proporcionando espaços de debate, reflexão e propostas acerca do cotidiano vivido pelas equipes da secretaria.

Em julho de 2018 foi apreciado e aprovado, pelo CMAS, o Plano Municipal de Educação Permanente (PMEP) e, na sequência, deu-se início à sua execução, o que trouxe a possibilidade de encontros, oficinas e capacitação com renomados

professores/pesquisadores de forma continuada, envolvendo as proteções sociais, departamentos e gestão. Vale ressaltar que o plano está em fase de atualização.

A gestão do trabalho, no contexto do Sistema Único de Assistência Social, tem buscado criar espaços de acolhida e escuta dos trabalhadores para as suas demandas, propondo melhores condições técnicas e éticas de trabalho, por meio de processos que ofereçam uma formação continuada, a fim de se materializar um planejamento estratégico que dê respaldo às ações que viabilizem a gestão participativa e o controle social, por meio da articulação com os diversos sistemas de informação neste âmbito, conforme preceitua o documento Gestão do Trabalho e Educação Permanente do SUAS em Pauta (BRASIL, 2014).

Apresentaremos o quadro com os Recursos Humanos da Rede Pública, divididos entre servidores e terceirizados.

Quadro 1 — Trabalhadores do SUAS - Rede Pública.

Profissionais	Servidor	Terceirizado	Total
Assistente Social	72	39	111
Educador Social	46	40	86
Psicólogo	19	31	50
Agente Administrativo	33	16	49
Motorista	6	29	35
Auxiliar de limpeza	0	25	25
Estagiários	20	0	20
Pedagogo	15	0	15
Vigia	6	8	14
Especialista em Desenvolvimento Social	8	0	8
Serviços Gerais	6	2	8
Cargos em Comissão	6	0	6
Supervisor Técnico	3	0	3
Professor de Artes	2	0	2
Auxiliar de Contabilidade	1	0	1
Almoxarife	1	0	1
Eletricista	0	1	1
Coordenador Administrativo	1	0	1

Fonte: Departamento de Gestão do Trabalho, referência Julho/2022.

O próximo quadro apresenta os Recursos Humanos da rede parceira com a Secretaria Municipal de Assistência Social, composta pelas seguintes Organizações da Sociedade Civil: Associação Espírita A Caminho da Luz (AELUZ), Albergue

Noturno, Associação Mamãe Idalina (AMAI) - SCFV e Acolhimento, Associação dos Amigos da Criança com Câncer (AMICC), Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), Associação e Oficina de Caridade Santa Rita de Cássia, Associação Evangélica Lar de Betânia, Associação Madre Teresa de Calcutá, Associação Paraíso - SCFV, Associação Renascer, Comunidade Só Por Hoje - Acolhimento Institucional e Acolhimento Compartilhado, Centro Regional de Atenção Aos Maus Tratos na Infância (CRAMI), Damas de Caridade - Unidades (I,II, III,IV), Instituto Riopretense dos Cegos Trabalhadores, Lar Esperança - Centro Dia e ILPI, Lar São Francisco de Assis - Acolhimento Pessoas em Situação de Rua e ILPI, Lar São Vicente de Paulo - Centro Dia, Projeto Educacional Profissionalizante do Adolescente (PROEPAD), Serviço Social São Judas Tadeu, Rancho de Luz e Maquininha do Futuro.

Quadro 2 — Trabalhadores do SUAS - Rede Parceira.

Recursos Humanos	Quantidade
Educador/Monitor	74
Cuidador	62
Auxiliar de Limpeza	59
Cozinheiro	28
Assistente Administrativo	28
Assistente Social	25
Psicólogo	24
Auxiliar Cozinha	18
Coordenador	10
Educadora Social (Mãe Social)	10
Terapeuta	8
Encarregado administrativo	7
Motorista	6
Manutenção	5
Recepcionista	3
Oficineiros	2
Pedagogo	1
Supervisor	0
Vigia	0
Jardineiro	0
Total	**370**

Fonte: Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos, referência Julho/2022.

O CONTEXTO DE PANDEMIA

Cenários

Cenário – avanço da Pandemia

Em dezembro de 2019, foi registrado o primeiro caso de Covid-19 na China. O vírus se espalhou pelos diversos países do mundo levando a Organização Mundial da Saúde (OMS) a declarar a doença como Pandemia em 11 de março de 2020. O município de São José do Rio Preto reconheceu estado de calamidade pública e estabeleceu medidas de enfrentamento em 24 de março de 2020, por meio do decreto N° 18.571.

Ao longo dos meses, diversas normativas, notas técnicas e orientações foram expedidas pelos órgãos responsáveis em todas as esferas, necessitando de constante acompanhamento para aplicação e direcionamento das ações. Neste contexto, a Assistência Social foi reconhecida como política responsável por serviço essencial, trazendo a necessidade da manutenção das atividades e atendimentos em suas unidades, resguardadas as normas sanitárias e orientações de prevenção, como forma de garantia da proteção social à população em meio à pandemia, traduzida pela crescente demanda pelos serviços e benefícios socioassistenciais no período.

O cenário da Covid-19 e a interface com as desproteções sociais

A Frente Nacional do SUAS[3] contextualizou que a Covid-19 representa o agravamento da desigualdade social em nosso país e as implicações para pessoas com menor renda, sem habitação ou em condições insalubres e precárias de moradia, pessoas com comorbidades, população em situação de rua e a precarização das condições de vida em função do desemprego e ausência de renda.

---

[3] Organização plural de OSCs, instituições não governamentais, trabalhadores, usuários, gestores, professores, pesquisadores e pessoas interessadas em defender a Assistência Social e a Seguridade Social brasileira. Disponível em: https://maissuas.files.wordpress.com/2016/06/circular01e02-frenteseguridadesuas.pdf.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no quarto trimestre de 2021 o país apresentava taxa de desocupação de 11,1% com 12 milhões de desempregados, 4,8 milhões de desalentados e taxa de subutilização de 24,3% (IBGE, 2021).

Diante desse contexto, a renda emergencial instituída pela Lei n° 13.979 pode ser apontada como conquista da sociedade brasileira, e os dados de que 51% da população brasileira solicitou a renda, demonstra a gravidade de uma das facetas da desproteção vivenciada pela população (FRENTE NACIONAL, 2020).

De acordo com o Portal Transparência (2021), no município de São José do Rio Preto, o pagamento do valor global aos beneficiários do Auxílio Emergencial foi de R$ 95.095.555,00 no período de janeiro a dezembro de 2021, com exceção do mês de novembro, em que a informação não foi disponibilizada. Em dezembro, na última folha de pagamento disponível no site do ano de 2021, havia 7 pessoas recebendo este auxílio no município.

PANORAMA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO

Considerando a crise de saúde instalada em diversos países e que chegou ao Brasil desencadeando uma série de ações, sejam elas por meio de legislações e normativas, desde março de 2020, a Secretaria Municipal de Assistência Social implementou as ações destacadas:

- Publicação de portarias regulando formas de trabalho, fluxos e orientações com relação à Pandemia;
- Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), produtos de higiene e limpeza, orientações quanto às indicações de saúde sobre a limpeza dos ambientes e higiene pessoal;
- Instalação de placas verticais de acrílico nos balcões e mesas de atendimento ao público;
- Organização dos atendimentos à população com criação de Central de Orientações, via telefone, e Formulário de Atendimento, na página da SEMAS, no site da Prefeitura Municipal;
- Aquisição de aparelhos celulares para utilização nas unidades públicas, priorizando o atendimento remoto e, excepcionalmente, presencial

em situações especiais e necessárias, mediante agendamento quando possível;

- Instalação de roteadores *wi-fi* nas unidades públicas para acesso à internet, facilitando o uso de aplicativos de videoconferência e comunicação (WhatsApp) com usuários da Assistência Social;
- Uso de mensagens curtas de texto (SMS) para envio de informações e orientações aos usuários;
- Descentralização do atendimento presencial nas unidades, utilizando escolas e equipamentos próximos, para evitar aglomeração;
- Ampliação dos horários de atendimento do Centro POP, permitindo à população em situação de rua acessar diariamente os serviços ofertados;
- Disponibilização ampliada do Serviço de Acolhimento em Abrigo para pessoas em situação de rua;
- Adequação das parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSCs), a fim de contemplar o impacto da Pandemia;
- Ampliação da comunicação social interna e externa, com divulgação contínua de informes, *e-mails*, cartazes sobre a Pandemia, formas de prevenção, funcionamento das unidades CRAS, CREAS, Centro POP e Centros de Convivência;
- Ação integrada com a Secretaria de Saúde para orientações aos trabalhadores e testagem para Covid-19 nas unidades da SEMAS, assim como ação conjunta de mitigação nos acolhimentos para idosos nas ILPIs, parceiras e acolhimentos de crianças e adolescentes e de pessoas em situação de rua, dentre outras.

Os reflexos percebidos não são apenas na saúde, mas também na economia e nas condições socioeconômicas da população. A Política de Assistência Social tem um papel importante na busca de garantia da Proteção Social para a população em situação de vulnerabilidade. Cerca de 18,4% das pessoas do município estão inseridas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), o que sinaliza um perfil de vulnerabilidade e indica a necessidade de cobertura e ações para atendimento dessa população.

Em abril de 2020 foram iniciados atendimentos realizados de forma remota, como uma das estratégias de reorganização dos atendimentos e acompanhamentos

dos Serviços, de acordo com as normas sanitárias, assim como no início de 2022, após outro rebatimento da pandemia devido à variante Ômicron. No fechamento deste Diagnóstico (maio/2022), os serviços passam pelo processo de retomada de atividades coletivas e grupais.

A pandemia trouxe grandes desafios no que se refere à reorganização dos Serviços e demandas da população. Destaca-se que em meio às dificuldades enfrentadas durante o contexto pandêmico ocorreu, em dezembro de 2021, o IV Seminário dos Trabalhadores do SUAS - Luta e Resistência Contra o Desmonte do SUAS em Tempos de Pandemia, momento em que foi assumido o compromisso da SEMAS em realizar uma Mesa de Negociação com os trabalhadores do SUAS.

TERRITÓRIO E DEMOGRAFIA

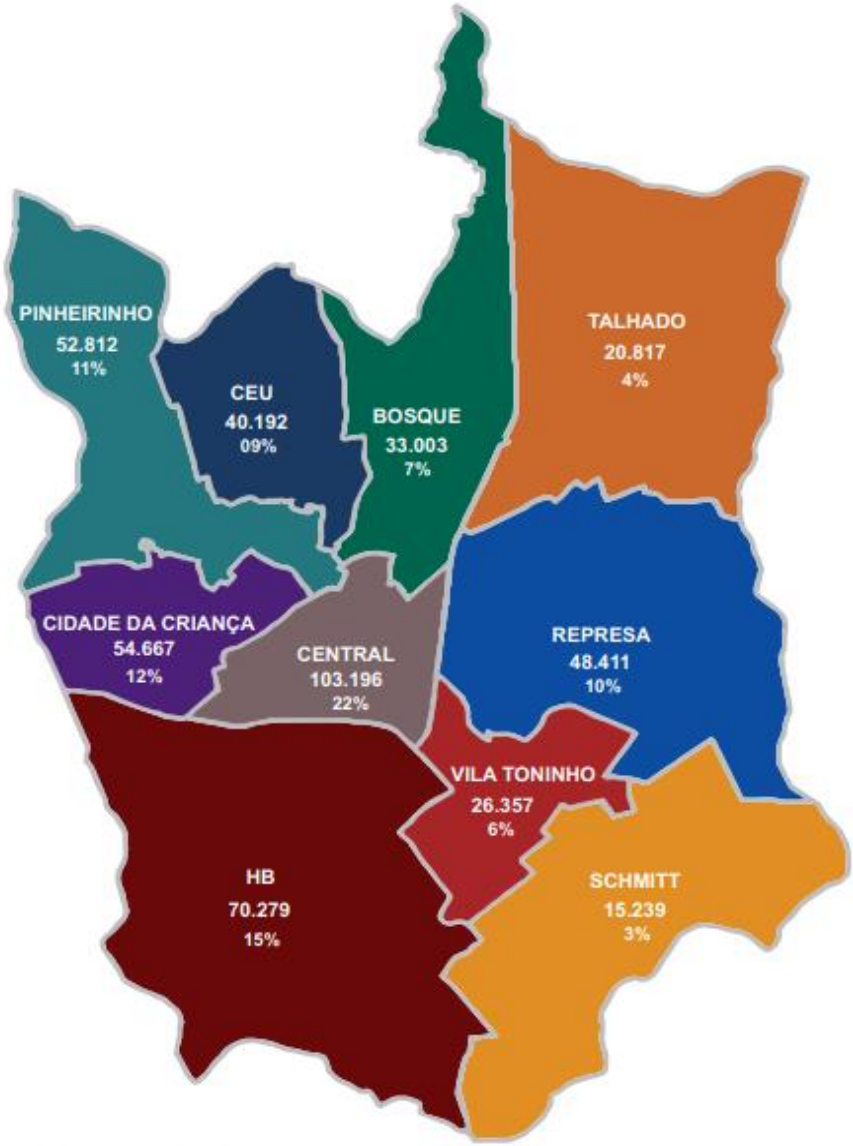
Apresentaremos a contextualização de alguns dados gerais do município e rede socioassistencial.

São José do Rio Preto possui uma população estimada em 464.983 habitantes (dados Conjuntura Econômica do município, a qual se baseia na projeção do Censo IBGE para 2020) e possui dois distritos, Schmitt e Talhado, com população de 20.678 e 5.419, respectivamente. A área urbana contempla 94% da população e 6% residem em área rural. Esta tem como característica a presença de loteamentos irregulares e por este motivo, as informações acerca das famílias não são computadas nos dados oficiais no município, o que demanda ações para que a Proteção Social alcance a população considerada invisível.

Segundo o IBGE Cidades, base de dados 2010, a densidade demográfica é de 945,12 hab./km². De acordo com a Conjuntura Econômica 2020, a população está dividida nas Regiões seguindo as porcentagens: Central 22%; HB 15%, Cidade da Criança 12%, Pinheirinho 11%, Represa 10%, CEU 9%, Bosque 7%, Vila Toninho 6%, Talhado 4% e Schmitt 3%.

Mapa 2 — Estimativa populacional por região de São José do Rio Preto.

Regiões: População residente por Região - Estimativa 2020



Fonte: Estimativa Populacional calculada conforme:
* Nota metodológica disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101662.pdf
* SINASC - Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (ano 2019)
* SINAM - Sistema de Informação sobre Mortalidade (ano 2019)

Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial, com dados do Nota metodológica IBGE, SINASC 2019 e SINAN 2019.

Quadro 3 — Estimativa populacional por Região de São José do Rio Preto.

Região	População
Central	103.196
HB	70.279
Cidade da Criança	54.677
Pinheirinho	52.812
Represa	48.411
CEU	40.192
Bosque	33.003
Vila Toninho	26.357
Talhado	20.817
Schmitt	15.239

Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial, com dados do Nota metodológica IBGE, SINASC 2019 e SINAN 2019.

O banco de informações da Fundação SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados) aponta que a RA de São José do Rio Preto possui taxa anual de crescimento para 2010/2020 de 0,7 % e para 2020/2030 0,3%, demonstrando envelhecimento populacional.

Segue quadro com dados referentes à extensão territorial, os quais foram informados pela Secretaria Municipal de Obras, que se baseou no decreto nº 18.073, de 29 de junho de 2018, que institui a Divisão Geográfica da área do município de São José do Rio Preto em 10 Regiões.

Quadro 4 — Extensão territorial das Regiões de São José do Rio Preto.

Região	Área/Km²
HB	85.706,06
Talhado	66.333,43
Represa	58.878,42
Schmitt	53.424,05
Pinheirinho	42.074,58
Bosque	39.667,31
CEU	26.704,99
Cidade da Criança	22.001,78
Central	21.368,05
Vila Toninho	21.283,86

Fonte: Secretaria Municipal de Obras/PMSJRP.

O município possui um total de 94.730 crianças e adolescentes (0 a 17 anos), o que representa 20,37% da população total e 86.348 idosos, que retrata 18,57% da população.

Fazendo a correlação dos ciclos de vida de 0 a 17 anos de idade do município com a mesma faixa etária dos territórios de CRAS, apresentamos em ordem decrescente a distribuição das crianças e adolescentes no município.

Quadro 5 — Distribuição das crianças e adolescentes (0 a 17 anos) do município nos territórios de CRAS.

CRAS	n	%
Centro	14.264	15
Novo Mundo	12.452	13
São Deocleciano	10.450	11
Jardim Belo Horizonte	8.301	9
Santo Antônio	8.043	8
João Paulo II	7.824	8
Antunes	7.090	7
Solo Sagrado	5.708	6
Vila Toninho	5.687	6
Eldorado	3.874	4
Lealdade e Amizade	3.709	4
Schmitt	3.687	4
Parque da Cidadania	3.641	4
Total	94.730	100

Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial/SEMAS.

Com relação aos idosos, a distribuição de idosos nos territórios dos CRAS, fazendo a correlação do ciclo de vida do município/território de CRAS, ocorre da seguinte forma.

Quadro 6 — Distribuição dos idosos do município nos territórios de CRAS.

CRAS	n	%
Centro	30.801	35,7
Novo Mundo	13.418	15,5
São Deocleciano	6.561	7,6
João Paulo II	5.238	6,1
Jardim Belo Horizonte	4.589	5,3
Vila Toninho	4.527	5,2
Antunes	4.119	4,8
Eldorado	3.749	4,3
Solo Sagrado	3.494	4
Lealdade e Amizade	3.009	3,5
Schmitt	3.003	3,5
Santo Antônio	2.993	3,5
Parque da Cidadania	847	1
Total	86.348	**100**

Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial/SEMAS.

EVOLUÇÃO DA REDE

As seguranças afiançadas pelo SUAS são de garantias do direito social realizada pela proteção social. A rede de execução dos Serviços encontra-se no apêndice e demonstramos um painel de atendidos, considerando a média anual de atendimentos de 2021, conforme quadros 7, 8 e 9. Os dados apresentados são coletados pelos equipamentos da rede socioassistencial e compilados pelo Departamento de Vigilância Socioassistencial por meio do monitoramento mensal. Tal procedimento visa acompanhar o número de indivíduos/famílias atendidos pelas Proteções Sociais Básica e Especial de Média e Alta Complexidade nos serviços prestados.

Quadro 7 — Rede Socioassistencial: Proteção Social Básica, 2021.

Proteção Social Básica		
Serviço	**Equipamento**	**Média anual**
PAIF	CRAS	5.573
Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio	CRAS	48
SCFV - 0 a 5 anos e 11 meses	CRAS	19
SCFV - 6 a 14 anos e 11 meses	CRAS, CCJ, OSCs Parceiras	868
SCFV - 15 a 17 anos e 11 meses	CCJ, CRAS, OSCs Parceiras	89
SCFV - 18 a 29 anos e 11 meses	CCJ, CCF, OSCs Parceiras	82
SCFV - 30 a 59 anos e 11 meses	CCJ, CCF	81
SCFV - 60 anos ou mais	CCI, CCF e CRAS	726
Total		**7.486**

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social - Departamento de Gestão de Repasses de Recursos Públicos, Departamento de Proteção Social Básica e Departamento de Vigilância Socioassistencial.

Quadro 8 — Rede Socioassistencial: Proteção Social Especial de Média Complexidade, 2021.

Proteção Social Especial Média Complexidade		
Serviço	**Equipamento**	**Média Anual**
PAEFI	CREAS	411
Serviço de Medida Socioeducativa - Liberdade Assistida	CREAS	68
Serviço de Medida Socioeducativa - Prestação de Serviços à Comunidade	CREAS	28
Serviço de Medida Socioeducativa - LA e PSC (medida acumulada)	CREAS	13
Serviço Especializado em Abordagem Social	Centro Pop e OSC Só por Hoje	197
Serviço Especializado para pessoas em situação de rua	Centro Pop	552
Serviço Proteção Social Especial para pessoas com deficiência e suas famílias	APAE, Renascer, Instituto Cegos	283
Serviço Proteção Social Especial para pessoas idosas e suas famílias	Lar Esperança e Lar São Vicente de Paulo	43
Total		**1593**

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social - Departamento de Gestão de Repasses de Recursos Públicos, Departamento de Proteção Social Especial e Departamento de Vigilância Socioassistencial.

Quadro 9 — Rede Socioassistencial: Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Proteção Social Especial Alta Complexidade			
Serviço	**Equipamento**	**Unidade/Ofertas**	**Média anual**
Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes	Associação Mamãe Idalina - AMAI	Casa-lar	27
		Reintegração Familiar	49
Acolhimento Institucional para adolescentes em abrigo familiar	Comunidade Terapêutica Só Por Hoje	Abrigo	5
		Reintegração Familiar	3
Acolhimento Institucional compartilhado entre as Secretarias Municipais de Assistência Social e Saúde para Atendimento a crianças e adolescentes	Comunidade Terapêutica Só Por Hoje	Casa-lar	3
		Reintegração Familiar	1
Acolhimento Institucional para Idosos em Instituição de Longa Permanência – ILPI	Associação e Oficina de Caridade Santa Rita de Cássia, Associação Evangélica Lar de Betânia, Lar São Vicente de Paulo e Instituto Lar Esperança	-	153
Acolhimento Institucional em Casa de Passagem para Pessoas Adultas e famílias em situação de rua - casa de passagem	Albergue Noturno Protetor dos Pobres	Pessoas diferentes atendidas	513
		Pernoite e jantar (média diária)	30
		Casa de Passagem (mensalmente)	19
		Jantar (média diária)	94
Acolhimento Institucional Provisório	Associação Amigos das Crianças com Câncer e Cardiopatias - AMICC	-	30
Acolhimento em Família Acolhedora	CRAMI	Famílias atendidas	12
		Crianças em família acolhedora	3
Programa Guarda Subsidiada	CRAMI	Famílias guardiãs atendidas	20
		Crianças em Famílias Guardiãs	38
Serviço de Acolhimento Institucional	Associação Lar São Francisco de Assis na Providência de Deus (Casa do Cireneu)	-	76

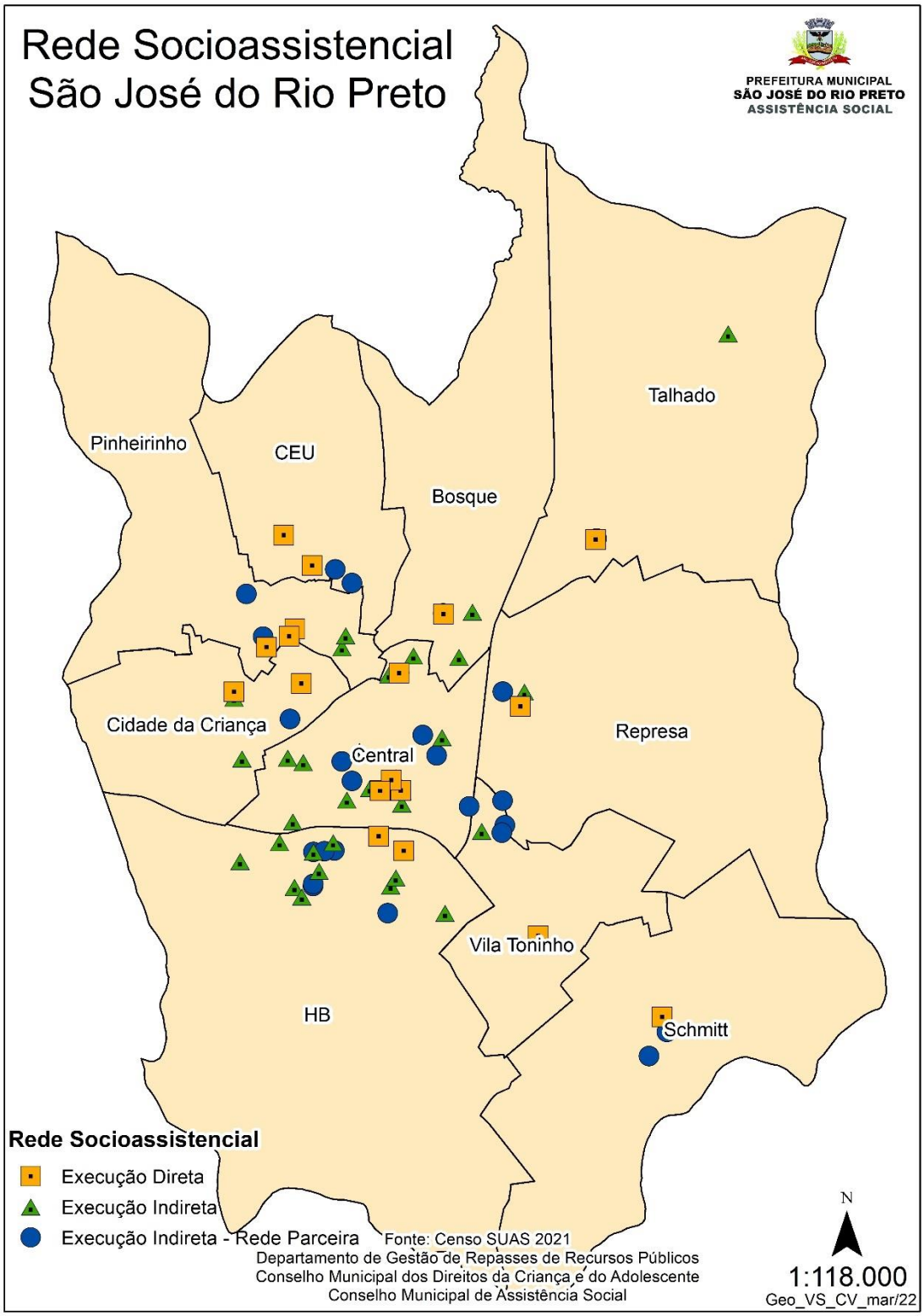
Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas com Deficiência em Residência Inclusiva	AELUZ	-	7
Serviço de Proteção em situação de calamidades públicas e de emergências	Associação Lar São Francisco de Assis na Providência de Deus (Casa do Cireneu)	-	74
TOTAL GERAL			1080

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social - Departamento de Gestão de Repasses de Recursos Públicos, Departamento de Proteção Social Especial e Departamento de Vigilância Socioassistencial.

Considerando os beneficiários de BPC, segundo o Departamento de Gestão de Cadastro Único, Benefícios e Transferência de Renda, o município contava com 6.234 BPC Idoso e 3.406 BPC Deficiente em janeiro de 2022. Os CRAS com maior número de BPC idoso são: CRAS Centro (1.471), CRAS Novo Mundo (795), CRAS João Paulo II (698), CRAS Santo Antônio (515) e CRAS Eldorado (514). Já a maior incidência de BPC Deficiente está, respectivamente, no CRAS Centro (594), CRAS Solo Sagrado (384), CRAS João Paulo II (355), CRAS Santo Antônio (353) e CRAS Novo Mundo (316).

O mapa apresenta a rede socioassistencial do município, composta por 13 CRAS, 2 CREAS, 1 Centro Pop, 3 Centros de Convivência e demais Serviços executados pela rede parceira.

Mapa 3 — Rede Socioassistencial de São José do Rio Preto.



Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial, com dados do Censo SUAS 2021, Departamento de Gestão de Repasses de Recursos Públicos, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Assistência Social.

POPULAÇÃO E VULNERABILIDADE

A crise agravada pelo contexto de pandemia demostra um cenário de 40.144 pessoas em extrema pobreza em São José do Rio Preto, considerando a base do CECAD de janeiro de 2022. As cinco regiões com maior concentração são, respectivamente, CEU, Bosque, Pinheirinho, Talhado e Vila Toninho.

Considerando o Cadastro Único, com base CECAD de janeiro de 2022, o município possui 36.758 famílias cadastradas e 16.498 famílias em extrema pobreza (renda per capita até R$105,00).

O Diagnóstico Socioterritorial 2017 apontou o surgimento de ocupação de áreas públicas e particulares por meio de barracos, e identificou como causa a crise econômica dos anos de 2015 e 2016, que agravou a situação socioeconômica de inúmeras famílias surgindo as referidas áreas de ocupações que se encontram atualmente no território do CRAS Jardim Belo Horizonte.

Durante o ano de 2021, os 13 CRAS do município atenderam 24.968 famílias no serviço PAIF, enquanto, no PAEFI, os CREAS atenderam 882 famílias/indivíduos e o Centro POP atendeu 3.091 pessoas no serviço especializado para pessoa em situação de rua e/ou e abordagem social, e considerando as pessoas que foram categorizadas como pessoas em situação de rua, foram atendidas 2.268.

Em se tratando da escolaridade, a rede municipal de educação atendeu 21.695 alunos do Ensino fundamental no ano de 2020, e 756 jovens e adultos pelo EJA, dados da Conjuntura Econômica São José do Rio Preto. A consulta ao banco de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), considerando a rede pública de ensino, mostra que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em 2019, do 5° ano do Ensino Fundamental, foi de 6,7 para uma meta projetada de 6.8; já para o 9º ano, o IDEB foi de 5.3 para uma meta de 6.0, e 3º ano do Ensino Médio, meta atingida de 4.6 (a meta era de 4.3).

De acordo com o Novo Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados (CAGED), de janeiro a dezembro de 2021, o município somou 71.651 admissões e 63.909 desligamentos. Ressaltamos que se trata de recorte de emprego formal. A discussão com as equipes das 10 Regiões, para a construção deste diagnóstico Socioterritorial, constatou o aumento nos atendimentos de famílias em contexto de desemprego e das que exerciam trabalho informal. Considerando a base de dados do

CECAD de agosto de 2021, temos 28.203 que declararam desemprego e 6.781 que declararam trabalho informal. Neste sentido, as equipes de atendimento dos CRAS e CREAS apontam, sobretudo, o aumento de solicitação de cestas básicas e inclusão em programas de transferência de renda.

A análise das Informações do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), com dados de vigilância de violência interpessoal e autoprovocada em São José do Rio Preto de 2021, demonstra total de 2.922 notificações. As especificações por tipo de violência são: física 964; autoprovocada 758; psicológica/moral 803; negligência/abandono 162; sexual 174; financeira/econômica 17; trabalho infantil 40; intervenção legal 05 e tortura 04.

Na coleta de informações do Sistema de Registro Mensal de Atendimentos (RMA) identifica-se 483 famílias ou indivíduos vítimas de violência ou violações de direitos que ingressaram no PAEFI em 2021, sendo 266 famílias/indivíduos no CREAS 1 e 217 no CREAS II.

Com relação à Pessoa em Situação de Rua (PSR) no município, no ano de 2021 foram atendidas 2.366 pessoas pelos seguintes serviços: Serviço especializado para Pessoa em Situação de Rua, Serviço de Abordagem Social e pela OSC Albergue Noturno, que executa a Casa de Passagem e Acolhimento Institucional.

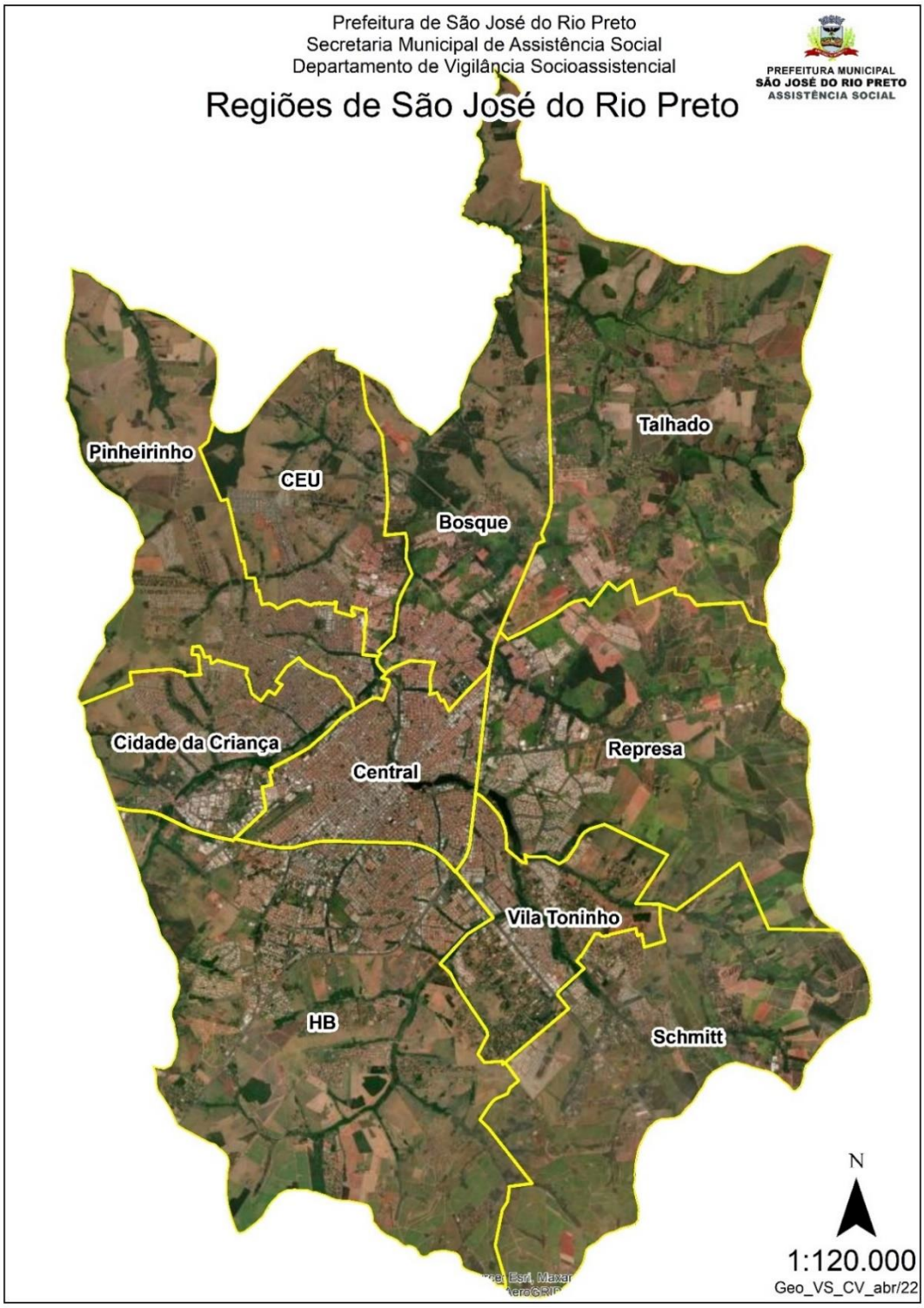
No trimestre de abril a junho de 2022, foram atendidas uma média mensal de 855 pessoas no Centro POP e 480 no Albergue Noturno Protetor dos Pobres. Das pessoas atendidas e que foram categorizadas, tivemos uma média de 797 pessoas, sendo 448 (56,3%) Moradores de Rua, 297 (37,2%) Flutuantes, 52 (6,5%) Munícipes Não Moradores de Rua.

Quase a totalidade das PSR (Flutuante e Morador de Rua) encontram-se nas faixas etárias acima de 18 anos, sendo que a faixa etária de 30 a 59 anos corresponde a 75,7% em média das pessoas atendidas. Quanto ao sexo biológico, em média 89% são pessoas do sexo masculino e 11% são do sexo feminino. No caso dos Munícipes não Moradores de Rua, 67,7% estão na faixa etária de 30 a 59 anos. Quanto ao sexo biológico, 80% são do sexo masculino e 20% do sexo feminino.

TERRITÓRIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

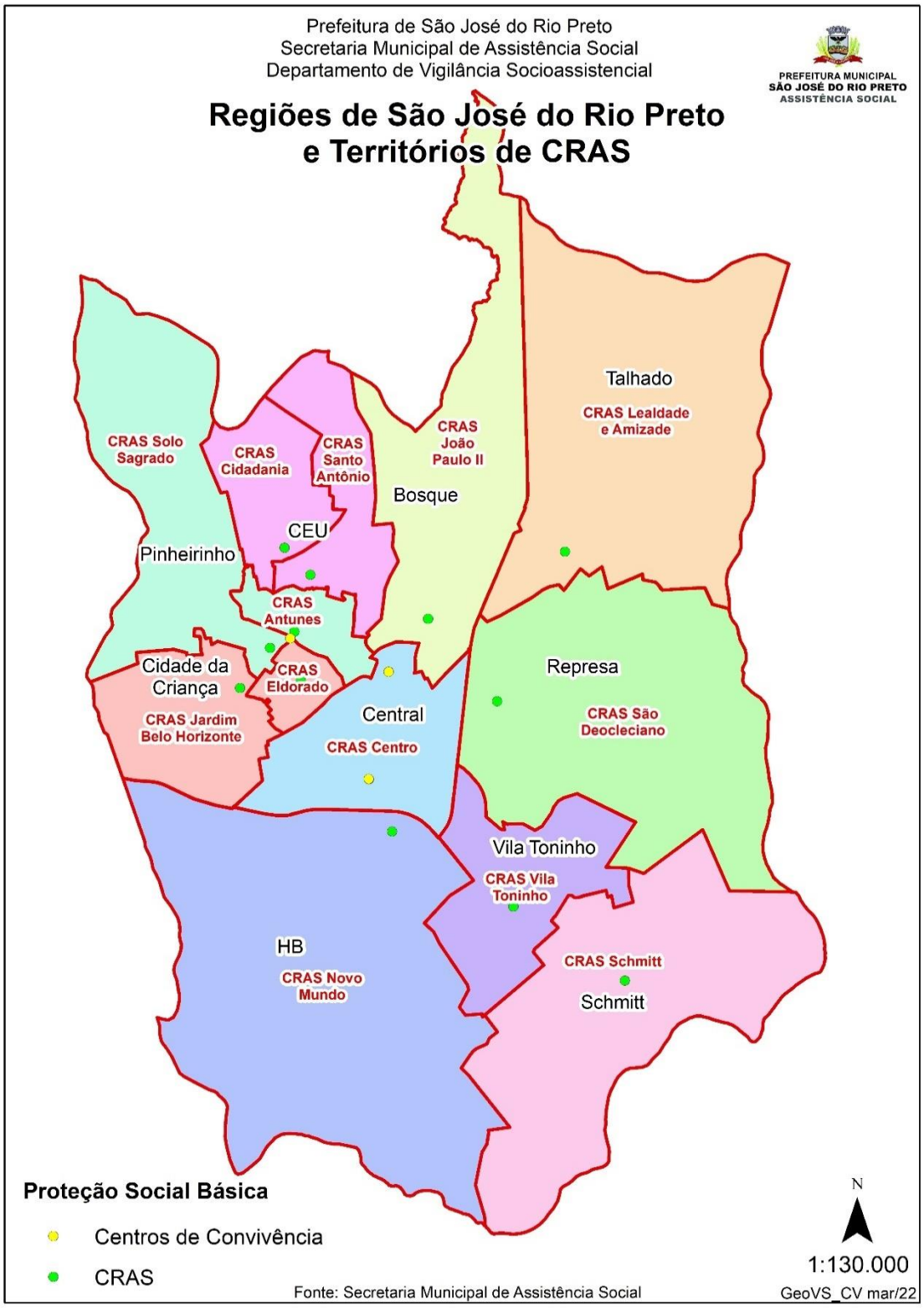
Apresentam-se os seguintes mapas: Regiões de São José do Rio Preto, abrangência dos CRAS, divisão territorial dos CREAS e Rede Socioassistencial, bem como imagens das fachadas dos CREAS e Centro POP.

Mapa 4 — Regiões de São José do Rio Preto.



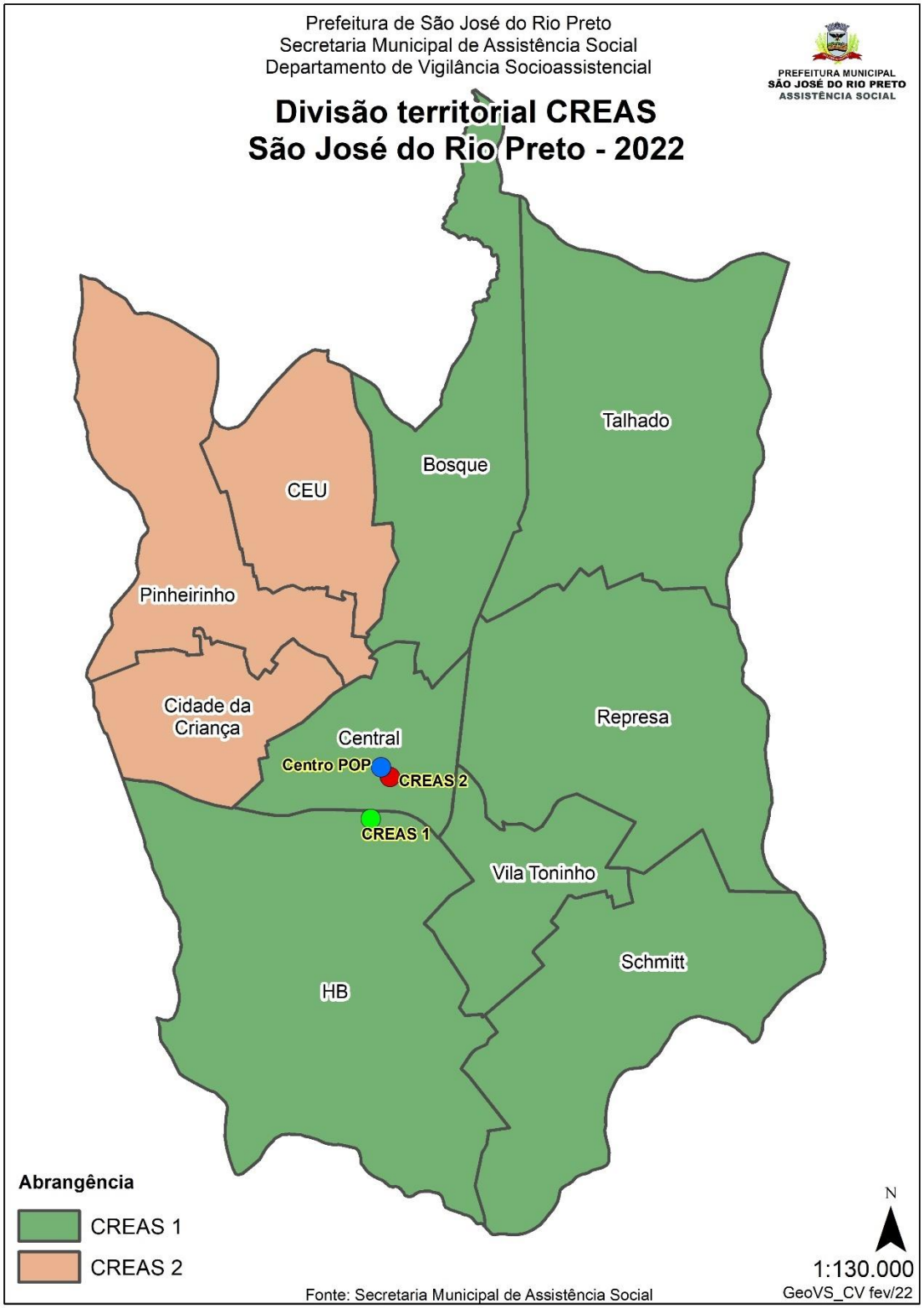
Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial/Secretaria de Assistência Social.

Mapa 5 — Territórios dos CRAS.



Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial /Secretaria de Assistência Social.

Mapa 6 — Territórios dos CREAS.



Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial/Secretaria de Assistência Social.

Figura 1 — Fachada CREAS I.

Fonte: Arquivo SEMAS.

Figura 2 — Fachada CREAS II.

Fonte: Arquivo SEMAS.

Figura 3 — Fachada Centro POP.

Fonte: Arquivo SEMAS.

MAPA FALADO COM CONSELHOS DE DIREITOS

No dia 13 de junho de 2022 realizou-se, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, a atividade do Mapa Falado, contando com a participação de 27 pessoas, representantes do Departamento de Vigilância Socioassistencial, CMAS, CMDI, CMDCA e COMAD.

Iniciou-se com a proposta metodológica a ser utilizada e explanando como se daria a participação dos presentes. Fora esclarecido o objetivo do Mapa Falado, com a finalidade de somar informações ao Diagnóstico Socioterritorial (2022), norteando as ações a serem contempladas no PMAS (2022/2025). Foi enfatizada a importância do processo de construção coletiva com a metodologia do diálogo e reflexão como proposta de finalização do documento para, posteriormente, realizar a devolutiva e socialização das informações através da publicação deste Diagnóstico.

Sendo assim, realizou-se o processo de discussão em torno dos mapas expostos e a identificação com marcadores de acordo com cada cor, representando as respectivas legendas, com as temáticas: vermelho (para elencar situações de risco), prata (ausências nos territórios), verde (espaços de convivência e lazer), azul (experiências coletivas do território) e laranja (marcas e características de identidade do território).

- **VERMELHO –** Locais e situações de riscos:

    1. Transporte público em loteamentos e chácaras;
    2. Infraestrutura e acessibilidade;
    3. Acessibilidade no comércio;
    4. Tráfico de drogas;
    5. Uso abusivo de Substância Psicoativa (SPA);
    6. Exploração Sexual.

De acordo com a análise do grupo, as vulnerabilidades perpassam as políticas públicas e enfrentá-las é uma tarefa que exige integração e ações intersetoriais.

Foi levantada a questão da falta de mobilidade nas estâncias e chácaras distantes dos territórios e os riscos a ela relacionados. O transporte público ineficiente acarreta, segundo o grupo, na falta de segurança, já que as pessoas ficam muito tempo nos pontos de ônibus, que muitas vezes não são iluminados nem sinalizados, além de não possuírem acessibilidade para deficientes físicos.

Além disso, foi citada como consequência desse fator, a evasão escolar, pois as crianças/adolescentes residentes nesses locais enfrentam uma série de dificuldades para acessar a escola. Referente à mobilidade, existe a falta de infraestrutura e acessibilidade, não somente nas estâncias, mas em todo o município, o que gera uma série de transtornos e dificuldades para pessoas idosas e deficientes, sendo um fator dificultador para suas vidas cotidianas e o acesso à educação, cultura, esporte e lazer.

Outro fator discutido foi o tráfico de drogas, apontado pelo grupo como mais visível nas Regiões Bosque, CEU, Pinheirinho, Vila Toninho, Schmitt (Vila Ramos) e Central. Sobre o uso abusivo de substâncias psicoativas, explanou-se que está em todas as Regiões, com foco para a região do centro da cidade, que abriga o que os

representantes presentes no Mapa Falado nomearam de “cracolândia”. Foi mencionado o fato de que, dentro dos condomínios, existe o uso e, até mesmo, tráfico velado e que não entram nas estatísticas. Relatou-se o fato de os traficantes aliciarem adolescentes para o tráfico. Atreladas ao uso e tráfico de SPA, o grupo mencionou a prostituição e exploração sexual como escancaradas nas Regiões Central, Pinheirinho e CEU, com foco para as Regiões Pinheirinho e CEU onde ocorre, também, a exploração sexual de crianças e adolescentes.

- **PRATA –** Ausências nos territórios:
    1. Saneamento básico em loteamentos e chácaras;
    2. Centro Dia;
    3. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV) para Crianças e adolescentes no contraturno escolar;
    4. Mobilidade urbana;
    5. Inserção de jovens no mercado de trabalho e/ou capacitação para inclusão;
    6. Segurança Pública;
    7. Remoção (saúde);
    8. Outra unidade do “Bom Prato”;
    9. Política de Habitação;
    10. Critérios para concessão de benefícios;
    11. Implementação de mais Centros de Convivência Familiar (CCF);
    12. Articulação entre Políticas Públicas para a promoção de cultura;

A legenda das ausências foi, sem dúvida, a mais utilizada. Dentre as ausências enumeradas acima, destacou-se, durante a discussão, a falta de comunicação em locais distantes (loteamentos e chácaras irregulares) como fator impeditivo de acesso à segurança e saúde “não é possível chamar a polícia nem uma ambulância, se necessário, porque os celulares não têm sinal” (sic). Foi mencionada também a ausência de orelhões, vistos como ultrapassados na “geração dos celulares”, mas muito necessários nesses locais.

Uma ausência que implicou em problematizações, por parte do grupo, foi a inexistência de unidades de Centro Dia para os idosos nas Regiões Cidade da

Criança, Pinheirinho e Schmitt, com ênfase para a necessidade de ser disponibilizado transporte para os usuários do serviço. Ainda, nessa direção, foi mencionado o fato de os serviços estarem, em sua maioria, concentrados na Região Central, não sendo ofertados ou, quando ofertados, ineficientes, nas demais Regiões do município.

O grupo expôs a ausência de políticas públicas para inserção de jovens no mercado de trabalho, enfatizando o fato de haver discriminação quanto aos jovens que não se enquadram no “padrão estabelecido”. Observam-se preconceitos relacionados a adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidades sociais, além da estigmatização dos jovens que moram nas regiões mais periféricas da cidade, principalmente em estâncias e chácaras.

Com relação à falta de segurança pública, o grupo mencionou que os condomínios não enfrentam as consequências dessa ausência. Contudo, essa não é a realidade da maioria da população, pois são muitas as situações (violência, tráfico, insegurança etc.) vivenciadas em decorrência das fragilidades da segurança pública.

Outro fator destacado refere-se à dificuldade enfrentada pelos usuários ao tentar utilizar os serviços de remoção da saúde (locomoção de pacientes para consultas/tratamentos). O serviço foi apontado como “muito burocrático e ineficiente”, já que, quando disponibilizado, não chega no horário, o que, muitas vezes, faz com que o paciente perca a consulta. Enfatizou-se, nesse caso, as Regiões Vila Toninho, CEU, Pinheirinho e Schmitt, com a observação de que isso também ocorre nas demais.

A dificuldade de acolhimento para dependentes químicos que desejam se tratar foi mencionada por um dos participantes, que citou o fato de os trâmites serem muito burocráticos. Aproveitou-se o momento para divulgar os fluxos para acolhimento, que devem passar inicialmente pelo CAPS, e a importância desses fluxos.

Quanto à fome e insegurança alimentar, foi mencionada a ausência de outras unidades do Bom Prato na região norte, com foco no Pinheirinho, CEU e Bosque, sendo enfatizada sua necessidade por todo o grupo. Ainda neste âmbito, mencionaram-se as ausências provocadas pelos critérios de concessão de benefícios às famílias, que, segundo uma participante, desconsideram os novos arranjos familiares formados em decorrência da crise econômica que o país enfrenta, com a formação, inclusive, de cortiços. Ao citar a situação dos cortiços e rearranjos

familiares, foi levantada a falta de políticas habitacionais, principalmente na Região Pinheirinho.

Referente aos serviços e locais de convivência sugeriu-se a implementação de mais Centros de Convivência da Família. Quanto à situação do atual CCF, foi mencionando que a piscina aquecida gera a maior parte da demanda reprimida do local, já que a demanda é maior do que a oferta.

Por fim, mas não menos importante, foi trazida à discussão a falta de articulação entre as políticas públicas. Concluiu-se, a esse respeito, que há muitos espaços que podem servir para realização de eventos e atividades referentes aos serviços, mas esses espaços estão subaproveitados, uma vez que falta estrutura mínima como bancos e tomadas em praças. Segundo o grupo, se as políticas articulassem entre si, os espaços seriam melhor aproveitados. A ênfase, neste tópico, foi a realização de grupos e atividades culturais, que poderiam chegar às demais Regiões, mas, pelas questões já mencionadas, ficam concentradas na Região Central.

- **VERDE –** espaços de convivência e lazer:

1. Centro de Convivência Familiar (CCF).

- **AZUL –** experiências coletivas do território (solidariedade, mobilização).
    1. Associações;
    2. Grupos Narcóticos anônimos (NA)/Alcoólicos Anônimos (AA);
    3. Intervenções culturais descentralizadas.

Neste tópico foram destacadas as associações de moradores de bairros que, segundo relatos, se fortaleceram durante a pandemia (com ênfase às Regiões Pinheirinho, Cidade da Criança, Central, Schmitt e HB). De modo que os grupos formados por “vizinhança solidária” existentes, dentre outras, na região Central, promovem a solidariedade e segurança entre os moradores.

Outros pontos citados como positivos foram os grupos de ajuda (NA e AA) presentes nas Regiões Vila Toninho e Central e as intervenções culturais descentralizadas que ocorrem nas Regiões Talhado, Represa e Schmitt.

- **LARANJA –** marcas e características de identidade do território

1. Polo turístico (Schmitt);
2. Complexo (Cidade da Criança);
3. Shopping (HB);
4. Saúde (HB);
5. Represa/Swift (Represa);
6. Rodoviária (Central);
7. Basílica (Central);
8. Calçadão (Central);
9. Biblioteca (Central);
10. Zoológico (Bosque);
11. Cristo (Central);
12. UNESP (Bosque);
13. FAMERP (HB);
14. Pinheirinho (Pinheirinho);
15. Campo de futebol São Francisco (HB);
16. Centro Esportivo Eldorado (Cidade da Criança);
17. Praça de Esporte e Cultura (Schmitt);

Destaca-se, nesse tópico, que de forma geral os participantes apresentaram a oferta de serviços públicos, bem como os espaços de convivência, esporte e cultura como importantes marcas e características de identidade dos territórios do município. Ressaltou-se a importância desses espaços e serviços como referências para a população e usuários dos serviços ofertados.

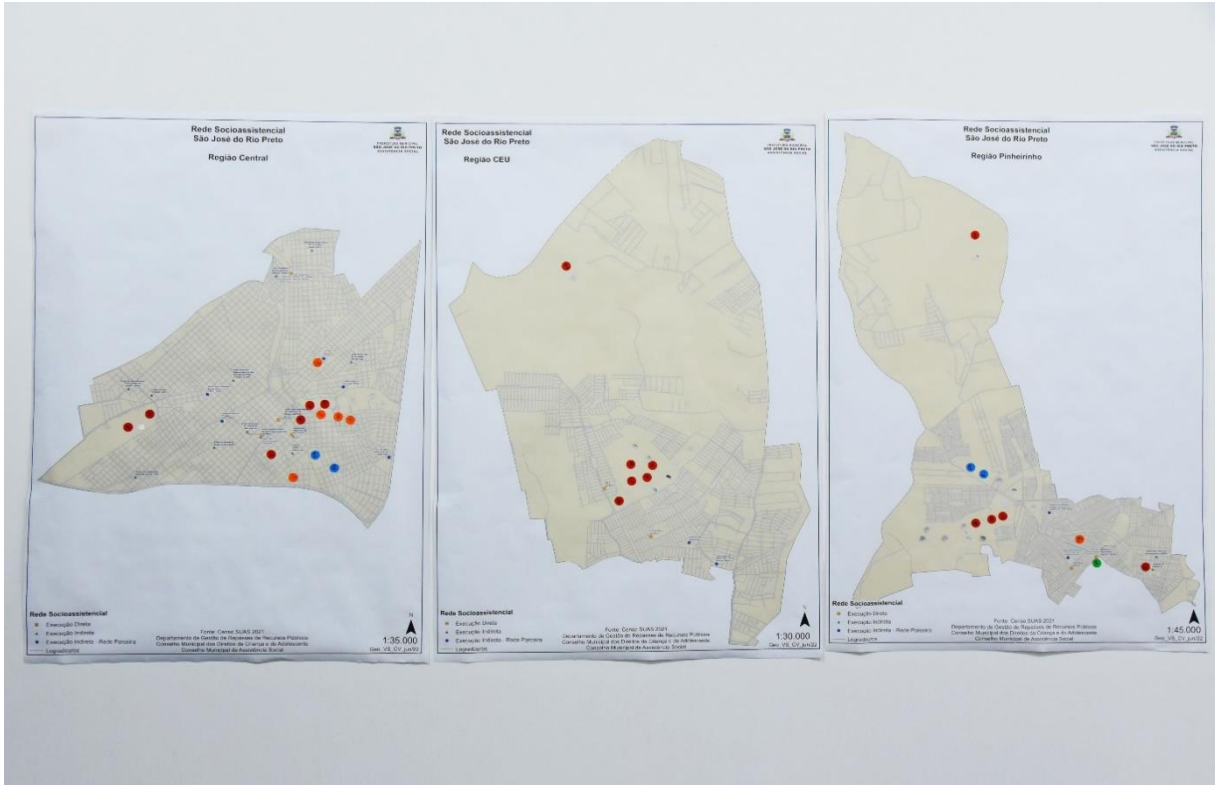
Apontamentos finais

Na finalização das discussões foi dada a oportunidade ao grupo de analisar a atividade e expor seus pontos de vista. Foi mencionado, como ponto positivo, que o Diagnóstico tem sido um processo “bacana”, participativo e democrático. Como ponto negativo citou-se o fato de Rio Preto, apesar de ser uma metrópole, possuir muitos pontos a serem melhorados em diversas políticas públicas, como as políticas para pessoas idosas, já que a cidade está “envelhecendo” e, segundo o grupo, as políticas não têm acompanhado esse indicador social. Também foi explicitado o fato de as

políticas públicas não chegarem até os espaços que poderiam ser utilizados para oferta de seus serviços. Observou-se que muitos espaços possuem potencial para o desenvolvimento de ações e atividades, mas são subutilizados ou não são devidamente utilizados por falta de divulgação e da integração entre as políticas.

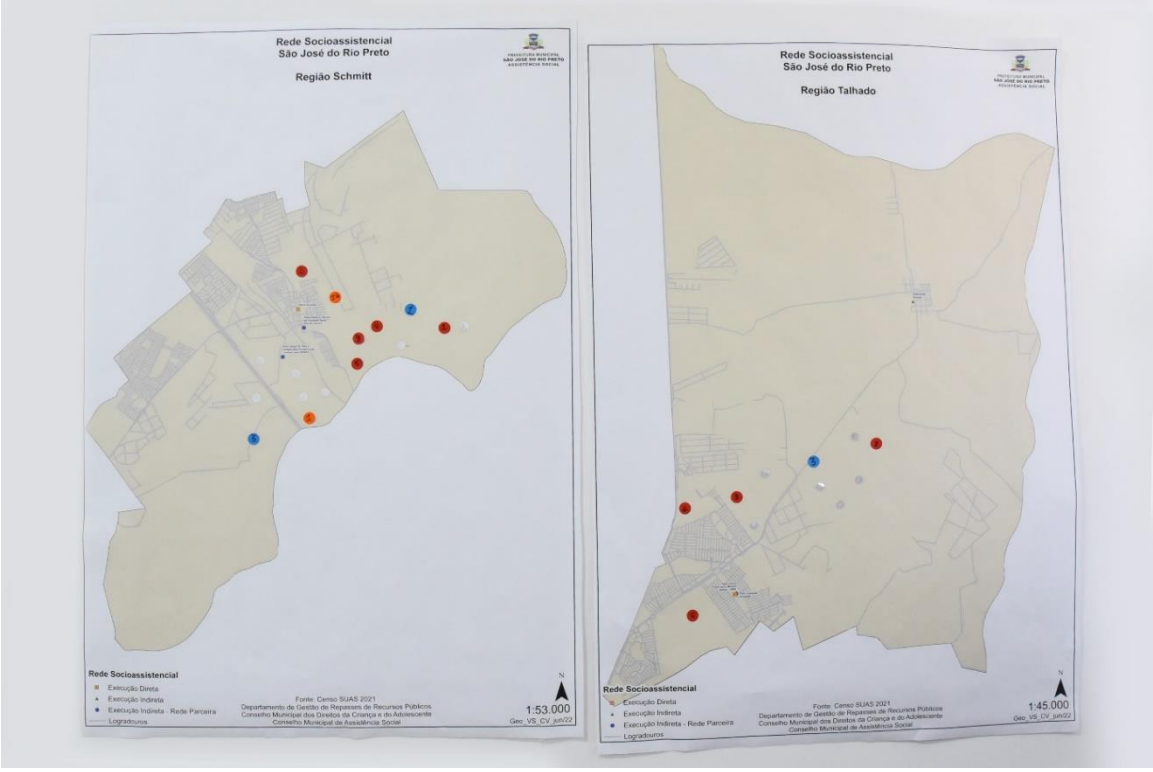
Por fim, o grupo refletiu sobre a importância da função vigilância, ressaltando que essa não é só de competência da Política de Assistência Social, mas de todas as políticas públicas sociais e seus equipamentos. Nessa direção, avaliou-se a relevância da atividade do Mapa Falado, como exemplo da sistematização das demandas, já que muitas não chegam aos Conselhos de Direitos por não terem sido sistematizadas e reduzidas a termo, impedindo que as instâncias competentes atuem, de forma direta e objetiva, para saná-las.

Figura 4 — Mapa falado realizado com conselhos de direitos. Regiões Central, CEU e Pinheirinho.



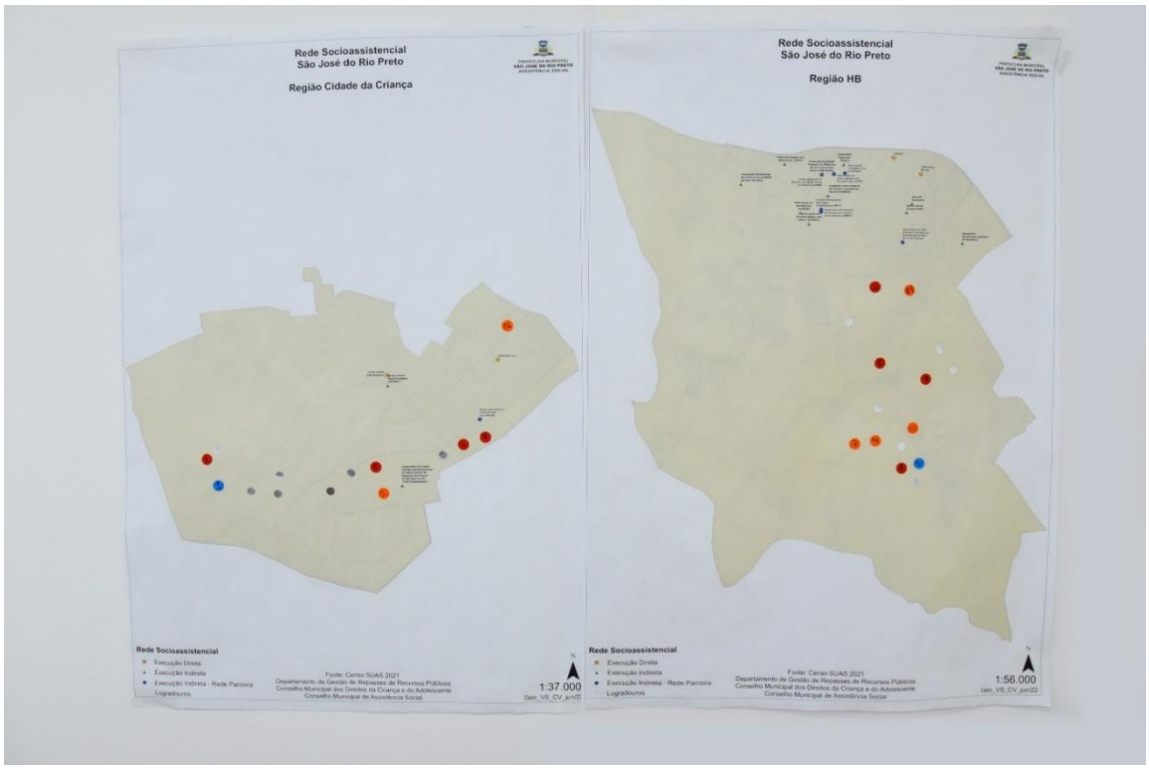
Fonte: SEMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social.

Figura 5 — Mapa falado com conselhos de direitos - Regiões Schmitt e Talhado.



Fonte: SEMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social.

Figura 6 — Mapa falado com conselhos de direitos - Regiões Cidade da Criança e HB.



Fonte: SEMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social.

Figura 7 — Mapa falado com conselhos de direitos - Regiões Vila Toninho, Bosque e Represa.

Fonte: SEMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social.

RELATOS DE CASOS ALTA COMPLEXIDADE

Referente à alta complexidade, o Departamento de Proteção Social Especial, em conjunto com o Departamento de Vigilância Socioassistencial, traz o relato de casos de jovens que estão no Serviço de Acolhimento Institucional para adolescentes em abrigo da OSC Comunidade Terapêutica Só Por Hoje, com um quadro descritivo de seus contextos de vida, enumerados de A até D, e uma análise fazendo a correlação com o importante papel das políticas públicas.

Quadro 10 — Breve histórico dos adolescentes do Serviço de Acolhimento em Abrigo Institucional para adolescentes – OSC Só Por Hoje – Casa 1.

Nomes fictícios	Descrição
"A" **17 anos** Acolhido neste Serviço desde: 23/11/20	- Acolhimento por negligência e abandono; - Acolhimento em outro serviço desde criança; - Baixa tolerância à frustração; - Envolvimento com o uso e tráfico de drogas; - Internação no CIAPS - 15 dias devido a uso de substâncias; - Dificuldade com figuras de autoridade; - Dificuldade com normas e regras escolares; - Comportamento de agressividade devido às adversidades; -Acompanhamento no CAPS AD III - Schmitt, realizou acompanhamento ambulatorial em torno de 06 meses, prescrita medicação controlada, mas nega fazer uso; - Mudança de período escolar para o noturno na tentativa de busca de emprego, atingirá sua maioridade em outubro/2022; - O serviço de acolhimento, através da Vara da Infância e Juventude conheceu uma empresa no ramo de peças automotivas para caminhão, na qual o proprietário teve a sensibilização com a história dos adolescentes acolhidos, e outros dois adolescentes que passaram por acolhimento tiveram uma oportunidade nesta empresa; - No início de fevereiro /2022 – foi realizado um teste na empresa descrita, na área de separação de itens para venda, o adolescente apresentou interesse de aprendizagem, foi realizada junto à equipe e empresa a importância de continuar estudando, para a possibilidade de crescimento dentro da empresa; - **"A"** começou a frequentar a escola com assiduidade, iniciou um relacionamento com uma adolescente da sala que o estimula com as questões escolares e de trabalho; - Não vem apresentando, até o momento, nenhuma situação de risco e uso de substâncias; - Com o primeiro salário, comprou uma bicicleta e um celular e relatou ser a *"primeira vez que teve dinheiro do seu suor"*; (sic) - Apresenta interesse de buscar uma vida autônoma, e constituir sua própria família.
"B" **18 Anos**	- Órfão de mãe; - Negligenciado pelo genitor; - Situação de rua e uso de substâncias; - Evasão escolar; - Dificuldade de aprendizagem; - Tratamento ambulatorial CAPS I CENTRO; - Permaneceu no acolhimento cerca de 14 meses, no período retomou a rede de ensino; - Realizou curso de Jovem Aprendiz na ARPROM, foi contratado como estagiário por uma rede de supermercados, apresentou bom desempenho, foi demitido devido à extensão do período de pandemia; - O serviço de acolhimento entrou em contato com uma empresa e relatou que o adolescente precisaria de um trabalho, pois teria que trabalhar sua autonomia para o a saída do acolhimento; - O serviço o ajudou na locação de um local próximo ao trabalho, para a economia do transporte; - O adolescente precisou de todo um aparato do acolhimento e da empresa, para a construção de sua autonomia, como auxílio da gestão financeira, compras de itens domésticos etc. - O jovem está há dois anos empregado e residindo sozinho.

"C" **17 Anos** Acolhido neste Serviço desde: 18/01/22	- Acolhido por motivo de negligência; - Sem contato familiar; - Evadido da escola; - Atualmente concluiu o ensino fundamental no sistema EJA, aguardando liberação para a inclusão no ensino médio do ensino regular; - Iniciou há cerca de 20 dias o estágio em uma empresa e ainda está em período de teste.
"D" **17 ANOS** Acolhido neste Serviço desde: 14/09/21	- Acolhido por motivo de negligência; - Cumprindo medida de Liberdade Assistida por motivo de agressão; - Cursando o 2º ano do ensino médio; - Durante a seleção de estagiários uma empresa ficou sensibilizada pelo fato de o adolescente estar em contexto de acolhimento e decidiu, juntamente com a equipe, dar uma oportunidade de trabalho para o adolescente; - Estagiando na empresa há cerca de 2 meses.

Fonte: OSC Só Por Hoje e Departamento de Proteção Social Especial.

Análise e Discussão

Os adolescentes acolhidos apresentam em comum nas suas trajetórias de vida, situações de vulnerabilidade social, rompimento de vínculos familiares e comunitários e violação de direitos em diversos âmbitos. Alguns destes adolescentes, na busca pela sobrevivência, se envolveram no tráfico de drogas, considerada a pior forma de trabalho infantil e pela sociedade, um caminho sem volta.

Os relatos apresentados apontam retorno à escola, inserção no trabalho, resgate dos vínculos familiares, superação da dependência química e o alcance da autonomia. É instigante pensarmos: quais os elementos que propiciaram a mudança da trajetória de vida dos adolescentes? Inclusive um dos relatos testemunha que mesmo com a maioridade tal mudança permaneceu. Porque permaneceu? Para respondermos estas questões é necessário compreender o serviço de acolhimento.

O acolhimento institucional tem como objetivo a proteção integral do adolescente, devendo ser desenvolvido com o adolescente e sua família trabalho social que oportunize espaço para reflexão, atividades socioeducativas, retorno à escola, capacitação profissional, inserção no mercado de trabalho e cuidado integral à saúde.

O adolescente acolhido tem garantido no acolhimento institucional condição habitacional digna, alimentação, material de higiene, vestuário, rede de internet, vaga em escola próxima à residência ou do trabalho, cursos de capacitação e vale transporte para o desenvolvimento de atividades. O acolhimento institucional, ainda,

por intervenção do juiz da infância e juventude, conta com parceiros que priorizam os adolescentes na oferta de vagas de estágio e emprego. Temos ainda equipe técnica, formada por psicóloga e assistente social, que em conjunto com os educadores, terá a missão de supervisionar/orientar os acolhidos, além de realizar atendimentos particularizados com os adolescentes e seus familiares. A finalidade é o resgate do vínculo familiar e apoio na construção de estratégias para a superação das dificuldades a serem enfrentadas no cotidiano, sempre sob a égide do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

Pela descrição do serviço de acolhimento institucional visualizamos que o adolescente tem acesso aos direitos apregoados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, o que nos leva a pensar que mesmo o adolescente que já vivenciava diversas desproteções e situações de risco podem ter uma mudança de trajetória. Infelizmente, a realidade experimentada pelos adolescentes e suas famílias antes do acolhimento institucional era de muitas desproteções (renda, habitação, alimentar, escolar e etc.).

Fleury (2010) em texto sobre os modelos de proteção social elabora o conceito de cidadania invertida “[...] na qual o indivíduo tem que provar que fracassou no mercado para ser objeto da proteção social”.

O acolhimento institucional é uma medida judicial aplicada em casos graves, quando se reconhece a impossibilidade de proteção por parte da família e o esgotamento das ações do estado em atuar junto à família para a proteção de seus membros, portanto, falamos de fracasso. Todavia, é este fracasso que permite ao adolescente e sua família ascender à condição de cidadania universal, pois “Os benefícios passam a ser concedidos a partir das necessidades, com fundamentos nos princípios da justiça social [...]” (FLEURY, 2010).

Concluímos que o acesso à cidadania universal viabiliza a segurança de autonomia, é promotora de sonhos, assegura aos adolescentes escolhas, tornando-os protagonistas de sua própria história. Assim, também questionamos as teses meritocráticas que responsabilizam os sujeitos por seus sucessos ou fracassos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Cadastro Único** [Internet]. Brasília: DF, Ministério da Cidadania, [2019]. Disponível em: http://www.cidadania.gov.br/servicos/cadastro-unico. Acesso em: 13 fev. 2021.

BRASIL. IBGE. **Desemprego.** [Internet]. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php. Acesso em: 13 fev. 2021.

BRASIL. **Emenda Constitucional 95 de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=16/07/1990. Acesso em: 13 fev. 2021.

BRASIL. **Portal da Transparência**. [Internet]. Disponível em: http://www.portaltransparencia.gov.br/beneficios/consulta?tipoBeneficio=6&ordenarPor=municipio&direcao=asc. Acesso em: 13 fev. 2021.

BRASIL. **Painel de Informações do Novo CAGED**. [Internet]. Disponível em: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNWI5NWI0ODEtYmZiYy00Mjg3LTkzNWUtY2UyYjIwMDE1YWI2IiwidCI6IjNlYzkyOTY5LTVhNTEtNGYxOC04YWM5LWVmOThmYmFmYTk3OCJ9&pageName=ReportSectionb52b07ec3b5f3ac6c749. Acesso em: 7 abr. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Gestão do Trabalho e Educação Permanente do SUAS em Pauta**. Brasília, 2014.

BRASIL. **Resolução nº 109, de 25 de novembro de 2009.** Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Ministério de Desenvolvimento Social. Brasília, DF, 2009c. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 04 jun. 2018.

BRASIL. IPEA. **Carta de Conjuntura**. [Internet]. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200702_cc_48_mercado_de_trabalho.pdf. Acesso em: 14 jul 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a Organização da Assistência Social LOAS e dá outras providências. Brasília, DF, 1993.

BRASIL. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos** do Sistema Único de Assistência Social – **NOB**-**RH**/SUAS, **2006**. Política Nacional de Educação Permanente do SUAS (PNEP/SUAS). Portaria nº 115, de 20 de março de 2017.

BRASIL. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS **NOB** - RH/**SUAS**. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome - MDS. **2005**. BRASIL, Política Nacional da Assistência Social - PNAS - Versão Original.

BRASIL. **Resolução nº 109 de 25 de novembro de 2009.** Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Ministério de Desenvolvimento Social. Brasília, DF, 2009. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 07 abr. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.435 de 6 de julho de 2011. Altera a **Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993,** que dispõe sobre a organização da Assistência Social. *Diário Oficial da União* 2011; 7 set.

FLEURY, S. Políticas sociais. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: https://gestrado.net.br/verbetes/politicas-sociais/. Acesso em 10 jun. 2022.

FRENTE NACIONAL EM DEFESA DO SUAS E DA SEGURIDADE SOCIAL. **Informe 4 A Vigilância Socioassistencial em tempos de calamidade emergência: estratégias para Proteção Social.** [Internet]. Disponível em: https://conferenciadeassistenciasocialhome.files.wordpress.com/2020/06/informe4_vigilanciasocioassistencial-1.pdf. Acesso em: 14 jul. 2020.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Decreto N° 18.571 de 24 de março de 2020**. Reconhece estado de calamidade pública no Município de São José do Rio Preto decorrente da Pandemia do Covid-19 (COVID-19) e estabelece medidas de enfrentamento. São José do Rio Preto, 2020ª. Disponível em: https://www.riopreto.sp.gov.br/wp-

content/uploads/arquivosPortalGOV/coronavirus/DECRETO_N_18571.pdf. Acesso em: 14 jul 2020.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Covid-19 (COVID-19).** São José do Rio Preto, 2020. [Internet]. Disponível em: https://www.riopreto.sp.gov.br/coronavirus/#notas. Acesso em: 21 jul. 2020.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Lei nº 1.071 de 5 de janeiro de 1965**. Institui a Fundação Riopretense de Assistência Social. São José do Rio Preto, SP, 1965.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Lei nº 2.104 de 2 de maio de 1977**. Dispõe sobre a estrutura administrativa da prefeitura municipal de São José do Rio Preto. São José do Rio Preto, SP, 1977.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. Leo nº 3.045 de 7 de junho de 1982. Constitui a assessoria do bem-estar social. São José do Rio Preto, SP, 1982.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Decreto Municipal nº 2.883 de 14 de junho de 1982**. Define a constituição da Assessoria de Bem-Estar Social. São José do Rio Preto, SP, 1977.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Lei nº 3.162 de 14 de setembro de 1982**. Estrutura administrativa constituída pelos órgãos da administração direta, constante no ítem I do art. 10 da Lei nº 2.104/77. São José do Rio Preto, SP, 1982.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Lei nº 4.956 de 15 de maio de 1992**. Dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e dá outras providências. São José do Rio Preto, SP, 1992.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Decreto nº 18.073 de 29 de junho de 2018**. Institui a Divisão Geográfica da área do Município de São José do Rio Preto em Regiões e dá outras providências. Diário Oficial do Município, São José do Rio Preto, SP, 01 de julho de 2018. Ano XV - nº 4396. Disponível em: <file:///C:/Users/cvissechi/Downloads/pgm-decreto_18073.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2022.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Decreto nº 18.571 de 24 de março de 2020**. Reconhece estado de calamidade pública no Município de São José do Rio Preto decorrente da pandemia do Coronavírus (COVID-19) e estabelece medidas de enfrentamento. Diário Oficial do Município, São José do Rio Preto, SP, 25 de março

de 2020. Ano XVII - nº 4922. Disponível em: < file:///C:/Users/cvissechi/Downloads/pgm-Decreto_18571.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2022.

APÊNDICE 1 – REDE SOCIOASSISTENCIAL NO MUNICÍPIO

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
1	Bosque	Associação Anjo da Guarda	Rua Antônio Munia, 1086 - Jd. Nazareth (17) 3363-4589	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	130			CMDCA; Censo SUAS 2021
2	Bosque	Associação das Damas de Caridade (Lar de Fátima) núcleo João Paulo II	Rua Rosa Generosa Pinheiro, 441- João Paulo II (17) 3224-5384	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	120	X	X	CMDCA; Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
				Projeto de Fomento Lar de Fátima "In Fight" Início 01/04/2021 Término 31/01/2023 22 meses	Projeto de Fomento	Atender até 160 crianças e adolescentes, de ambos os sexos, de 06 a 14 anos, excepcionalmente para adolescentes de 15 anos, ofertando o jiu-jitsu em cinco núcleos: Planalto, João Paulo II, Novaes, Vitória Régia e Maceno.			X	Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
3	Bosque	CRAS¹ João Paulo II	Rua Rosa Generosa Pinheiro, 401 João Paulo II - (17) 3223-8550 (17) 99779-0611 (17) 3221-5183	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação				

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
					Deficiência e Idosas	de vulnerabilidade social				
4	Bosque	Lar Maria José de Jesus	Rua Valdomiro Cornachione, 209 Bosque da Felicidade (17) 3224-8050	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Jovens a partir de 18 anos a idosos	30			Censo SUAS 2021
5	Central	Casa Evangélica de Recuperação Adonai (CERAI)	Rua Alexandre Tambury, 243 - Jd. Conceição (17) 3223-6468	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional em República	Homens adultos de 18 a 59 anos	12			Censo SUAS 2021
6	Central	Albergue Noturno Protetor dos Pobres	Rua Independência, 2611 - Centro (17) 3232-8260	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Abrigo Institucional e Casa de Passagem	Pessoas adultas ou famílias em situação de rua, desabrigo por abandono, migração, ausência de residência e pessoas em trânsito	Pernoite e Jantar (média diária): 40; Casa de Passagem (mensal): 10; Jantar (média diária):100	X		Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
7	Central	Associação Filantrópica Mamãe Idalina (AMAI)	Sede: Rua Rubião Jr, 2056 - Boa Vista (sede da equipe) (17) 3222-5121	Especial de Alta Complexidade	Serviço de acolhimento Institucional 4 Casas-lares e crianças e adolescentes em reintegração familiar obs. O serviço atende todas as regiões do município.	Crianças e adolescentes	10 vagas para cada casa lar	X	X	Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
8	Central	Associação Rio-pretense de promoção do Menor (ARPROM)	Rua Prudente de Moraes, 3308 - Centro (17) 3214-6830	Básica	Ações de Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho	Adolescentes de 14 a 17 anos	700		X	CMDCA; CMAS
9	Central	Associação Casa de Caridade Pão da Vida	Rua Borba Gato, 149 - Jd. Paulista (17) 3305-3028	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Abrigo Institucional	Adultos	15			Censo SUAS 2021
10	Central	Associação Madre Teresa de Calcutá	Rua Maximiano Mendes, 157 - Santa Cruz (17) 3235-4645	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	18 a 29 anos, 30 a 59 anos e idosos	30			Censo SUAS 2021
11	Central	Centro Pop³	Rua Antônio de Godoy, 2839 - Centro (17) 3237-3000 (17) 3231-6939 (17) 99709-0301	Especial de Média Complexidade	Serviço Especializado em Abordagem Social	Jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam espaços públicos como forma de moradia e/ou sobrevivência	-			Censo SUAS 20211
					Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua	Jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência				
12	Central	CRAS Centro	Rua João Teixeira, 260 - Vila Santa Cruz (17) 3212-7670	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
			(17) 99779-1276 (17) 3215-3300		Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
13	Central	CREAS² II	Rua Maximiano Mendes, 154 - Santa Cruz (17) 3227-2520 (17) 3212-8217 (17) 99734-8969	Especial de Média Complexidade	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)	Famílias e indivíduos que vivenciam violação de direitos	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)	Adolescentes de 12 a 18 anos incompletos, ou jovens de 18 a 21 anos, em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)				
14	Central	Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE)	Rua Dr. Presciliano Pinto, 3300 - Boa Vista (17) 3211-2953	Básica	Ações de Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho	Adolescentes e jovens de 14 a 24 anos	-		X	CMDCA; CMAS

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
15	Central	Centro Social Santa Cruz	Rua Silva Jardim, 3925 - Santa Cruz (17) 3232-2678	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 06 a 14 anos	55		X	CMDCA; Censo SUAS 2021
16	Central	Associação das Damas de Caridade (Lar de Fátima) núcleo Vila Novaes	Av. Philadelpho M. Gouveia Neto, 785 - Vila Novaes (17) 32222-1614	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	110	X	X	CMDCA; Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
				Projeto de Fomento Lar de Fátima "in Fight" Início 01/04/2021 Término 31/01/2023 22 meses	Projeto de Fomento	Atender até 160 crianças e adolescentes, de ambos os sexos, de 06 a 14 anos, excepcionalmente para adolescentes de 15 anos, ofertando o jiu-jitsu em cinco núcleos: Planalto, João Paulo II, Novaes, Vitória Régia e Maceno			X	Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
17	Central	Grupo de Atendimento e Prevenção do Câncer (GAPC)	Av. Dr. Cenobelino de Barros Serra, 3003 Pq. Industrial (17) 3500-2100	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Todos os ciclos de vida - todas as faixas etárias	30			Censo SUAS 2021
18	Central	Lar São Vicente de Paulo de São José do Rio Preto	Rua Fernão Dias Paes Leme, 414 - Vila Maceno (17) 3224-6435	Especial de Média Complexidade	Serviço de Proteção Social Especial para Idosos e suas Famílias - Centro Dia para Idosos	Idosos	38	X		Censo SUAS 2021 Departamento de Gestão de Repasse de

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
				Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Abrigo Institucional (Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI)	Idosos	Até 50	X		Recursos Públicos
19	Central	Legião da Boa Vontade (LBV)	Rua Dom Pedro I, 2776 - Jd. Canaã - (17) 3235-1811	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	150		X	CMDCA; Censo SUAS 2021
20	Central	Instituto Comboniano São Judas Tadeu	Rua José Bonifácio, 1598 - Jd. Roseiral (17) 3215-9200	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	300	X	X	CMDCA; Censo SUAS 2021
21	Central	Associação dos Ostomizados de São José do Rio Preto e Região (AORP)	Rua Floriano Peixoto - nº 926, bairro: Boa Vista (17) 30225636	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Todos os ciclos de vida - todas as faixas etárias	20			Censo SUAS 2021
22	Central	Rede de Assistência Social Cristã (RASC)	Rua Cila, 2866 - Vila Imperial	Básica	Ações de Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho	Adolescentes e jovens de 14 a 24 anos	125		X	CMDCA; CMAS
23	CEU	Associação das Damas de Caridade (Lar de Fátima) núcleo Planalto	Rua Amélia Ferreira Del Campo, 125 - Jd. Planalto (17) 3236-8887	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	200	X	X	Censo SUAS 2021; CMDCA Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
				Projeto de Fomento Lar de Fátima "In Fight" Início 01/04/2021 Término 31/01/2023 22 meses	Projeto de Fomento	Atender até 160 crianças e adolescentes, de ambos os sexos, de 06 a 14 anos, excepcionalmente para adolescentes de 15 anos, ofertando o jiu jitsu em cinco núcleos: Planalto, João Paulo II, Novaes, Vitória Régia e Maceno.			X	Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
24	CEU	Associação Paraíso	Rua da Liberdade, s/n - Talhado (sede) (17) 997164691	Projeto de Fomento Arte de Rua	Projeto de Fomento	Abrange as regiões CEU, Pinheirinho e Talhado Atender 200 crianças e adolescentes e suas famílias, respeitando o ciclo de vida e faixa etária, propiciando espaços de proteção acolhedor			X	Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
25	CEU	Associação de Assistência São Deocleciano (AASD)	Av. Virgílio Dias de Castro, 388 - São Deocleciano (sede) (17) 3224-5616	Projeto Entre Laços	Projeto de Fomento Início: 07/06/2021 Término: 06/06/2022 12 meses	Atender um total de 90 crianças e adolescentes por mês, com idade de 06 a 17 anos e 11 meses de ambos os sexos região de abrangência CRAS São Deocleciano (paróquia) CEU das Artes Nova Esperança CRAS Lealdade e Amizade (Escola Estadual João Deoclecio da Silva)		X	X	Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
26	CEU	CRAS Cidadania	Rua Zacarias Selime Alex André, 200 - Pq. da Cidadania (17) 3212-9195 (17) 3219-5220 (17) 99729-0423	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
					Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
27	CEU	CRAS Santo Antônio	Rua Josefina Reis Assunção, 385 - Santo Antônio (17) 3217-8024 (17) 3219-7104 (17) 99645-4742	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
28	CEU	Instituto Lar Esperança	Rua Edson Pupin, 651 - Jd. Santo Antônio (17) 3219-9720	Especial de Média Complexidade	Serviço de Proteção Social Especial para Idosos e suas Famílias - Centro Dia para Idosos	Idosos	20	X		Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
				Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Abrigo Institucional (Instituição de Longa	IDOSOS	Até 20	X		Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
					Permanência para Idosos - ILPI)					
29	Cidade da Criança	Associação Espírita a Caminho da Luz (AELUZ)	Rua Theodoro Sanches, 2300 - São Jorge (17) 3236-6098	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adultos de 30 a 59 anos	30		X	Censo SUAS 2021
			Rua Theodoro Sanches, 2300 - São Jorge (17) 3219-8325	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Residência Inclusiva	Jovens e adultos com deficiência de 18 a 59 anos	Até 16	X	X	Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos; CMDCA
30	Cidade da Criança	Serviço Social Maria Peregrina (SESMAP)	Rua Francisco Rodrigues de Freitas, 184 Jardim Belo Horizonte (17) 3219-9970	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 17 anos	130		X	CMDCA; Censo SUAS 2021
31	Cidade da Criança	Comunidade Só Por Hoje	Sede: Av. Das Hortênsias, 660 - Jardim dos Seixas (17) 3236-3696	Especial de Média Complexidade	Serviço Especializado em Abordagem Social	Crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam espaços públicos como forma de moradia e/ou sobrevivência	70	X	X	CMDCA; CMAS; gestão de parcerias

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
			Sede: Av. Das Hortênsias, 660 - Jardim dos Seixas (17) 3236-3696	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Casa Lar - Casa Compartilhada[4] obs: O Serviço atende todas as Regiões do Município	Crianças e adolescentes do município, de 10 a 17 anos, de ambos os sexos, com transtornos mentais, em situação de risco pessoal e social, sob medida de proteção	10	X	X	CMDCA; CMAS; Gestão de Parcerias
			Sede: Av. Das Hortênsias, 660 - Jardim dos Seixas (17) 3236-3696	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Abrigo Institucional obs: O Serviço atende todas as Regiões do Município	Adolescentes homens, de 12 a 17 anos, em situação de risco pessoal e social, sob medida de proteção	ATÉ 10	X	X	CMDCA; CMAS; Gestão de Parcerias
32	Cidade da Criança	CRAS Eldorado	Rua Brás Repizo Nabas, 262 - Vila Romana (17) 99733-4507 (17) 3219-0186	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
33	Cidade da Criança	CRAS Jardim Belo Horizonte	Rua Rogério Cozzi, 657 - Jd. Anielli (17) 3222-4256 (17) 3219-0078 (17) 99718-2169	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Pessoas com deficiência e/ou idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
34	HB	Associação Beneficente dos Vinte e Cinco - ABVIC (Amigos da Hipo)	Rua Joaquim Fernandes Diniz, 100 - Tarraf II (17) 3216-4160 (17) 99644-3678	Básica	Ações de Habilitação e Reabilitação da Pessoa com Deficiência e a Promoção de Sua Integração à Vida Comunitária	Crianças e adolescente de um ano e cinco meses a 12 anos	100			CMAS
35	HB	Associação Lar dos Menores (ALARME)	Av. Anisio Haddad 6580 - Jardim Aclimação (17) 3226-4100	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	200		X	CMDCA, Censo SUAS 2021
36	HB	Associação dos Amigos da Criança com Câncer ou Cardiopatia (AMICC)	Rua Dr. Lino Braile, 355 - Jd. Francisco Fernandes (17) 2137-0777	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Casa de Passagem	Crianças, adolescentes e famílias	46	X	X	Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
37	HB	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)	Rua Dr. Raul Silva, 1863 - Nova Redentora (17) 3227-1200 /2136-1200	Especial de Média Complexidade	Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias - Centro Dia	Pessoas com deficiência	160 (sede e Schmitt)	X	X	Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
38	HB	Centro Social Parque Estoril	Rua Olavo Guimaraes Correa, 815 - Jardim Ouro Verde (17) 3201-1550	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	80		X	CMDCA; Censo SUAS 2021
39	HB	Clube dos Amigos dos Deficientes (CADE)	Rua Rosa Gregório Gomes, 495 - Jd. Maracanã (17) 3231-7463	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e Ações de Habilitação e Reabilitação da Pessoa com Deficiência e a Promoção de sua integração à vida comunitária	Todos os ciclos de vida - todas as faixas etárias	180			Censo SUAS 2021; CMAS
40	HB	Casa de Apoio ao Paciente Adulto com Câncer (CAPACC)	Rua Saad k. Saad Aboujaoude, 161 - Jd. Michel Jacob (17) 3216-1593 / (17)3227-2676	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional	Adultos e idosos	54			Censo SUAS 20211
41	HB	Casa de Eurípedes	Rua Olavo Guimarães Correa, 600 - Jd. Urano (17) 3227-4733	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescente de 07 a 14 anos	60		X	CMDCA; Censo SUAS 2021

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
42	HB	Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância (CRAMI)	Av. Brigadeiro Faria Lima, 5544 - Vila São Pedro - 3º andar (17) 3227-3484	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Família Acolhedora e Programa Guarda Subsidiada	Crianças e adolescentes com medida de proteção	Até 15 famílias acolhedoras até 25 famílias subsidiadas	X	X	CMDCA; gestão de parcerias
43	HB	CRAS Novo Mundo	Rua Centenário, 1299 - Jd. Novo mundo (17) 3226-3131 (17) 3227-0169 (17) 99779-2480	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças de 0 a 6 anos e seus responsáveis, adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
44	HB	CREAS I	Rua José Polachini Sobrinho, 575 - Jd. Sinibaldi (17) 3216-2226 (17) 3216-3155	Especial de Média Complexidade	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)	Famílias e indivíduos que vivenciam violação de direitos	-			Censo SUAS 2021

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
					Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)	Adolescentes de 12 a 18 anos incompletos, ou jovens de 18 a 21 anos, em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)				
45	HB	Fundação Líbero Badaró de Ensino e Assistência Social (FULBEAS)	Av. Francisco das Chagas Oliveira, 1175 Chácara Municipal (17) 3201-4900	Básica	Ações de promoção da integração ao mercado de trabalho	Adolescentes mulheres a partir de 15 anos e 08 meses a 17 anos	90		X	CMDCA; CMAS
46	HB	Instituto Riopretense dos Cegos Trabalhadores (IRCT)	Rua Cleo Oliveiro Roma, 200 - Jd. Morumbi (17) 3355-5001	Especial de Média Complexidade	Ações de habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária	Pessoas com deficiência visual	48	X	X	CMDCA; Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
47	HB	Associação Evangélica Lar de Betânia	Rua Roberto Simonsen, 430 - vila São José (17) 3227-2200	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Abrigo Institucional (Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI)	Idosos	Até 43	X		Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
48	HB	Associação Operação Alegria	Rua Doutor Raul Silva, 1523 - Nova Redentora (17) 3305-6127	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Abrigo Institucional	Adultos	26		X	CMDCA, Censo SUAS 2021
49	HB	Associação Beneficente Jerônimo de Mendonça	Av. Faiez Nametalh Tarraf, 1.180 - São Marcos (17)32273311	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adultos de 30 a 59 anos	40			Censo SUAS 2021
50	HB	Associação Lar São Francisco de Assis na Providência de Deus (Casa de Cireneu)	Av. Benedito Rodrigues Lisboa, 400 - São Francisco (17) 3229-3769	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Proteção em Situação de Calamidades Públicas e de Emergências	Pessoas adultas de ambos os sexos que se encontram em situação de rua e desabrigo	Até 50	X		Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
51	Pinheirinho	CRAS Antunes	Rua Nagib Abissamira, 1801 - Jd. Antunes (17) 3236-5611 (17) 3219-0060 (17) 99717-9120	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
52	Pinheirinho	CRAS Solo Sagrado	Rua Beatriz da Conceição, 241 - Solo Sagrado	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento	Famílias em situação de	-			Censo SUAS 2021

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
			(17) 3217-3200 (17) 3237-3333 (17) 99772-7435		Integral à Família (PAIF)	vulnerabilidade social				
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
53	Pinheirinho	Instituto Educacional Casa da Criança	Rua Nagib Abissamra, 1665 - Ana Célia (17) 3236-1960	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 06 a 17 anos	140		X	CMDCA; Censo SUAS 2021
54	Pinheirinho	Associação Espírita Rancho de Luz “Paulino Garcia”	Rua Maria da Encarnação Ferreira, 365 Solo Sagrado (17) 3236-1013	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças, adolescentes e jovens de 07 a 29 anos	40	X		Censo SUAS 2021
55	Pinheirinho	Instituto As Valquírias	Rua Paschoal Decrescenzo, 599 - Jd. Itapema (17) 99151-2686	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Todas os ciclos de vida, a partir dos 7 anos	60		X	CMDCA; Censo SUAS 2021
56	Pinheirinho	Projeto Educacional Profissionalizante do Adolescente (PROEPAD)	Rua Alcina Medeiros Pinto César, 99 Residencial Califórnia (17) 3219-1467	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 06 a 14 anos	50	X	X	CMDCA; Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
57	Pinheirinho	Associação Paraíso	Rua da Liberdade, s/n - Talhado (17) 997164691	Projeto de Fomento Arte de Rua	Projeto de Fomento	Abrange as regiões CEU, Pinheirinho e Talhado atender 200 crianças e adolescentes e suas famílias, respeitando o ciclo de vida e faixa etária, propiciando espaços de proteção acolhedor			X	Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
58	Represa	Associação de Assistência São Deocleciano (AASD)	Av. Virgílio Dias de Castro, 388 - São Deocleciano (17) 3224-5616	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 17 anos	120		X	CMDCA; Censo SUAS 2021
59	Represa	Associação de Assistência São Deocleciano (AASD)	Av. Virgílio Dias de Castro, 388 - São Deocleciano (17) 3224-5616	Projeto Entre Laços	Projeto de Fomento Início: 07/06/2021 Término: 06/06/2022 12 meses	Atender um total de 90 crianças e adolescentes por mês, com idade de 06 a 17 anos e 11 meses de ambos os sexos região de abrangência CRAS São Deocleciano (paróquia) CEU das Artes Nova Esperança CRAS Lealdade e Amizade (Escola Estadual João Deoclecio da Silva)				Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
60	Represa	CRAS São Deocleciano	Rua Olinda Loria Khauan, 151 - pq. São Miguel (17) 3223-1238 (17) 99706-9526	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças de 0 a 6 anos e seus responsáveis, adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação				

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
						de vulnerabilidade social				
61	Represa	Projeto Maquininha do Futuro	Av. Benedito Sufredini, 655 - São Deocleciano (17) 3221-6251	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 17 anos; jovens de 18 a 29 anos e adultas (os) de 30 a 59 anos	200	X	X	CMDCA; Censo SUAS 2021
62	Schmitt	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - núcleo rural (APAE)	Rural - Engº Schmitt (17) 3227-1201	Especial de Média Complexidade	Serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência e suas famílias - centro dia	Pessoas com deficiência	160 (sede e Schmitt)	X	X	Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
				Projeto Equoterapia	Projeto de Fomento Início: 01/06/2021 Término: 30/10/2022 17 meses	Inovar e ampliar o serviço clínico de saúde, nas instalações da APAE Rural de São José do Rio Preto. APAE SEDE - Central APAE Rural - Schmitt			X	Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
63	Schmitt	Associação e Oficina de Caridade Santa Rita de Cássia	Rua Voluntários da Pátria 44 - Schmitt (17) 3808-1527	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Abrigo Institucional (Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI)	Idosos	Até 84	X		Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
64	Schmitt	CRAS - Engenheiro Schmitt	Rua Voluntários da Pátria, 460 - Engº Schmitt (17) 3808-1412	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
			(17) 3808-1010 (17) 99657-9597		Integral à Família (PAIF)					
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
65	Talhado	Associação de Assistência São Deocleciano (AASD)	Av. Virgílio Dias de Castro, 388 - São Deocleciano (sede) (17) 3224-5616	Projeto Entre Laços	Projeto de Fomento Início: 07/06/2021 Término: 06/06/2022 12 meses	Atender um total de 90 crianças e adolescentes por mês, com idade de 06 a 17 anos e 11 meses de ambos os sexos região de abrangência CRAS São Deocleciano (paróquia) CEU das Artes Nova Esperança CRAS Lealdade e Amizade (Escola Estadual João Deoclecio da Silva)			X	Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
66	Talhado	Associação Paraíso	Rua da Liberdade, s/n - Talhado (17) 997164691	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	30		X	CMDCA; Censo SUAS 2021
67	Talhado	Associação Paraíso	Rua da Liberdade, s/n - Talhado (17) 997164691	Projeto de Fomento Arte de Rua	Projeto de Fomento	Abrange as regiões CEU, Pinheirinho e Talhado atender 200 crianças e adolescentes e suas famílias, respeitando o ciclo de vida e faixa etária, propiciando espaços de proteção acolhedor			X	Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
68	Talhado	Associação Filantrópica	Rua Geraldo de Paiva Ferreira (projetada 15), s/n	Projeto Vem Ser o Futuro	Projeto de Fomento Início: 01/06/2021 Término:	Atender até 150 crianças e adolescentes de 06 a 17 anos e 11 meses, de forma virtual.		X	X	Departamento de Gestão de Repasse de

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
		Mamãe Idalina - AMAI	Lealdade e Amizade ao lado do CRAS Lealdade e Amizade		31/05/2022 12 meses					Recursos Públicos
69	Talhado	CRAS Lealdade e Amizade	Rua Geraldo de Paiva Ferreira, s/n - Residencial Lealdade e Amizade (17) 3229-7566 (17) 99761-4234 (17) 3214-0592	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças de 0 a 6 anos e seus responsáveis, adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
70	Vila Toninho	Associação Filantrópica Mamãe Idalina (AMAI)	Rua Azaim Pinto Murta, 136 - Vitória Régia (17) 3238-1457	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	50	X	X	CMDCA; Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
71	Vila Toninho	Associação Renascer	Av. Amélia Cury Gabriel, 4701 - Jd. Soraia (17) 3213-9595	Especial de Média Complexidade	Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas	Pessoas com deficiência	82	X	X	CMDCA CMAS Departamento de Gestão de Repasse de

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
					Famílias - Centro Dia					Recursos Públicos
				Projeto de Fomento Pediasuit e Snoezeien Início: 01/06/2021 Término: 30/06/2022 13 meses	Projeto de Fomento Início: 01/06/2021 Término: 30/06/2022 13 meses	Atendimento gratuito a 40 pessoas com deficiência intelectual e dificuldades físicas associadas ou não, e autismo, de 0 a 14 anos, em 02 métodos inovadores: sendo 30 vagas no Snoezelen e 10 vagas no Pediasuit, por 13 meses.		X		
72	Vila Toninho	Associação das Damas de Caridade (Lar de Fátima) núcleo Vitória Régia	Rua Hermelinda Martins Vieira Rocha, 77 Vitória Régia (17) 3238-5442	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	115	X	X	CMDCA Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
				Projeto de fomento lar de Fátima "in Fight" Início 01/04/2021 Término 31/01/2023 22 meses	Projeto de Fomento	Atender até 160 crianças e adolescentes, de ambos os sexos, de 06 a 14 anos, excepcionalmente para adolescentes de 15 anos, ofertando o jiu jitsu em cinco núcleos: Planalto, João Paulo II, Novaes, Vitória Régia e Maceno.			X	Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
73	Vila Toninho	CRAS Vila Toninho	Rua Maria Onofre Lopes Santos, 1273 - Vila Toninho (17) 99772-7439 (17) 3218-1430 (17) 3238-1012	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de Convivência e	Crianças de 0 a 6 anos e seus responsáveis,				

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
					Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
74	Vila Toninho	Instituto Educacional Francisco de Assis (IEFA)	Rua Benedito Guagliardi, 291 - Romano Calil (17) 3218-3336	Básica	Ações de Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho	Adolescentes de 14 a 17 anos, e adultos de 18 a 59 anos	350		X	CMDCA; CMAS

PARTE II

Região Talhado

Facilitadora: Márcia Santos da Rocha

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....83
2. METODOLOGIA.....83
3. CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL DA REGIÃO.....85
4. CRAS LEALDADE E AMIZADE.....87
5. PANORAMA DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL NA REGIÃO.....90
6. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DO TERRITÓRIO.....92
6.1. Ciclos de vida.....92
6.2. Desemprego e Renda.....94
6.3. Crescimento da Região.....95
7. VIOLÊNCIA E VIOLAÇÃO DE DIREITOS.....96
7.1 Trabalho Infantil.....99
7.2 Violência Sexual.....101
8 MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO.....102
9 PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA.....106
10 A RELAÇÃO DEMANDA/OFERTA DO TERRITÓRIO.....106
11 INTERSETORIALIDADE E PARTICIPAÇÃO POPULAR NO TERRITÓRIO....110
12 COLETA DE DADOS – RESULTADOS.....112
12.1. Usuários.....112
12.2. Percepção da rede intersetorial sobre a Região.....121
13 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....125
REFERÊNCIAS.....127
APÊNDICE 1 – Entrevista semiestruturada usuários.....130
APÊNDICE 2 – Coleta de dados com a rede socioassistencial e intersetorial..... 131
ANEXO 1 – Linha 121 – Lealdade e Amizade 132

1. INTRODUÇÃO

Enquanto parte do Diagnóstico Socioterritorial da Política de Assistência Social do Município de São José do Rio Preto 2021/2022, o presente texto visa a apresentar um Diagnóstico Socioterritorial realizado na Região de Talhado, na perspectiva de que o panorama identificado forneça subsídios para as ações da proteção social básica, bem como para ações da proteção social especial na Região estudada. O processo de construção do diagnóstico teve a participação dos diversos atores, como usuários, representantes da rede intersetorial e da rede socioassistencial.

Objetivou levantar um arcabouço de dados com os quais fosse possível subsidiar a realização de uma análise interpretativa das diversas realidades sociais encontradas na Região e, com isso, subsidiar ações da gestão de Assistência Social municipal, ainda que saibamos das limitações enfrentadas, quando comparamos tais análises com as realidades sociais vivenciadas, principalmente, em se tratando de situações de riscos e violências que, na maioria das vezes, são subnotificadas.

O documento está organizado em treze seções, composto por esta introdução, seguido de metodologia, caracterização territorial da Região, CRAS Lealdade e Amizade, panorama da Proteção Social Básica e Especial, violência e violação de direitos, medida socioeducativa em meio aberto, Pessoa em Situação de Rua, relação demanda/oferta, intersetorialidade e participação popular, resultados da coleta de dados com usuários e rede e, por fim, considerações finais. Segue com as referências, os apêndices 1 e 2 com os questionários aplicados e um anexo com as linhas de transporte público.

2. METODOLOGIA

A título de subsídios para a compreensão social da abrangência da Região de Talhado, em relação à metodologia utilizada no presente estudo, optamos em descrevê-la em três etapas.

A primeira etapa, que contemplou seis reuniões[4], das quais participaram profissionais da equipe de Vigilância Socioassistencial e Gestão do Trabalho, da Secretaria de Assistência Social de São José do Rio Preto, uma facilitadora, além de

[4] Datas as reuniões: 08/10/2021, 22/11/2021, 13/12/2021, 13/01/2022, 11/03/2022, 15/03/22.

técnicos(as), educadores e coordenadora do CRAS Lealdade e Amizade, técnicas do CREAS I, que são referência no território, além da coordenação e técnica de referência do Centro POP, estes últimos, tendo participado de duas reuniões iniciais.

Nesta primeira etapa, os encontros pautaram-se em análise de informações primárias sobre o território, dados estes obtidos em bancos de dados oficiais, tais como, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Extração de Informações do CadÚnico (CECAD); Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN); Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério da Economia e Fundação SEADE. Inicialmente, dedicamos atenção especial aos dados sobre as características sociodemográficas da população, os benefícios e programas ofertados pela rede socioassistencial e parceira, e os índices de violência e violação de direitos da Região de Talhado.

A segunda etapa, quando elencamos o Diagnóstico Socioterritorial, propriamente dito, foi direcionada aos usuários dos serviços do CRAS Lealdade e Amizade e, também, às instituições que ofertam serviços à população no território. Essa etapa do diagnóstico objetivou a compreensão das ausências e potencialidades, na perspectiva daqueles que vivenciam/residem na Região.

Para o grupo de usuários do CRAS, elegemos a entrevista semiestruturada como instrumento para coleta de dados, que foram aplicadas em uma amostra de 11 moradores no território, assim distribuídos, conforme quadro 1.

Quadro 1 — Perfil dos participantes das entrevistas.

Sujeito	**Idade**	**Gênero**	**Cor**	**Renda**	**Bairro**	**Quanto tempo mora no bairro**
Entrevista 1	50	Masculino	Branca	R$400,00	Lealdade	7 anos
Entrevista 2	39	Feminino	Parda	R$2.400,00	Lealdade	7 anos
Entrevista 3	68	Feminino	Branca	R$1.212,00	Lealdade	7 anos
Entrevista 4	38	Feminino	Negra	sem renda	Amizade	7 anos
Entrevista 5	64	Feminino	Negra	R$3.800,00	Maria Serantes	3 anos
Entrevista 6	71	Feminino	Branca	R$2.424,00	Talhado	37 anos
Entrevista 7	64	Feminino	Parda	R$2800,00	Estância São Luiz	25 anos
Entrevista 8	40	Feminino	Branca	R$250,00	Talhado	40 anos
Entrevista 9	15	Feminino	Branca	sem renda	Talhado	15 anos
Entrevista 10	44	Feminino	Branca	R$3.600,00	Estância São Manoel	1 anos e 9 meses
Entrevista 11	76	Feminino	Parda	R$1.212,00	Estância São Manoel	23 anos

Fonte: Equipe Região Talhado.

As entrevistas foram gravadas e precedidas de explicação sobre os objetivos e finalidades da pesquisa, e aqueles que concordaram em participar, preencheram o termo de Consentimento Livre Esclarecido[5].

As coletas de dados com os usuários do equipamento foram realizadas individualmente e, posteriormente, na terceira etapa, transcritas e realizada a análise dos dados, quando foi aplicada a análise de conteúdo.

A análise de conteúdo pode ser considerada como um conjunto de técnicas de análises de comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e de recepção das mensagens, que recorre a indicadores quantitativos ou não (BARDIN, 1977).

Os resultados da pesquisa estão na Seção de coleta de dados - resultados.

Para coleta de dados com trabalhadores da rede intersetorial foi enviado, via *e-mail*, o *link* para o *Google Forms*, contendo questionário aberto para as três escolas Municipais, uma escola Estadual, duas Unidades Básicas de Saúde da Família, dois Projetos e subprefeitura que compõe a Região de Talhado.

3. CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL DA REGIÃO

Talhado é um distrito que pertence à cidade de São José do Rio Preto e, de acordo com dados históricos, o local passou a ser ocupado em 1889 com a chegada da família de José Pinto e das famílias Pimenta (1912) e Ávila (1922). O Distrito de Talhado foi criado pelo Decreto de Lei n° 14.334 de 30/11/1944. Talhado está distante, cerca de 15 quilômetros, do centro de São José do Rio Preto, sendo que as principais formas de acesso ocorrem por meio da Rodovia Transbrasiliana, a quinta maior rodovia do Brasil, também conhecida como BR 153 e a Vicinal Alcides Augusto Ávila. Entende-se que a presença do cruzamento de rodovias traz riscos à Região, como por exemplo, a destreza para o tráfico de drogas e exploração sexual. Assuntos que serão retratados em números, por meio da Ficha de Notificação SINAN.

[5] O levantamento de dados com os usuários não passou pelo comitê de ética visto que se enquadra nas exceções dispostas no Parágrafo Único do Artigo 1º da Resolução CNS 510/2016. Trata-se de levantamento de dados para uso na política pública e as pessoas terão as informações preservadas em sigilo e não serão identificadas. Realizou-se um termo de autorização explicitando a finalidade da pesquisa.

Figura 1 — Vista aérea do Território de Talhado.

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Talhado#/media/Ficheiro:Talhado-sp.jpg.

O Decreto n° 18.073 de 29 de junho de 2018 instituiu a Divisão Geográfica da área do Município de São José do Rio Preto em Regiões, sendo que o CRAS Lealdade e Amizade está localizado na Região Talhado com a abrangência dos seguintes bairros: Residencial Alta Vista, Centro (Talhado), Parque Maria Serantes, Parque Residencial da Amizade, Parque Residencial da Lealdade e Setvalley. Demais bairros considerados zona rural: Chácara Recreio Nossa Senhora do Líbano, Chácara Recreio Parque do Sabiá, Chácara Recreio Terras de São José, Condomínio São Luiz, Condomínio Vera Cruz, Estância Pica-pau-Amarelo, Estância Pingo D'Água, Estância Raquel, Estância San Luiz, Estância San Luiz II, Estância Santa Paula, Estância Santa Rita, Estância São Judas Tadeu, Estância São Manoel, Estância Sossego, Loteamento São Roque e Terra de São Lucas (Zona Rural).

Segundo dados da Conjuntura Econômica 2021 de São José do Rio Preto/Secretaria Municipal de Planejamento, a Região Talhado compreende uma população de 33.003 habitantes, o que corresponde a 7% da população total do município, sendo que o distrito de Talhado tem 5.419 pessoas.

Possui 66.333,43 Km², o que corresponde a 17% da extensão territorial do município, de acordo com dados informados pela Secretaria Municipal de Obras, que se baseou no decreto nº 18.073, de 29 de junho de 2018.

O CRAS Lealdade e Amizade localiza-se no território de Talhado desde 20 de Agosto de 2010, com o nome de CRAS Talhado, pois inicialmente, estava localizado no Distrito de Talhado e era considerado um CRAS rural. Teve sua sede transferida para os bairros Lealdade e Amizade em agosto de 2015, devido à implantação do conjunto habitacional do Programa Federal Minha Casa Minha Vida, que totalizou 2.508 casas, constituído por famílias oriundas de diversos bairros de áreas vulneráveis do município. Portanto, atualmente, o equipamento socioassistencial fica localizado a 7 quilômetros do Distrito de Talhado.

Figura 2 — Construção dos Bairros Lealdade e Amizade em 2013.

Fonte: Acervo de informações do CRAS Lealdade e Amizade.

4. CRAS LEALDADE E AMIZADE

O CRAS Lealdade e Amizade, equipamento socioassistencial, é uma unidade pública estatal de base territorial, possui unidade própria e está localizado em área de vulnerabilidade social, funcionando nove horas por dia, das 8h às 17h. A população pode acessar o equipamento espontaneamente, ou por meio de busca ativa. As formas de acesso ao CRAS também contemplam os encaminhamentos da rede

socioassistencial e demais políticas públicas, como o envio de relatórios para referenciar e atender/acompanhar a família. A partir do ano de 2020, devido à pandemia da COVID-19, ações indiretas, como contato telefônico, também foi uma modalidade de acesso muito utilizada.

O CRAS oferta, de forma exclusiva, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e executa, de forma direta, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) nos ciclos: 0 a 6; 15 a 17 e idosos, além do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com Deficiência e Idosas. As famílias são atendidas e/ou acompanhadas no PAIF por meio das acolhidas, ações particularizadas, ações comunitárias, oficinas com famílias e encaminhamentos. Destaca-se que o SCFV também é executado por OSCs parceiras no município.

Como forma de facilitar o acesso da população do Distrito de Talhado, dos loteamentos e chácaras aos serviços do CRAS, realiza-se o atendimento e acompanhamento do Serviço PAIF na subprefeitura de Talhado, às quintas-feiras, das 13h às 16h.

Em 2020 devido à pandemia os atendimentos foram reorganizados e disponibilizados vales-transportes às famílias que buscavam por atendimento do CRAS. Em novembro de 2021, após a suspensão das restrições sanitárias, os atendimentos presenciais em Talhado foram retomados.

Importante destacar que a população residente nas estâncias como a São Manoel e outras demandam o atendimento presencial, o qual fica prejudicado devido ao quadro de funcionários insuficiente, assunto que será discutido mais à frente.

De acordo com Brasil (2009), a capacidade de atendimento anual para CRAS com 5.000 famílias referenciadas é de 1.000 famílias/ano atendidas. No ano de 2021 foram atendidas 1.690 famílias. Atualmente o CRAS possui no território 6.627 famílias referenciadas e, de acordo com o CECAD de março/2022, 5.383 pessoas e 2.207 famílias estão inscritas no Cadastro Único[6] . Esta mesma base de dados indica que 1.177 famílias estão em condições de extrema pobreza[7] e 1.353 estão em condição

[6] O Cadastro Único é um instrumento que reúne informações sobre a situação de pobreza e extrema pobreza das famílias brasileiras, sendo um recurso para identificar a realidade, subsidiar estudos e conceder benefícios, programas e projetos.

[7] Há estudos voltados ao dimensionamento da pobreza como expressão da insuficiência de renda disponível (pobreza monetária); aqueles que expressam pobreza como insuficiência de acesso e consumo de alimentos (desnutrição, subalimentação ou insegurança alimentar); pesquisas ancoradas na percepção da pobreza como a não satisfação de necessidades básicas monetárias e não monetárias dos indivíduos (pobreza multidimensional); estudos que tomam a pobreza como fenômeno de privação relativa e não absoluta de renda ou de outras dimensões socioeconômicas (pobreza relativa); e estudos

de pobreza. No mesmo período, março de 2022, no CRAS existiam 237 famílias em acompanhamento pelo Serviço PAIF.

É no CRAS Lealdade e Amizade que a população da Região de Talhado é incluída ou atualiza o Cadastro Único para Programas, Benefícios e Projetos Sociais, tais como: Benefício de Prestação Continuada[8] para Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência, Auxílio Brasil[9], Programa Renda Cidadã[10], Programa Ação Jovem[11], Projeto Viva Leite, Programa Bolsa do Povo[12] (Ação Jovem, Renda Cidadã, SP Acolhe, Viva Leite e Vale Gás), tarifas sociais de água e energia elétrica, ID Jovem[13], carteira para transporte interestadual à pessoa idosa[14], além de outros benefícios de outras políticas públicas, tais como habitação e cesta de legumes. Importante destacar que os Programas, Benefícios e Auxílios citados possuem critérios próprios para inclusão. No CRAS também há a oferta de benefícios eventuais como vale foto, cesta básica e funeral.

---

que investigam a pobreza a partir do posicionamento autodeclarado dos indivíduos (pobreza subjetiva) (JANUZZI *et al*, 2014). Aqui adotamos a dimensão da insuficiência de renda, quando tratamos da "extrema pobreza". Atualmente no Brasil, o decreto de nº 11.013 de 29 de março de 2022, que alterou o Decreto nº 10.852 de 8 de novembro de 2021, indica, no seu artigo 20, que é considerado extrema pobreza a família com renda familiar mensal per capita de até R$105,00 e condição de pobreza aquela que possui renda familiar per capita entre R$ 105,01 e R$ 210,00.

[8] O Benefício de Prestação Continuada - BPC, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (conforme disposto na Lei 8742/1993), é a garantia de um salário mínimo por mês ao idoso com idade igual ou superior a 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade. No caso da pessoa com deficiência, esta condição tem de ser capaz de lhe causar impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo (com efeitos por pelo menos 2 anos), que a impossibilite de participar de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

[9] O Programa de Transferência de Renda do Bolsa Família foi extinto em outubro de 2021, sendo substituído pelo Programa Auxílio Brasil, Decreto nº 10.852 de 8 de novembro de 2.021.

[10] É um programa de transferência de renda do Governo do Estado de São Paulo e tem como objetivo atender famílias em situação de pobreza, com renda mensal familiar per capita de até meio salário-mínimo nacional, prioritariamente até ¼ do salário-mínimo, mediante ações complementares e transferência direta de renda, como apoio financeiro temporário do Estado.

[11] É um programa de transferência de renda do Governo do Estado de São Paulo que visa estimular a conclusão da escolaridade básica, e oferecer ações complementares e de apoio à iniciação profissional.

[12] O Programa Bolsa do Povo, criado pelo Governo de São Paulo através da Lei nº 17.372, de 26 de maio de 2021, tem o "[...] objetivo de concentrar a gestão dos benefícios, ações e projetos, com ou sem transferência de renda, instituídos para atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, atendendo, no mínimo, os seguintes eixos programáticos: assistência social; trabalho; qualificação profissional; educação; saúde; habitação; esporte." (ESTADO DE SÃO PAULO, 2021)

[13] A Identidade Jovem, ou simplesmente ID Jovem, possibilita acesso aos benefícios de meia-entrada em eventos artístico-culturais e esportivos e também a vagas gratuitas ou com desconto no sistema de transporte coletivo interestadual, conforme disposto no Decreto nº 8.537, de 5 de outubro de 2015.

[14] Regulamentado pela Resolução nº 1.692, de 24/10/2006, dando o cumprimento do instituído pelo Estatuto do Idoso - Lei nº 10.741/2003 e ao Decreto 5.934/2006 - a pessoa idosa, com idade mínima de 60 anos, e que possua renda mensal igual ou inferior a dois salários mínimos tem direito à gratuidade no transporte rodoviário interestadual de passageiros.

5. PANORAMA DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL NA REGIÃO

A Região de Talhado em outubro de 2021, possuía 842 famílias beneficiárias do Programa de Transferência de Renda Bolsa Família (Governo Federal), já em março de 2022 tinha 1.138 famílias beneficiárias do Auxílio Brasil (Programa que o Bolsa Família). Em relação aos benefícios estaduais, na Região de Talhado, no mesmo período, não havia nenhum beneficiário do Programa Renda Cidadã, no Programa Ação Jovem apenas 1 adolescente e 99 famílias beneficiárias do Projeto Viva Leite.

Em relação ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), em outubro de 2021, 276 pessoas eram beneficiárias na Região de Talhado, destes, 143 são de pessoas idosas e 133 são de pessoas com deficiência.

Perante a atual conjuntura econômica e intensificada pela pandemia da COVID-19, a demanda por solicitação de benefício eventual, como cesta básica, aumentou consideravelmente. No mês de novembro de 2021, foram concedidas 247 cestas básicas, 58 a mais se comparado ao mesmo período no ano de 2020. No território, há também 444 famílias em situação de extrema pobreza atendidas, semanalmente, com cesta de legumes e frutas[15], fornecidas pela Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, distribuídas nos pontos: Associação de Moradores dos Bairros Lealdade e Amizade, Salão Paroquial de Talhado e Associação Organizadora e Administradora Estância São Manoel. Observa-se que a oferta de cestas básicas fica aquém do total de famílias que se encontram em situação de extrema pobreza atendidas na Região de Talhado.

> A fome coletiva como um produto da desigualdade social e econômica na sociedade Brasileira, avançou de forma significativa no contexto da Pandemia da COVID-19, que se inicia no Brasil no ano de 2020, sendo assim, a insegurança alimentar hoje se configura como uma violação de direitos humanos e permanece presente na vida de milhões de sujeitos e famílias no Brasil (MALLET; MELLO, 2022, *sn*).

O que se observa, nos últimos meses, é que com a pandemia da COVID-19 novas famílias acessaram o CRAS na busca por cesta básica, auxílio emergencial e,

[15] As cestas fornecidas são compostas por frutas, legumes e verduras, com periodicidade semanal, de acordo com a disponibilidade de alimentos captados ou adquiridos pela Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, seguindo os critérios de extrema pobreza.

consequentemente, atualização ou inclusão no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Assim, notou-se um novo olhar das famílias atendidas perante o cadastro, pois começaram a perceber que esse é a “porta de entrada” para o acesso aos benefícios, sendo necessário deixá-lo sempre atualizado, uma vez que os Governos utilizam desta base de dados para direcionar auxílios e benefícios sociais, dentre outras ações, como foi o caso do auxílio emergencial[16] concedido pelo Governo Federal no momento de pandemia da COVID-19.

Uma característica importante para ser destacada é que todas as famílias que foram beneficiárias com o Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida, nos bairros Lealdade e Amizade, possuem Cadastro Único, pois essa foi uma das exigências para o requerimento da casa própria do referido programa. No entanto, não foram todas as famílias que retornaram ao equipamento socioassistencial para atualizar, visto que essa atualização é necessária quando há qualquer alteração de renda, composição familiar, endereço ou ainda, a cada dois anos.

Em relação à atualização e inclusão de Cadastro Único, destaca-se que a não alfabetização e/ou defasagem escolar é um fator prevalente entre os usuários, visto que são entregues instrumentais para assinatura, registro da composição e renda familiar e eles apresentam dificuldades na escrita e na compreensão, o que, na maioria das vezes, os deixam constrangidos.

Faz-se importante frisar que, a partir da crise sanitária causada pela da pandemia do COVID-19, desde o mês de março de 2020, respaldado pelas normativas do Governo Federal, Estadual e Municipal, a dinâmica de trabalho dos profissionais e a oferta dos Serviços do CRAS Lealdade e Amizade passaram por reorganizações, na perspectiva da prevenção e proteção da doença. Para tanto, primou-se pelo atendimento/acompanhamento remoto, sendo que a acolhida aconteceu por meio de agendamento e os atendimentos/acompanhamentos emergenciais foram realizados de imediato e/ou agendados, além da suspensão das oficinas com famílias e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de todas as faixas etárias.

Outro serviço da política de Assistência que atende o território é o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), uma unidade pública da

[16] Regulamentado pela Medida Provisória nº 1.039, de 18 de março de 2021, o Auxílio Emergencial 2021 teve o objetivo de enfrentar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).

política de Assistência Social que compõe a Proteção Social Especial de Média Complexidade e tem por objetivo a oferta de atendimento às famílias e indivíduos que tiveram seus direitos violados, mas que ainda preservam os vínculos familiares.

O CREAS I é a unidade de referência para atendimento da Região de Talhado e demais territórios localizados na Zona Sul da cidade com referência para os CRAS: Lealdade e Amizade, São Deocleciano, João Paulo II, Vila Toninho, Schmitt, Novo Mundo e Centro. Atualmente (abril/2022), a equipe do CREAS I que atende o território de Talhado e de abrangência do CRAS Lealdade e Amizade conta com 01 Assistente Social da equipe do PAEFI e 01 psicóloga do serviço de MSE em Meio Aberto (PSC e LA).

Ainda em relação à Proteção Social Especial, a Região de Talhado também conta com o Serviço do Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP), que apesar de estar instalado na Região Central, atende a população em situação de rua das 10 Regiões do município.

O Centro POP proporciona a esta população, o atendimento social, encaminhamentos a outras políticas públicas e ofertas de serviços, tais como, higiene pessoal, guarda volumes, vale-alimentação para acesso ao restaurante Bom Prato, entre outros. Também conta com o serviço de abordagem social, que inclui equipes que identificam e atendem famílias e indivíduos em situação de risco em espaços públicos, inclusive, acionados pela comunidade em geral.

6. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DO TERRITÓRIO

6.1 Ciclos de vida

Analisando os ciclos de vida das 5.383 pessoas inscritas no CECAD de março/2022, a Região de Talhado possui 1.158 crianças, 793 adolescentes, 2.694 adultos e 738 pessoas idosas. Isto significa que, aproximadamente, 22% da população inscrita são crianças, 15% são adolescentes, 50% são adultos e estão na idade produtiva, e 14% possuem mais de sessenta anos.

A procura e a espera por vaga em creche são recorrentes nas falas dos usuários atendidos pelo CRAS. São muitos os casos em que responsáveis verbalizam que não conseguem procurar por emprego, pois desconhecem pessoas de confiança

para deixar os filhos e que estão, há meses, na espera pela vaga em creche. Outro fator dificultador é ausência de oferta por creche integral às crianças dos bairros Lealdade e Amizade e proximidades, demanda essa de extrema urgência e que deve ser observada e avaliada pela Secretaria de Educação.

A falta de contraturno escolar e projetos são ausências que permeiam a infância e a adolescência do Distrito de Talhado. Embora o Distrito de Talhado tenha a oferta do Projeto Mundo Novo, este possui fila de espera. Já o Projeto Vem Ser Futuro, instalado no Bairro Amizade vai encerrar as atividades no fim do mês de maio/2022. Logo, observa-se a falta de oportunidade de espaços de convívio e aprendizagem garantidores de proteção à infância e juventude.

Em virtude da ausência do ensino médio nos bairros Lealdade e Amizade e proximidades, como as Estâncias, os adolescentes são direcionados a escolas afastadas de suas residências, e acabam tendo que madrugar nos pontos de ônibus ou chegarem em suas casas tarde da noite devido à distância e a precária oferta de transporte público - falta de linha e horário restrito. Logo, observa-se que muitos adolescentes acabam por desistir dos estudos e buscar por outras oportunidades, sendo o tráfico uma delas.

A ausência de cultura, esporte e lazer a crianças e adolescentes é visível na Região como todo. O não acesso ou aproximação dessas políticas públicas acabam por não contribuir, de forma positiva, no desenvolvimento humano destas faixas etárias, de modo a não ter oportunidade de descobrir suas habilidades.

Com o envelhecimento populacional, observa-se na Região de Talhado o aumento expressivo de situações de pessoas idosas que residem sozinhas e que, consequentemente, por questões de saúde, acabam por necessitar de auxílio de terceiros para a execução das atividades da vida diária, como se alimentar, higienizar, ofertar medicamentos e, até mesmo, cuidar da vida financeira. Portanto se nota, em alguns casos, que muitas pessoas idosas não possuem afinidades familiares, recorrendo, então, à assistência de terceiros, ocorrendo que em alguns casos, se aproveitam da fragilidade do idoso para se beneficiar financeiramente.

Há, ainda, casos em que a pessoa idosa não possui recurso financeiro suficiente para arcar com as despesas de cuidadores, o que acaba por esperar pela benevolência da comunidade. Neste contexto, no cotidiano profissional é notado o aumento de denúncias de violência contra a pessoa idosa e a procura por institucionalização. Nesta última, evidenciam-se casos em que a própria família, seja

por histórico de conflitos ou por limitações de cuidados, recorrem ao CRAS para solicitar orientações quanto à aquisição de medicamentos, equipamentos de saúde e, consequentemente, por um local de proteção, visto que se sente incapaz de permanecer exercendo esse papel. Diante de tais situações que são observadas, vê-se que as políticas públicas não estão preparadas, no que se refere à oferta de serviços, para atender de forma integral às pessoas idosas dependentes, semidependentes e ou independentes e suas famílias.

Por outro lado, também foi constatado, principalmente no momento da pandemia da COVID-19, o quanto a pessoa idosa é a protagonista em respaldar seus familiares quando há recurso financeiro, mesmo que pequeno. Com as implicações da intensificação das expressões da questão social, muitos filhos e netos retornaram às residências de seus anciões para que sua sobrevivência pudesse ser garantida, visto que o recurso da aposentadoria, mesmo que mínimo, representou o único respaldo certo.

Com este cenário, notou-se, ainda, o aumento expressivo de solicitações de cesta básica por pessoas idosas, relatando os motivos dos novos arranjos familiares, o aumento dos preços para garantir a alimentação familiar e a compra de medicamentos, bem como do comprometimento da renda por questões de empréstimos. Importante salientar que, muitas pessoas idosas, que residem nos bairros Lealdade e Amizade, fizeram empréstimo pessoal quando se mudaram para o território para murarem suas casas, dívida essa que se estende até os dias de hoje.

6.2 Desemprego e Renda

O desemprego é uma questão social muito presente na vida das famílias atendidas pelo CRAS, pois muitos não possuem capacitação ou estudo exigido pelo mercado de trabalho formal. O que se observa nas falas é que, embora tenha o balcão de empregos do município, no qual são incluídas vagas de emprego e registro do currículo profissional, não conseguem acessar e acompanhar as vagas diárias de emprego, visto que não têm tecnologia para tanto ou não possuem habilidade tecnológica. Outro fator dificultador trazido, é o recurso financeiro para o translado desta população, que é desempregada, e este contexto impacta na frequência e participação de cursos profissionalizantes ofertados pela Secretaria do Trabalho em locais que são distantes do território onde vivem.

Devido à suspensão das aulas, no período de crise sanitária em virtude da COVID-19, algumas mães, responsáveis sozinhas pelas suas famílias, não puderam acessar os trabalhos informais para que pudessem cuidar dos filhos.

Considerando esse apontamento, a renda das famílias ficou vinculada somente ao recebimento do auxílio emergencial, tal situação repercute no agravamento das situações de vulnerabilidade.

De acordo com dados do CECAD, março de 2022, 2.530 sobrevivem com uma renda per capita de zero até R$210,00 reais, isto é, são famílias em condições de pobreza ou extrema pobreza, motivada pelo desemprego ou pelo trabalho informal precarizado.

Notou-se que, também durante a pandemia, diante da intensificação da vulnerabilidade social, muitos responsáveis familiares preocupados com o sustento de seus entes, não encontraram outra alternativa a não ser buscar pelo trabalho informal e deixar os filhos, crianças e adolescentes, em casa sob os cuidados de terceiros, ou, até mesmo, sob a responsabilidade de outra criança, visto que neste período os poucos projetos existentes do território e as escolas suspenderam suas atividades. Com tal realidade, pôde-se observar grande fluxo de crianças e adolescentes pelas ruas, soltando pipas, expostos ao tráfico e desprotegidos, ou seja, ainda mais expostos a situações de risco.

Embora a violência contra crianças e adolescentes seja um problema de saúde pública global, fatores geográficos e econômicos são capazes de influenciar as variações nas estimativas de violência. Outros fatores também aumentam a susceptibilidade para a violência infantil. Austeridade econômica, desastres e emergências podem ser considerados fatores de risco para o aumento da violência contra grupos mais vulneráveis (VIOLA *et al.*, 2016).

6.3 Crescimento da Região

A Região de Talhado, por possuir grande extensão rural e estar próximo à BR 153 está em ascensão no que diz respeito a novos loteamentos para construções de casas e indústrias. Atualmente, está em construção o loteamento Mais Parque, o Centro Comercial e Empresarial BR 153 e a ampliação do loteamento SetValley. Com a ampliação de moradias, consequentemente, intensifica-se o número de famílias da Região e o atendimento aos serviços socioassistenciais e das demais políticas

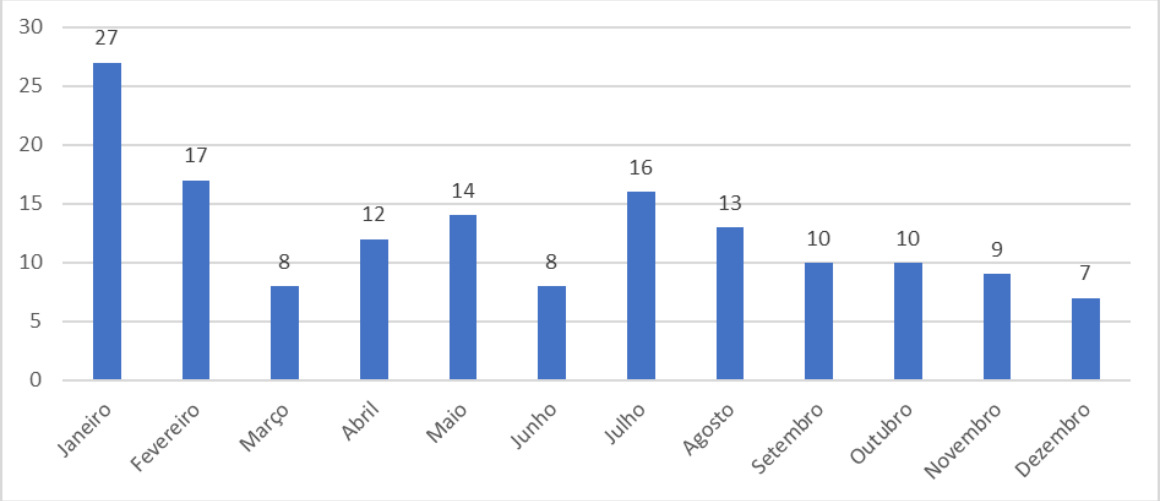
públicas, portanto, faz-se necessário pensar, a médio prazo, em ampliações de oferta e proteções socioassistenciais.

7. VIOLÊNCIA E VIOLAÇÃO DE DIREITOS

Nesta seção estão apresentados os dados referentes a 2020, que foram as informações discutidas com as equipes durante a construção deste Diagnóstico.

No ano de 2020 foram notificados 151 casos suspeitos ou confirmados de violência interpessoal e/ou autoprovocada na Região Talhado, território referenciado ao CRAS Lealdade e Amizade. Conforme o gráfico 1, janeiro foi o mês que apresentou maior número de notificações, com 27 (17,88%) casos e dezembro com menor incidência de situações de violências na Região, com 7 (4,6%) casos notificados.

Gráfico 1 — Distribuição das notificações de janeiro a dezembro de 2020. Total 151.

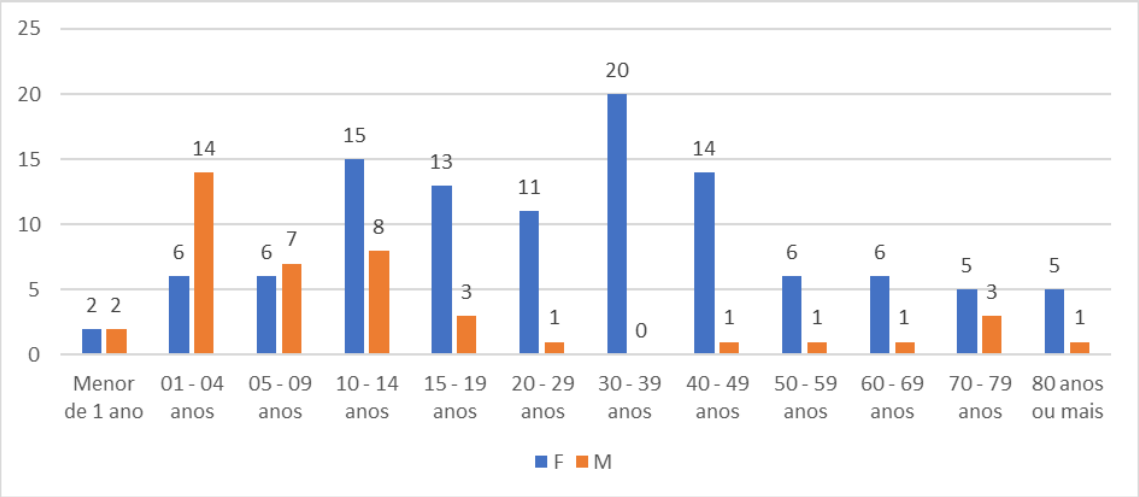


Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, Vigilância em Saúde/Vigilância Epidemiológica, Prefeitura de São José do Rio Preto.

Observa-se que desde o início da pandemia, as notificações de violação de direitos apontam para uma oscilação que decresce, possivelmente pelo não funcionamento dos serviços de educação, SCFV e serviços de saúde básica.

É possível apreender que as faixas etárias que apresentam maior número de notificações correspondem ao ciclo de vida de 0 a 19 anos, que totalizaram 76 (50,33%) casos, em seguida a faixa etária de 30 a 39 anos com 20 (13,23%) casos notificados. Observa-se, também, o predomínio das situações de violências sobre o sexo feminino, exceto na faixa etária 01 a 04 anos.

Gráfico 2 — Distribuição das notificações por faixa etária e sexo de janeiro a dezembro de 2020. Total 151.



Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, Vigilância em Saúde/Vigilância Epidemiológica, Prefeitura de São José do Rio Preto.

Na Região de Talhado, na rede de atendimento (escolas e serviços de saúde) existente para este ciclo de vida, nota-se o compromisso em relação a proteção das crianças e adolescentes. Nesse sentido, são atuantes na realização de notificações do SINAN referentes às violações de direitos às crianças e adolescentes.

A respeito das notificações SINAN, destaca-se as violências de repetição que em 2020 foram 66% e 78% em 2021. A violência de repetição também é observada nos acompanhamentos das famílias pela equipe do PAEFI.

O quadro 2 apresenta as violações de direitos acompanhadas pelo PAEFI em 2020.

Quadro 2 — Violências/violações de direitos presentes nas famílias atendidas pelos CREAS Região Talhado em 2020.

VIOLAÇÃO	Total de famílias	Violação de direitos decorrente do uso de substâncias psicoativas
UMA VIOLAÇÃO		
Negligência ou abandono	23	2
Abuso sexual	9	
Violência física	7	1
Trabalho infantil	4	
Exploração sexual	3	
Outras formas de violação decorrentes de discriminações/submissões a situações que provoquem danos e agravos a sua condição de vida	3	1
Violência psicológica	2	1
Violação de direitos pela falta de políticas públicas	1	1
DUAS OU MAIS VIOLAÇÕES ACUMULADAS		
Negligência ou abandono, Violência física	6	
Negligência ou abandono, Violência psicológica	3	1
Violência física, Abuso sexual	2	
Violência física, Violência psicológica	2	1
Negligência ou abandono, Trabalho infantil	1	
Violência física, Trabalho infantil	1	
Violência psicológica, outras formas de violação decorrentes de discriminações/submissões a situações que provoquem danos e agravos a sua condição de vida	1	
Negligência ou abandono, Violência física, Violência psicológica	1	
Total Geral	**69**	**8**

Fonte: Relação nominal de famílias atendidas pelos CREAS no ano de 2020.

O maior número de violações ocorre no que diz respeito à negligência e abandono**.** Os dados referem-se a 2020, contudo, a equipe do PAEFI identifica que, em 2021, também permanece como maior incidência de violências acompanhadas pelo CREAS na Região. O que se pode apontar é que o número de violações que decorrem do uso de substâncias psicoativas é maior do que os que estão sinalizados, pois são fatores identificados ao longo do acompanhamento. Atualmente, os registros para relatórios ocorrem manualmente, o que interfere na atualização dos dados.

A violência doméstica apresenta números expressivos no território de Talhado, contudo, nos últimos meses, observa-se a alta incidência de violência contra a mulher nos atendimentos realizados no CRAS. As mulheres que buscam por atendimento por questões de vulnerabilidade alimentar ou orientações de benefícios, em alguns casos, acabam por compartilhar situações de violência que vivenciam diariamente com seus companheiros, no entanto, outras não têm a compreensão de que estão em um relacionamento abusivo. Todavia, o que se vê, para além do medo e da fragilidade perante esses relacionamentos, é a descrença da mulher com relação à justiça. Diante das situações trazidas pelas usuárias, essas questionam a efetividade dos serviços voltados ao acompanhamento da mulher e da real proteção da medida protetiva

> [...] pandemia aumentou a vulnerabilidade das mulheres à violência doméstica, fenômeno historicamente construído e crônico, com sérias consequências físicas, emocionais e sociais para toda a família. Muito mais que produto de uma relação entre causa e efeito, é determinado por construções de gênero que subjazem às relações sociais entre homens e mulheres, homens e homens, e mulheres e mulheres (FORNARI *et al*, 2021, p. 2).

De acordo com dados de 2020 disponibilizados pela Secretaria Municipal dos Direitos e Políticas para Mulheres, Pessoa com Deficiência, Raça e Etnia, na Região de Talhado foram atendidas 58 mulheres e 3 no acolhimento para mulheres.

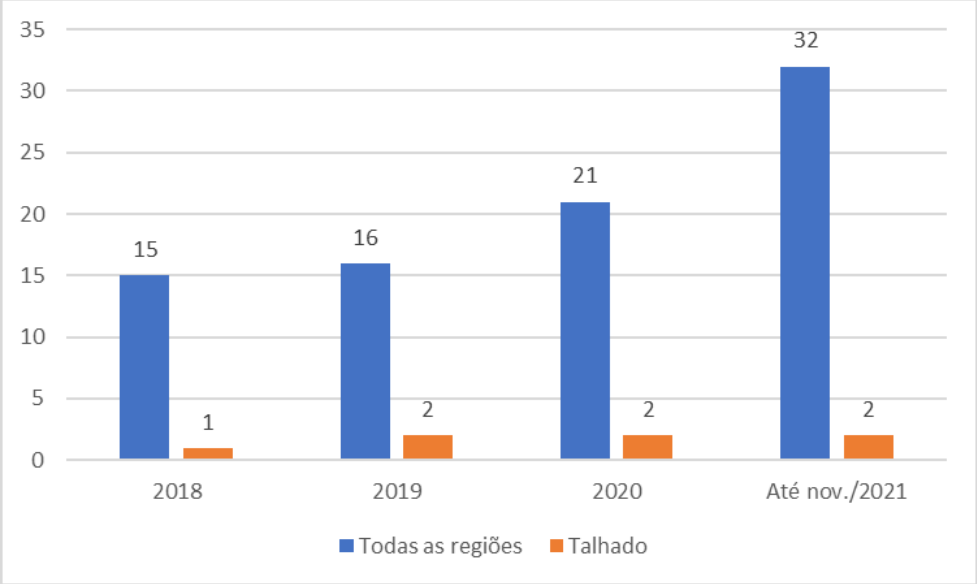
No CREAS as demandas da violência contra a mulher são identificadas a partir das crianças e adolescentes que entram no Serviço PAEFI e, a partir do acompanhamento, constata-se que há presença de violência contra mulher também.

Acerca disso, percebe-se que seria fundamental a descentralização do atendimento dos Serviços Especializados às mulheres, como é o caso do Centro de Referência e Atendimento à Mulher (CRAM), para os territórios, uma vez que facilitaria o acesso das vítimas de violência.

7.1 Trabalho Infantil

No gráfico a seguir apresenta-se as informações referentes ao trabalho infantil no município e na Região. Destaca-se que o recorte até novembro de 2021 ocorreu devido ao período em que os dados foram coletados e discutidos com as equipes.

Gráfico 3 — Comparativo das notificações SINAN trabalho infantil geral e Região Talhado de 2018, 2019, 2020 a novembro de 2021.



Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, Vigilância em Saúde/Vigilância Epidemiológica, Prefeitura de São José do Rio Preto.

Comparativamente, as notificações de trabalho infantil do SINAN demonstram que ocorreu aumento de 113% no período de 2018 a novembro de 2021 no município. Embora tenha ocorrido o aumento, é fundamental destacar a subnotificação levando em consideração a naturalização desta violação pelas famílias e sociedade em geral.

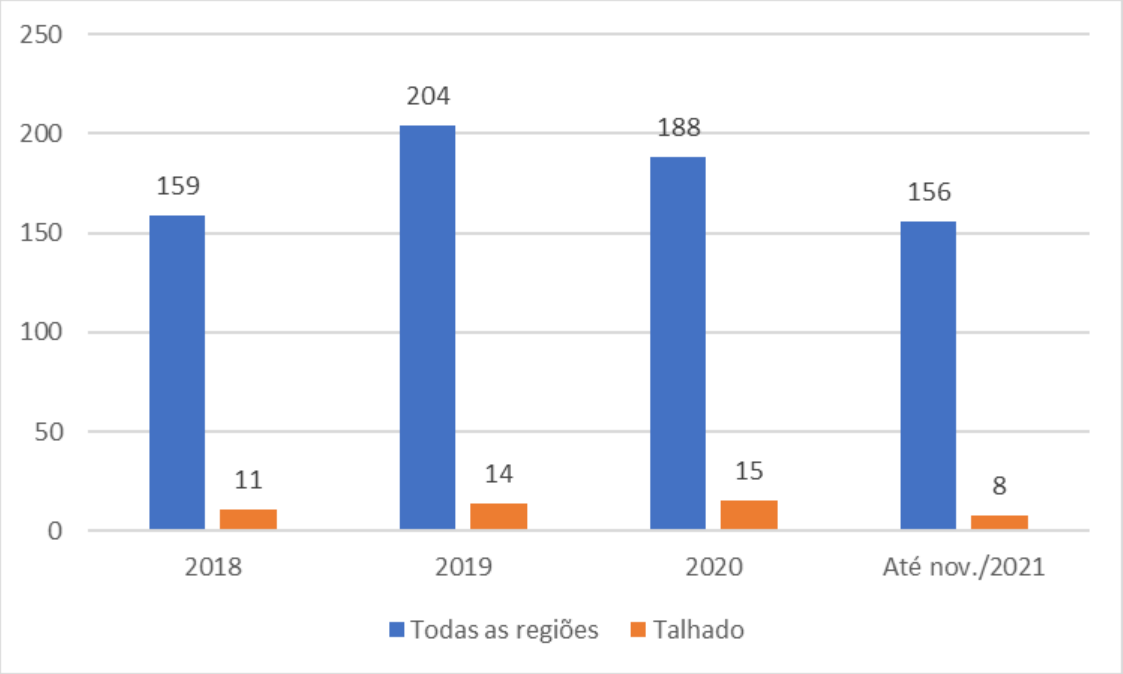
Acredita-se que devido à escassa oferta de espaços protetivos à criança, adolescente, idoso e pessoa com deficiência, os familiares que não possuem rede de apoio, e obrigatoriamente precisam se ausentar de seu domicílio para trabalho, acabam deixando seu familiar exposto a risco, o que pode ser caracterizado como negligência e/ou abandono “O abandono afetivo parental (AAP), também chamado apenas de ‘abandono afetivo’, é referido como a ausência, distanciamento ou negligência parentais em relação aos filhos, privando-os do convívio, cuidado e afeto parentais [...]” (MENDES; ALMEIDA; MELO, 2021, p. 659).

Observa-se que, desde o início da pandemia, algumas famílias passaram a levar consigo as crianças, no momento em que saem para coletar material reciclável, na perspectiva de não os deixar sozinhos em casa. No entanto, com o retorno das aulas, identifica-se que, ao menos as crianças, estão sendo levadas à escola e não acompanhando os pais na coleta de recicláveis.

7.2 Violência Sexual

De acordo com os dados da Secretaria Municipal de Saúde, Vigilância em Saúde/Vigilância Epidemiológica, no ano de 2020 foram 15 notificações de violência sexual e, até novembro de 2021, 8 notificações. Identifica-se a diminuição das notificações, muito provavelmente, associada ao fechamento dos serviços.

Gráfico 4 — Comparativo das notificações SINAN violência sexual geral e Região Talhado nos anos de 2018, 2019, 2020 e novembro/2021.



Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, Vigilância em Saúde/Vigilância Epidemiológica, Prefeitura de São José do Rio Preto.

Observa-se que, mesmo havendo um fluxo municipal estabelecido, há desencontros na comunicação/orientação da condução dos casos de violência sexual nos diversos equipamentos da rede de proteção, tanto municipal como em órgãos de Defesa de Direitos.

Muitas vezes, os casos são notificados ao CREAS via Delegacia da mulher e/ou encaminhados pela Vara da Infância e Juventude, mas não são encaminhados ao CAPS ou acompanhamento de saúde mental. Também se identifica o não entendimento do trabalho desenvolvido em PAEFI pelos demais atores da rede.

Embora se tenha uma rede parceira na identificação e notificação das situações de violações de direitos, observa-se que muitos casos notificados ao Conselho Tutelar não são encaminhados para acompanhamento PAEFI.

8. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO

A seguir apresentaremos alguns dados coletados sobre os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa da Região de Talhado em São José do Rio Preto. Como complemento, serão apresentados também alguns dados do diagnóstico realizado pelas equipes do Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (SMSE/MA)[17] dos CREAS I e II, no ano de 2019, tendo como público alvo 229 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa referenciados ao serviço em novembro daquele ano.

Na ocasião, este diagnóstico de 2019, foi elaborado com a perspectiva de dar visibilidade às particularidades e demandas dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto com o objetivo de ser utilizado como ferramenta de diálogo com as demais políticas públicas e sensibilizá-las sobre a necessidade e a responsabilidade de adequarem-se para atendê-los – visto que apenas através do acesso a tais direitos seria possível garantir a proteção integral destes adolescentes (BRASIL, 1990).

Dados das medidas socioeducativas

Em relação às medidas socioeducativas na Região de Talhado, 3 jovens estavam cumprindo a MSE de Liberdade Assistida (LA) em novembro de 2021. Não havia jovens em cumprimento de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). Esses três jovens eram reincidentes no cumprimento de medida socioeducativa e não havia índice de descumprimento das medidas socioeducativas neste território.

O ato infracional de maior representatividade neste território é o tráfico de drogas, com 67%, seguido por ameaça 33%.

Pela infração de falsidade ideológica, cumprem medida socioeducativa um grande número de adolescentes, especialmente de classe média e classe média alta,

[17] CREAS I: Anderson José Soffientini, Juliano Malumbres, Maria Letícia Rillo, Natália Parizotto, Rosa Maria Azevedo e Vitor Guidoti. CREAS 2: João Vitor Silva Busqueti, Johny Welton Brito da Silva, Monica Costa Bueno de Araújo, Tarciso Pansani e Thais Cristina Luiz.

que frequentam as festas da cidade. Pela infração de perigo à vida ou saúde de outrem, cumprem medida socioeducativa adolescentes muito jovens, quase crianças, que ainda brincam de empinar pipa.

Enfim, todo este esforço se faz no sentido de indicar o amplo número de adolescentes que compõem o público usuário do Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de São José do Rio Preto que será apresentado a seguir.

Dados gerais

As idades dos 3 adolescentes atendidos nesse território são de 17 anos (100%) e de gênero masculino (100%). No momento da elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA), dentre os adolescentes 67% se autodeclarou como pardo e 33% negro.

No que tange à sexualidade, não possuímos dados suficientes. É importante destacar que a equipe respeitou a autodeclaração dos adolescentes na coleta destas informações, independentemente de divergência com a realidade.[18]

Não há adolescentes com filhos, o que geralmente está relacionada ao quantitativo de usuárias do gênero feminino que em grande maioria são mães solo.

Saúde

Em relação à saúde, 87% dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Talhado relatou não fazer acompanhamento em saúde.

No levantamento do SMSE-MA 2019, dos 229 adolescentes, (13%) dos adolescentes referiram fazer algum tipo de acompanhamento em saúde, (5%) frequentavam o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Observamos que a principal demanda em saúde não atendida por este público é em Saúde Mental (44%).

A maioria dos adolescentes do território (67%) refere fazer uso de substâncias psicoativas (em observação livre da equipe, as principais substâncias são: o álcool, tabaco e maconha) e nunca ter feito nenhum tratamento em saúde para tanto.

Educação

Em relação à educação, 1 adolescente morador de Talhado estava matriculado no 1º ano do Ensino Médio e os outros 2 estavam fora da rede de ensino

[18] A equipe do SMSE/MA acredita que a predominância de adolescentes autodeclarados como heterossexuais, associada ao número de adolescentes que não quis prover tais informações indica a preocupação dos mesmos em atender a uma heterrosexualidade compulsória.

No levantamento SMSE-MA 2019, 27,07% dos adolescentes relataram dificuldades em efetivar a matrícula escolar tendo como aspecto dificultador o embaraço do procedimento escolar (9%), a falta de vagas (3%) e também a família que não compareceu à escola para fazê-lo (6%). A permanência na escola é outro dado importante já que 62% indicaram essa dificuldade. Em 11% dos casos estudados foi relatada a necessidade de passar por uma avaliação pedagógica na escola e esta demanda não foi atendida.

Trabalho e Renda

Os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa moradores de Talhado informaram não estar trabalhando.

De acordo com o levantamento SMSE-MA 2019, referente aos 229 adolescentes atendidos pelos CREAS I e II, 60% dos adolescentes atendidos foram encaminhados para agências para inserção no mercado de trabalho formal (seja por vínculo de estágio ou Jovem Aprendiz), 21% não foi encaminhado porque não tinham interesse e 19% não foi encaminhado por não atender aos critérios mínimos de idade e escolaridade.

Ainda usando como referência o levantamento de 2019, 48% dos adolescentes fez algum tipo de curso profissionalizante. A maioria (59%) os fez durante o período de internação na Fundação Casa. Os cursos que mais fizeram foram: informática (31%), auxiliar de escritório (12%) e alimentação (8%).

Segundo o levantamento SMSE-MA 2019, 28% dos adolescentes informam não ter feito cursos por ter outros interesses, 22% alega como impeditivo o custeio do curso, 18% apontam que os cursos gratuitos não são de seu interesse, 6% refere não ter vaga no curso de seu interesse, 9% não atende aos critérios para poder matricular-se nos cursos disponíveis, 4% informou que os cursos eram ofertados em locais distantes, 6% relatou conflito entre o horário de trabalho e os cursos disponíveis e 4% relatam não poder custear o transporte.

Cultura, Lazer e Esportes

Os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Talhado não indicaram espaços de cultura em seu território de moradia.

Conforme o levantamento SMSE-MA 2019, dos adolescentes que referem conhecer espaços de cultura em Rio Preto, apenas 7% os frequentam. Aqueles que

não os frequentam alegam em 91% dos casos não ter interesse e 9% dizem não ser prioridade.

Quando acessam, o espaço de cultura mais frequentado pelos adolescentes é o cinema (10%), seguido pela Batalha de Rap (1%) e shopping (1%). No que tange às diversas atividades entendidas como lazer pelos adolescentes, passar tempo com os amigos é o relato que mais aparece (28%), seguido por: ir ao campo de futebol (11%), usar o celular (10%), assistir filme/TV (9%) e ir ao shopping (8%). Já 64% dos adolescentes afirmaram praticar esportes, enquanto 34% não são adeptos. O esporte mais praticado é o futebol, sendo realizado por 74% dos adolescentes. Nenhum adolescente afirmou estar inserido em programas de esportes.

Desafios encontrados/ Considerações Finais

Observamos que os números apresentados impõem muitos desafios, tanto ao serviço de medidas socioeducativas como às demais políticas públicas, no sentido de garantir a proteção integral dos adolescentes.

Destacamos como principais desafios, a necessidade de propostas de metodologias interessantes para adolescentes de 13 anos a 20 anos, atendendo às particularidades de cada faixa etária. A necessidade de atender qualificadamente as adolescentes do gênero feminino, evitando que suas particularidades e necessidades sejam invisibilizadas pela baixa incidência de mulheres em cumprimento de MSE. Há necessidade em trabalhar as temáticas sobre raça/etnia e gênero, assim como modelos de masculinidades, heteronormatividade, paternidade, autocuidado etc.

Com relação às políticas públicas vemos a necessidade de dialogar com a saúde no sentido de garantir atendimento às demandas destes adolescentes, especialmente no que tange à Saúde Mental. Com relação à educação, observamos o desafio de garantir o acesso e permanência destes adolescentes no ambiente escolar, incluindo a atenção às necessidades especiais que possam apresentar. Com relação ao trabalho e renda, reconhecemos a urgência de garantir que tais adolescentes tenham acesso aos cursos que efetivamente têm interesse e que as agências não apenas flexibilizem as políticas de encaminhamento para as vagas, bem como, se engajem do desafio de inserir tais adolescentes no mercado formal, de acordo com os parâmetros de proteção ao trabalhador entre 14 e 17 anos (BRASIL, 1990).

Com relação ao esporte, cultura e lazer, observamos que os adolescentes de baixa renda têm pouco acesso, o que requer a criação de ações específicas que os

atendam em seus territórios de vivência.

9. PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA

No que tange à população em situação de rua, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2006) define como

> A população em situação de rua é um grupo populacional heterogêneo, composto por pessoas com diferentes realidades, mas que têm em comum a condição de pobreza absoluta, vínculos interrompidos ou fragilizados e inexistência de moradia convencional regular, sendo compelidos a utilizarem a rua como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente (BRASIL, 2006 p. 7).

Na Região de Talhado, atualmente, não há pontos consolidados em relação à população em situação de rua. Entretanto, o que ocorre, de forma muito esporádica, são chamados da comunidade em relação a um usuário que reside no território, que devido ao uso de álcool e um aparente transtorno, há permanência eventual na praça da matriz do distrito. Esporadicamente, é encontrado em outras Regiões da cidade, sendo transladado de volta à sua residência ou feito o acionamento do SAMU. Estas situações são referenciadas ao CRAS do território.

Além desta situação, também ocorreram dois chamados de funcionários do de um posto de combustíveis localizado às margens da BR 153. Numa das situações tratava-se de uma mulher, residente no município de Guapiaçu, aparentemente com quadro de transtorno psiquiátrico e que teve um episódio de crise no local.

10. A RELAÇÃO DEMANDA/OFERTA DO TERRITÓRIO

A oferta de serviços públicos, no âmbito do território, representa uma expressão concreta das políticas sociais que nele estão materializadas, enquanto parte das condições objetivas de vida da população. Nesse sentido, pensar a relação entre demanda e oferta de serviços exige a criação de estratégias profissionais que permitam a compatibilidade entre as demandas apresentadas pelos usuários e a proteção social ofertada no território.

A trajetória de construção dos bairros Lealdade e Amizade permite a identificação do aspecto relacional do cotidiano no território, enquanto processo de

construção de identidades individuais e coletivas, vinculado a um conjunto de interesses comuns. Essas questões são cotidianamente identificadas, seja mediante a organização coletiva da população, através da associação de moradores ou mesmo nas falas dos usuários que acessam o CRAS, a exemplo da solicitação para ampliação de: oficinas e ações coletivas; cursos voltados à profissionalização; ampliação de vagas nas diferentes modalidades de educação básica; implantação de uma política de segurança alimentar; projetos de contraturno escolar; cooperativas; dentre outras demandas, que muitas vezes ultrapassam o campo de intervenção da política de Assistência Social.

Esse arcabouço de serviços necessários para a população local, relatada por quem vive no território e sente as dificuldades de acesso, aliadas ao direito fundamental, exige que o trabalho intersetorial de todas as políticas públicas considere esses apontamentos como indicadores de destaque na construção de serviços e ofertas para a população do território.

Com relação à segurança alimentar, para além da alta solicitação de cesta básica, assunto trazido anteriormente, no momento de pandemia da COVID-19, soube-se que três famílias da Região de Talhado procuraram pelo jantar no Albergue Noturno do município, o qual oferta serviço na alta complexidade para pessoa em situação de rua. A busca por tal serviço, segundo os usuários, foi por conta da vulnerabilidade alimentar vivenciada com o aumento dos preços dos produtos básicos de consumo, como também a facilidade do acesso, por estarem nas imediações do Albergue.

Pelo fato de a Região de Talhado ter, como característica, extensão territorial rural e por apresentar especificidades entre o Distrito de Talhado e os bairros Lealdade e Amizade, além de se ter o histórico da mudança física do CRAS, sentiu-se a necessidade de repensar ofertas de serviço. Para tanto, após a reunião entre representantes da subprefeitura de Talhado e da Secretaria de Assistência Social, no segundo semestre de 2021, pensou-se na formação de um espaço de referência para o atendimento à família com vistas a se realizar oficinas, rodas de conversa e atividades voltadas a todas as idades. Assim, foi pactuado, a *priori*, a busca por um espaço que seja capaz de viabilizar tal proposta para posterior organização, na perspectiva de se ter um espaço amplo e de fácil acesso à população. Até o momento não foi possível encontrar esse lugar físico, uma vez que não há imóvel privado ou

público que possua cômodos grandes próximo ao centro. Importante frisar que a busca continua, bem como algumas articulações para viabilizar a proposta.

Tem-se, ainda, a intensão de descentralizar serviços e ações para a área rural, assim, articulou-se com a Estância São Manoel, onde existe uma sede própria e recurso tecnológico, mas o que dificulta a realização para essa atuação é a falta de profissionais. Pensando em estratégias de enfrentamento dessa situação, cogita-se iniciar apenas rodas de conversas sobre assuntos de interesse da população local.

Diante de todo esse contexto territorial do CRAS na Região de Talhado destaca-se mais uma vez que é necessário pensar na descentralização dos atendimentos e ações, uma vez que atualmente, 373[19] famílias vivem em bairros rurais do território e são referenciadas no CRAS. Desse total, 51 famílias residem no bairro Pica Pau Amarelo, 118 familiais são da Estância San Luís, 77 famílias são da Estância São Luiz, 75 famílias são da Estância São Manoel e 52 famílias do São Judas.

A Região de Talhado apresenta grande defasagem em relação à oferta de serviços públicos e privados. Sendo assim, o território possui:

- **Projeto Mundo Novo**: oferta oficinas no Distrito de Talhado para a faixa etária de 6 a 14 anos. Pertence à rede socioassistencial, porém até o momento, o CRAS não faz o encaminhamento às crianças e adolescentes a serem atendidos, visto que é a própria associação é quem faz a inserção;
- **Projeto Vem Ser Futuro**: oferta oficinas nos bairros Lealdade e Amizade, para a faixa etária de 6 a 14 anos. No entanto, tal projeto tem previsão de término no mês de maio de 2022;
- **Unidade Básica de Saúde da Família Talhado**;
- **Unidade Básica de Saúde da Família Lealdade e Amizade**;
- **Escola Municipal Joana Casagrande Vinha:** oferta educação infantil integral a partir dos quatro meses e ensino fundamental até o quinto ano, no Distrito de Talhado;
- **Escola Estadual Professor Doutor João Deoclécio da Silva Ramos:** oferta ensino fundamental a partir do sexto ano, até o ensino médio, no Distrito de Talhado, tendo salas no período noturno;

[19] Número extraído das informações dos prontuários ativos do CRAS no mês de janeiro de 2022.

- Escola Municipal Graciliano Ramos: oferta ensino para crianças de quatro meses a cinco anos. Maternal e berçário 1 e 2 em período integral, etapa 1 e 2 em período parcial, nos bairros Lealdade e Amizade;

- Escola Municipal Álvaro Luís Angeloni: oferta ensino do primeiro ao quinto ano nos bairros Lealdade e Amizade;

- Centro de Referência da Assistência Social: oferta o PAIF, SCFV de 0 a 6 anos, 15 a 17 anos e para pessoas idosas, oficinas PAIF e ações comunitárias;

- Centro de Iniciação Esportiva Deva Pascovicci (CIE): desde sua inauguração está inativo e fechado para a população, sendo considerado por esses como um "elefante branco" devido sua estrutura ser grandiosa. Recentemente, no mês de maio de 2022, foi reaberto com a oferta de algumas atividades;

- Ponto de Apoio: espaço construído no quarteirão em que estão as escolas municipais, UBSF, CRAS e CIE. A população relata que esperavam que no espaço em que foi edificado o ponto de apoio tivesse algum serviço em que pudesse favorecer a população, como projetos sociais, dentre outros. Logo, com a fala de um usuário *"A gente pediu serviços e nos mandaram lixo"* (sic) - pode-se identificar que tal unidade não representa as demandas do território diante da necessidade e ausências por ofertas de serviços.

Também é importante destacar que a Região de Talhado possui muitas ausências como contraturno escolar, cursos profissionalizantes, escolas de ensino médio, oferta de esporte e lazer, espaço tecnológico para que a população possa elaborar seus currículos, procurar por emprego e se capacitarem de forma remota. Uma das maiores queixas da população é em relação à falta de contraturno escolar, atividades esportivas e de lazer para crianças e jovens, uma vez que esses ficam nas ruas e expostos ao tráfico. Apesar de haver um Centro Esportivo no território, a população clama pela oferta de atividades, uma vez que está fechado e sem uso. Logo, sem atrativos, aos fins de semana, há casos em que as escolas são ocupadas por jovens e crianças para que possam se refrescar na caixa d'água.

Observa-se, no relato de muitas famílias, a dificuldade por conseguirem vaga em creche no território de Talhado, sendo que em muitas situações as vagas são direcionadas pela Secretaria Municipal de Ensino a territórios vizinhos, o que impossibilita ou impedem os responsáveis de levarem os filhos pela questão de locomoção, pois não há transporte público que liga um bairro ao outro.

A falta de horário e a demora do transporte urbano na Região é uma reclamação recorrente da população. Moradores de estâncias sinalizam que o transporte não chega em seus bairros e o trajeto realizado é muito demorado, sendo que para chegarem ao CRAS é necessário utilizarem dois ônibus. Tal problemática rebate na busca por emprego, nos horários de aula, consultas médicas, ou seja, no direito de ir e vir.

Observa-se, ainda, a baixa escolaridade e falta de capacitação profissional da população atendida, o que acaba por rebater na procura de emprego. Pelo fato da oferta do Ensino de Jovens e Adultos ser em outro território no período noturno, os usuários relatam a dificuldade de deixarem os filhos sozinhos e, mais uma vez, a dificuldade de horário do transporte público.

Com a pandemia, várias oportunidades de capacitação ocorrem de forma remota, contudo, pela ausência tecnológica, muitas pessoas não puderam participar. Logo, um espaço que possibilite meios de acesso ao mundo digital seria ideal para possibilitar caminhos a esta população.

11. INTERSETORIALIDADE E PARTICIPAÇÃO POPULAR NO TERRITÓRIO

Em se tratando de articulação intersetorial, o município possui um Grupo Gestor Intersetorial (GGI)[20], sendo que na Região de Talhado ocorrem reuniões intersetoriais mensais, toda terceira quinta-feira do mês, de 9h às 11h, com a participação de representantes da políticas de assistência social, educação, saúde, conselhos de direitos, comunidade e pessoas convidadas de outras secretarias. O objetivo das reuniões é fortalecer a estratégia de governança intersetorial para favorecer soluções integradas, isto é, um meio para se pensar em melhorias de políticas públicas na Região.

A associação de moradores dos bairros Lealdade e Amizade (ARSLA) e Associação da Estância São Manoel representam um grande potencial para esse território, pois são responsáveis pela entrega das cestas de legumes, além de várias articulações para arrecadação de alimentos, roupas, brinquedos, dentre outros materiais essenciais para a comunidade. Para além dos insumos, as respectivas Associações são referência na busca de melhorias para o território, organizando

[20] O Grupo Gestor Intersetorial foi criado por meio do decreto nº18.138/2018.

abaixo assinado, como por exemplo, na instalação de câmeras de monitoramento nas escolas municipais, oferta de aula de zumba nas vias públicas, além de buscarem parcerias públicas e do setor privado. Logo, esta organização coletiva é potência no território tanto para população que ali habita quanto para as políticas públicas que exercem seu trabalho.

Por fim, é necessário entender a Região de Talhado não como um Distrito, mas como um território que possui demandas complexas e que, portanto, exige respostas e ações públicas intersetoriais objetivas e direcionadas à realidade territorial, no qual possam proporcionar dignidade, acesso a direitos e oportunidades.

12. COLETA DE DADOS – RESULTADOS

12.1 Usuários

Os resultados estão apresentados em oito categorias 1 - Potencialidades; 2 - Indicadores de problemas sendo que este subdivide-se em: saneamento básico, transporte público, segurança pública e segurança alimentar; 3 - Desemprego/Renda; 4 - Adolescentes e jovens; 5 - Idosos; 6 - Crianças; 7 - Locomoção e 8 - Sonhos.

1- Potencialidade – Indicadores potencialidades

A população considera como potencialidade os serviços e comércios presentes no bairro como: mercado, farmácia, açougue, apesar de não haver concorrência e os preços dos produtos acabam sendo maiores que os da área central do município. Na sequência os serviços públicos como UBSF, Escola e CRAS são vistos como potencialidades presentes nos bairros

> O que tem de importante é a escola para as crianças, que é até o quinto ano, a creche, o posto de saúde e o CRAS. O centro esportivo não vou considerar porque a gente não utiliza, não tem utilidade nenhuma, mas esses são os que eu acho mais importante e as famílias faz uso (Entrevista 4 - bairro Solidariedade). (sic)

Na Região da Estância São Manoel se destacou o líder comunitário como potencialidade e apoio para a comunidade. Alguns dos entrevistados consideraram não ter potencialidades em seu bairro, ou apontaram a falta de serviços e comércios.

2- Indicadores dos Problemas

<u>Saneamento básico</u>

A população dos bairros Lealdade e Amizade considera que as ações do poder público são insuficientes no território. Relatam que a limpeza urbana é escassa, que não há capina junto aos terrenos baldios, a varrição de resíduos nas vias públicas não ocorre, há descarte de resíduos em local impróprio pela população, além da instalação do ponto de apoio em local inadequado (ao lado das escolas, UBSF, CRAS)

> De importante mesmo que eu vejo no momento seria essa limpeza aí no bairro porque a gente tem bastante reclamação do Ministério da Saúde e os caras vão lá em casa orientando a gente, que tem que fazer isso, fazer aquilo, mas a gente vê muitas coisas aí que precisa ser feito (Entrevistado 1 - Bairro Lealdade). (sic)

Com enfoque no Distrito de Talhado, a população local aponta que a falta de sistema de esgoto sanitário se perdura há mais de 30 anos, acarretando em diversos problemas, inclusive sanitários. Dizem ser recorrente a promessa da resolução do problema durante períodos eleitorais, por diversos candidatos, que após assumirem seus cargos públicos não retornam ao território

> Temos outro problema, desde quando mudamos aqui, a cada eleição eles falam que vão fazer, toda a eleição eles aparecem, cavucam e falam que vai fazer e no fim a água está correndo na rua, o esgoto, o tratamento de esgoto, nós não temos aqui. 37 anos é muita coisa, aqui são todas fossa e o esgoto está aí na rua e não resolve nada (Entrevista 6 – Distrito de Talhado). (sic)

Todos estes elementos contribuem com o aparecimento de animais peçonhentos, criadouros do mosquito *aedes aegypti*, risco para locomoção da população, principalmente para idosos e crianças.

<u>Transporte Público</u>

De acordo com a pesquisa foi apontado que a quantidade de linhas e horários do transporte público são insuficientes frente à demanda do território. Com poucas linhas, a superlotação tem sido frequente, o que faz com que os motoristas não parem nos pontos.

> [...], mas quando chega sábado, domingo e feriado não tem, fico esperando mais de uma hora, duas horas para passar. Eu só fico perguntando se quando alguém precisar de alguma urgência o ônibus vai demorar, se chama uber a gente não tem condições de pagar (Entrevista 1 - bairro Lealdade). (sic)

> De fim de semana tem uns horários que se eu perder o ônibus eu fico uma hora no terminal esperando e aqui, conforme for, a gente fica três horas esperando de diferença. Então, se você vai no médico as duas horas, a gente tem que sair daqui meio dia, isso está uma vergonha, porque a gente anda de ônibus porque não tem ninguém para me levar (Entrevista 6 - Distrito de Talhado). (sic)

Os moradores das estâncias são os mais afetados com a escassez de linhas, com somente duas durante o dia

> Falta horário e linha. Meu filho sai do Jamil ele fica dentro do terminal até 6 horas da tarde você acredita? Um adolescente sai de uma escola e ele fica sentado dentro de um banco do terminal até 6 horas da tarde porque ele não tem como voltar para casa porque não tem ônibus para poder voltar... Um idoso que tem consulta no Plaza às 7 horas da manhã tem que pegar o ônibus aqui 5:20 da manhã. Teria que ter um baixo assinado, reclamação na circular para conseguir mais ônibus para cá (Entrevista 10 - Estância São Manoel). (sic)

Foi ressaltado que as estruturas dos pontos de ônibus não garantem a proteção dos usuários das chuvas, sol, além de não comportar a quantidade de passageiros, necessitando de melhor cobertura

> Outra coisa também que estamos precisando urgente é cobertura em ponto de ônibus com banco, cobertura boa, não essa cobertura que nem tem aqui na pista, tem que não adianta quando chove e as pessoas sobem em cima do banco para não se molhar. Acho que tem uma cobertura maior porque de manhãzinha tem as mães que levanta com as crianças às 6 horas e pouco da manhã e tá com as crianças no ponto de ônibus, é pessoas de idade que tem que ir no médico e outras que trabalham também tá porque eu, até pouco tempo, eu estava trabalhando e então acho que tem que ter um pouco mais assim consideração por nós aqui os moradores (Entrevista 3 - Bairro Lealdade). (sic)

<u>Segurança Pública</u>

Apesar da existência de um posto da Guarda Municipal nas mediações dos bairros Lealdade Amizade, a população relata ser insuficiente para a segurança. Apontam que com o aumento de tráfico de drogas são recorrentes episódios de violência, além do assassinato de jovens e adolescentes

> A gente não tem segurança, a gente não tem atividade para criança, não tem atividade para os idosos, a gente não tem atividade para os adultos, para as mães solteiras, então a gente não tem praticamente nada. Tanto de lazer quanto para curso profissionalizante aqui no território, né esses adolescentes fazer (Entrevista 4 - Bairro Amizade). (sic)

No Distrito de Talhado a ronda policial é insuficiente, pontuam que o território não apresenta mais a segurança e tranquilidade de antes.

> Uma base de polícia também não tem porque eles vêm de dia, mas eu acho que aquela molecada consumindo droga lá na praça você não pode ir com uma criança na praça porque os meninos estão usando droga e de noite nem se fala (Entrevista 6 - Distrito de Talhado). (sic)

Vale ressaltar que nas estâncias têm sido frequentes a realização de festas em locais denominados como “chacrinhas”, onde muitos adolescentes fazem uso de substâncias psicoativas e álcool. Casos de abuso sexual e estupro já foram identificados pela rede de proteção da criança e adolescente no território

> [...] problema sério que a gente tá tendo aqui de drogas, de festinhas, mas a gente vai acabar com isso (Entrevista 10 - Estância São Manoel). (sic)

Segurança alimentar

Durante as entrevistas realizadas foi possível constatar que a segurança alimentar se tornou problema diário de grande parte das famílias.

> Eu sou uma das pessoas que está desempregada e tem várias pessoas que está desempregada e que sofre por causa da renda. Eu, às vezes, eu ajudo as pessoas aqui com alimentação (Entrevista 1 - Bairro Lealdade). (sic)

> As pessoas de idade também precisa de mais atenção, falta, às vezes, alimento, falta uma medicação (Entrevista 3 - Bairro Lealdade). (sic)

A oferta de cesta básica pelo CRAS tem sido insuficiente frente à demanda das famílias atendidas. Os usuários tecem críticas quanto à quantidade e qualidade dos itens da cesta básica. Quanto aos legumes entregues pela Secretaria de Agricultura, apesar de considerarem como de extrema importância, apontam que a quantidade é insuficiente e muitas vezes de má qualidade.

3- Desemprego/Renda

Contribuíram diretamente com o desemprego e diminuição da renda das famílias brasileiras: a crise econômica do país, agravada pela pandemia, a redução dos investimentos em setores econômicos, a diminuição do poder aquisitivo do brasileiro, a substituição de mão de obra por máquinas, baixa capacitação da população, escassez de políticas públicas de geração de emprego, redução de gastos com políticas públicas de assistência social, saúde, educação e previdência.

As famílias da Região Talhado apontam o desemprego e diminuição da renda como principal fator do aumento de suas vulnerabilidades sociais, principalmente com relação à questão alimentar

> Eu passo necessidade, minha renda é baixa, eu não tenho trabalho, eu preciso ficar fazendo biquinho e hoje tá difícil arrumar um bico aqui para trabalhar porque aqui quase ninguém tem dinheiro para te ajudar, as pessoas até tem vontade que você vai e faça, mas a nossa vida

> financeira infelizmente está muito difícil aqui (Entrevista 1 - Bairro Lealdade). (sic)

Foi apontado aumento na realização de empréstimos; procura por serviços da política de assistência por famílias que anteriormente não acessavam; idosos realizando trabalho informal, principalmente de coleta de reciclagem para complementação de renda.

> Eu vejo muitas pessoas desempregada aqui no bairro, passando necessidade né, como por exemplo, a minha vizinha que tem uma certa idade, que é difícil para ela arrumar um emprego por causa da idade dela né, e ela catando reciclagem (Entrevista 3 - Bairro Lealdade). (sic)

As solicitações de cursos profissionalizantes e de geração de renda, inserção no mercado de trabalho e criação de cooperativa (reciclagem), foram apontadas como importantes para o território.

4 - Adolescentes e Jovens

Sob a ótica dos entrevistados, dentre tantos problemas enfrentados pelos jovens e adolescentes do território, destaca-se a escassez de atividades de lazer, esporte, capacitação profissional, ausência de escola de ensino médio e de espaços de socialização

> Não tem escola para os jovens no bairro, eles têm que sair daqui, um caminho perigoso que a gente não sabe qual é o trajeto até chegar à escola e outra que eles ficam vago né. Tem adolescente que estuda de manhã, mas à tarde fica vago e de manhã fica vago os que vão à tarde para a escola, então é assim (Entrevista 4 - Bairro Amizade). (sic)

Além da ausência e insuficiência de políticas públicas como educação, saúde, cultura, trabalho, geração de emprego e renda, assistência social e segurança pública, os jovens convivem com a forte presença do crime no território

> Passar mais orientação para os jovens no bairro, jovem com oficina, que ensinasse uma profissão para eles, deixar mais capacitado para o emprego, oficina de pessoas que fazem móveis como marcenaria, reaproveitar reciclagem, ensinar também a reaproveitar reciclagem que faz tantas coisas boas né até para vender com reciclagem para tirar eles mais da rua (Entrevista 3 - Bairro Lealdade). (sic)

Junto a todos estes fatores, o tráfico de drogas tem se apresentado como uma das oportunidades financeiras, tanto para contribuir com a sobrevivência de suas famílias, como pela possibilidade de consumo

> [...] a rua hoje para nós é escola do crime (Entrevista 1 - Bairro Lealdade). (sic)

> A gente vê esses meninos nascerem, crescerem e vê eles desviando para outro caminho e é muito triste a gente ver isso. Ainda falta um olhar para esses meninos (Entrevista 7 - Estância São Luiz). (sic)

Entrevistados definiram as ruas do território como “escola do crime”, e identificam o SCFV do CRAS como único espaço de socialização.

Com o aumento da criminalidade, ocorrem retaliações entre os jovens, contexto conhecido como “guerra de bairros”, que acarreta em vidas ceifadas, trazendo muita preocupação às famílias, que temem perder seus jovens e adolescentes.

O Centro Esportivo existente no território, com excelente estrutura, não tem ofertado atividades à população. Há raras atividades, com escassos horários e muitas vezes a faixa etária não é correspondente com este ciclo de vida

> Eu tenho dó dos jovens do Lealdade e Amizade porque não tem nada, não tem um esporte, uma aula de dança, de teatro, não tem aula de nada. Então, eles vão para a marginalidade por falta de oportunidade. Quando o adolescente se perde ele vai para a Fundação Casa. Nós estamos em falta com os jovens do Lealdade e Amizade. Porque este ginásio não funciona? Eu acredito que quando isso voltar a funcionar, os jovens vão melhorar muito. Eu tenho dó de ver os jovens entrando na droga por falta de oportunidade (Entrevista 5 - Loteamento Maria Serantes). (sic)

As questões relacionadas à saúde básica e mental do jovem preocupam as famílias. Avaliam a necessidade de atendimento em domicílio considerando a resistência dos jovens para acesso a esses serviços

> Orientação até dentro da própria casa deles, tratamento com psicólogo porque eles não vão até os psicólogos, eles não vão até o médico, psicólogo ou psiquiatra, o que precisa é que viesse até a casa dele dá uma assistência, esclarecendo mais eles a respeito de droga. Se tiver essa oportunidade de trabalho aqui no próprio bairro, se tivesse essa casa aí de apoio para ele, porque enquanto estão com a mente ocupada eles esquecem as drogas. Vamos pensar que até a família fica mais tranquila, fica mais sossegada porque quem sofre na realidade com essas malditas drogas aí é a família, sempre a família que sofre as consequências (Entrevista 3 - Bairro Lealdade). (sic)

5 - Idosos

A ausência das políticas públicas, dentre outras demandas já citadas neste texto, também foi apontada

> Os idosos estão precisando, estão muito carente, nesse período de pandemia ainda estão preso, não tem nada para eles, então praticamente ficam isolado. A família nesse período abandonaram ele. Precisa de ajuda, mais assistência, mais atividade para eles igual quando tinha uns baile para sair, agora não tem né (Entrevista 5 - Loteamento Maria Serantes). (sic)

A pandemia agravou as condições de saúde física e mental desta população, e apesar de identificarem as UBSF Talhado e Lealdade Amizade como importantes, solicitam atendimento domiciliar periódico das equipes de saúde, além de serviços de remoção para acesso aos demais serviços da rede.

> Os idosos, eu acho que ele deveria ter sim aquele atendimento domiciliar, atendimento médico que vai na casa da pessoa pelo menos a cada 15 dias, pelo menos uma vez por mês, passando para fazer pedido de exames e depois passar para tá vendo que aconteceu porque muito difícil eles se locomover de casa. [...]. Outra coisa que deveria ter aqui no bairro que não tem que a gente precisa, é aparelho de exercício, é uma máquina dessa, praça aqui em frente o postinho tem tanto espaço, poderia fazer uma academia para gente aqui, aparelho igual tem outros bairros entendeu e com professores também junto, tá orientando, para que isso é muito bom para gente exercitar o braço, exercitar as pernas da gente, eu mesmo se tivesse eu faria para a gente poder ter depois uma melhor habilidade física (Entrevista 3 - Bairro Lealdade). (sic)

Não há no território espaços para socialização e lazer. Solicitam a instalação de Academia para a Terceira Idade e construção de praças, sugerem como espaço para construção em torno da UBSF, CRAS, Centro Esportivo e Escolas.

Vale ressaltar que a população idosa pertencente ao Distrito de Talhado aponta a retirada do CRAS Talhado como “roubo”, e apesar dos SCFV existentes no CRAS Lealdade Amizade, esta comunidade não se sente pertencente a este equipamento, e solicitam a presença da equipe técnica do serviço no território

> Quando o CRAS era aqui a turma era bem maior, como foi para o Lealdade o pessoal fica meio com preguiça de sair, não tem ânimo, você perde a vontade e acaba caindo em depressão também [...] o pessoal da terceira idade gosta de passear, de sair. A pessoa de idade é carente e o relacionamento dos filhos nem sempre é aquilo que a gente espera, então sair com o CRAS, o fim de semana nem faz tanta diferença porque você já foi para um passeio e alí já alivia o estresse (Entrevista 7 - Estância São Luiz). (sic)

> Quando a gente tinha o CRAS aqui, mais gente ia na terceira idade e se precisava de alguma coisa, a gente agendava e ia e não era só na quarta-feira. As crianças daqui participavam, tinham os cursos, tinha jovens que faziam. Então essa coisa de se deslocar começou muito jovens a desistir. [...]. Tirou o CRAS daqui e abandonou. Nós era umas

> cinquenta pessoas. Eu tenho a foto de quando nós participava aqui e era um tanto de pessoa (Entrevista 6 - Distrito de Talhado). (sic)

A distância do território dificulta o acesso aos serviços, sendo potencializado pelos problemas do transporte público e má conservação das vias, que trazem risco de acidentes para esta população. Essa população se sente apartada do território e do município

> É o que eu venho falando, essa limpeza das calçadas e das ruas, horário de ônibus, principalmente no final de semana, tem muitos horários que o idoso acena com a mão para o ônibus parar e eles passa batido (Entrevista 1 - Bairro Lealdade). (sic)

6 - Crianças

Os entrevistados reconhecem as escolas, UBSF, CRAS e Projeto Mundo Novo como importantes para as crianças

> O problema das crianças. Aqui tem as escolas, a creche e o projeto e precisava de oficina para melhorar. As mães está achando dificuldade em deixar a criança para ir trabalhar (Entrevista 6 - Distrito de Talhado). (sic)

Avaliam a necessidade de projetos de contraturno escolar, oficinas, atividades de lazer, esporte e cultura. Solicitam a construção de parquinhos e espaços de socialização para as crianças, como praças

> Nosso bairro tem 2.508 casas ao todo, dez mil pessoas aqui, na escola com a creche já tem mil, fora que estuda fora né, então deve chegar umas cinco mil por aí que você acha que precisa. Tem que ter atividade, o Centro Esportivo tem que tá aberto para suas atividades, tanto no lazer quanto campeonato, alguma coisa relacionada. Um projeto que ele dê para criança ficar meio período e depois ir para escola e também tem uma atividade construtiva para eles, para eles aprenderem e final de semana ter alguma atividade com a família (Entrevista 4 - Bairro Amizade). (sic)

Questionam o uso do Centro Poliesportivo que conta com excelente estrutura mas não podem utilizar o espaço que está construído ao lado das escolas, considerando que estas não possuem quadra de esportes e as crianças realizam suas atividades de educação física ao ar livre. Pontuam sobre a pouca oferta de atividades para a população local.

> Tudo, brincadeira em praça, no fim de semana deveria ter alguma coisa no salão paroquial. Até agora não consegui vaga para por minha filha no projeto. Quando chego do trabalho e minha filha está doente, o postinho está fechado (Entrevista 8 - Distrito de Talhado). (sic)

Referente à saúde foi pontuado a necessidade da UBSF de Talhado realizar atendimento até às 18h, além da instalação de UPA para atendimentos de emergência.

7- Locomoção

A locomoção da população local apresenta inúmeros problemas, dentre eles a insuficiente quantidade de linhas, horários do transporte (vide anexo 1) e superlotação. Os moradores das estâncias são os mais afetados com a escassez de linhas, sendo somente duas durante o dia. Segundo os entrevistados a estrutura dos pontos de ônibus não garantem a proteção dos usuários da chuva, sol, além de não comportar a quantidade de passageiros

> Quanto a locomoção a gente pode falar que é precária, a gente não pode falar que não existe porque existe, mas ela é precária demais. Aqui onde eu moro no Loteamento, o ônibus passa só três vezes por dia, se eu tiver que ir em uma consulta às nove horas eu tenho que pegar o ônibus daqui as seis e meia. Em Talhado tem outros que não vem para cá. Eles andaram mexendo e falam que não tem público para ampliar as linhas. Antigamente tinha um ônibus que passava no Jaguaré e se você ficava doente, não tinha dinheiro e não tinha carro, você podia pegar o ônibus e descer lá no Jaguaré para fazer uso da UBS de lá. Hoje, você não pode fazer isso porque ou você vai pedindo para alguém te levar ou não vai. Tem ônibus que passa no Lealdade e o nosso dá a volta. A gente reivindica e eles falam que não pode mexer, é uma briga grande (Entrevista 8 - Distrito de Talhado). (sic)
>
> Aqui precisa e muito porque a gente não pode sair porque não tem condução, é totalmente contrário (Entrevista 11 - Estância São Manoel). (sic)

A má conservação das vias públicas e insuficiência dos serviços de saneamento básico oferecem riscos para a locomoção da população local, principalmente de idosos e crianças. A renda também foi apontada como grande dificultador no acesso ao transporte.

8 - Sonhos

Quando sensibilizados a relatar os sonhos demonstraram dificuldades.

A população se reconhece como apartada da “cidade” e esquecida pelo poder público

> Praticamente tudo, Escola Estadual, projeto, a participação da família, policiamento porque existe um povo do tráfico. A gente está abandonado aqui, cada um tem que cuidar da sua casa, cuidar dessa vida né, que infelizmente a gente não sabe o dia de amanhã (Entrevista 4 - Bairro Amizade). (sic)

Apesar de almejarem por um projeto de reurbanização que atendam suas necessidades, é possível notar desesperança quanto à possibilidade mudança

> Eu não sei responder esta pergunta. Sonho a gente tem, mas precisa de pessoas de muito pulso firme para realizar o sonho desse bairro (Entrevista 1 - Bairro Lealdade). (sic)

Apontam como sonho o retorno do CRAS para o Distrito de Talhado, a ampliação do atendimento de saúde, correio e ensino voltado aos jovens

> Sonho um monte de coisa. O CRAS podia voltar para cá de novo. Queria o CRAS aqui para nós (Entrevista 8 - Distrito de Talhado). (sic)

> Eu acho que uma UPA. [...]. Tem pessoas que ficam doentes e não tem com quem levar e fica muito difícil. Poderia ter mais coisa para dentro de Talhado e não é como a gente vai para o CRAS. Se fosse aqui teria mais participação (Entrevista 7 - Estância São Luiz). (sic)

> Primeiro um correio, segundo um parque de diversão pra todo mundo, uma agência para pessoa que precisa de emprego (Entrevista 6 - Distrito de Talhado). (sic)

> Meu maior sonho é ter alguma coisa para os jovens e adolescentes. Eu sonho acordado. Quando tiver pode contar comigo. Eu até me emociono. É não ver os jovens irem para a Fundação Casa porque quando sai vem pior. Esse é o sonho da minha vida. Precisa um curso de informática, incentivar a prestar o SENAI, os alunos que saem da escola pública talvez tem dificuldade de passar na prova porque é difícil, mas tem professores que podem dar aula, um curso preparatório (Entrevista 5 - Loteamento Maria Serantes). (sic)

12.2 Percepção da rede intersetorial sobre a Região

No dia 11 de abril de 2022, foi encaminhado no e-mail institucional da rede intersetorial do território um questionário aberto (formato formulário Google), com o objetivo de apreender dados e a percepção sobre as necessidades do território e assim compor o Diagnóstico Socioterritorial da Política de Assistência Social do Município de São José do Rio Preto/SP. Importante destacar que antecedeu ao envio do e-mail o contato com todos os responsáveis de cada equipamento para explanar sobre a proposta.

Nesse sentido, a rede convidada a contribuir com este trabalho foi: UBSF Talhado, Escola Municipal Joana Gasagrande Vinha, Escola Estadual Professor Doutor João Deoclecio da Silva Ramos, Projeto Mundo Novo, Subprefeitura do Distrito de Talhado, UBSF Lealdade e Amizade, Escola Municipal Graciliano Ramos, Escola Municipal Alvaro Luiz Angeloni e Projeto Vem Ser o Futuro.

Nesta pesquisa obteve-se a devolutiva de quatro questionários que foram analisados de forma técnica de análise de conteúdo. Os resultados estão organizados nas seguintes categorias: acesso à renda, acesso ao emprego, impacto nas relações familiares, jovens/adolescentes, crianças, pessoas idosas, relações de solidariedade, articulação de políticas públicas, dificuldades e potencialidades.

1. Acesso à renda

É unanime a percepção da rede quanto à baixa renda da população do território. Destacam a extrema vulnerabilidade de renda das famílias, ao passo que descrevem que muitas famílias sobrevivem apenas com o recurso de Programas de Transferência de Renda ou com módicos salários advindos do trabalho informal.

2. Acesso ao emprego

Destacam a pouca oportunidade de emprego formal no território, sendo a distância e a acessibilidade urbana dificultadores para tal. Outra barreira observada no acesso ao trabalho é a falta de projetos de contraturno escolar, creche e educação infantil em tempo integral para os responsáveis deixarem os filhos, logo, na ausência de políticas públicas, muitas famílias se organizam na informalidade. Desta forma, percebe-se que o subemprego e o desemprego são coeficientes presentes, de forma muito intensa, nas famílias da Região de Talhado.

3. Impacto das relações familiares

A rede entende que há famílias com vulnerabilidade relacional, isto é, conflitos entre membros familiares e que interferem no vínculo e intervenções das unidades de atendimentos e serviços. As questões sociais presentes na vivência dos núcleos familiares são destacadas como determinantes na convivência familiar, o que acabam por interferir no desenvolvimento de crianças e adolescentes.

4. Jovens/adolescentes

Apontam essa faixa etária como a mais prejudicada, pois não há escola de ensino médio nos bairros Lealdade e Amizade, o que requer o deslocamento dos jovens para outros bairros, sendo a distância um fator desmotivador na frequência e permanência escolar. Destacam que a Região de Talhado possui grande ausência de políticas públicas direcionadas aos jovens, como cultura, esporte, lazer, oportunidade de cursos profissionalizantes e auxílio para a inserção ao mercado de trabalho.

5. Crianças

A rede tem a percepção de que é limitada ou escassa a oferta de políticas públicas destinadas a essa faixa etária. Destacam a ausência de projetos e atividades de contraturno escolar para crianças no território, como meio para que os responsáveis pudessem matricular seus filhos e ir em busca por trabalho. Assim, apontam a carência por esporte, arte, cultura e lazer. Outro elemento apontado foi a distância dos equipamentos públicos existentes, como por exemplo, a escola e unidade básica de saúde, e a falta de transporte coletivo para garantir o acesso de forma segura.

6. Pessoas idosas

Destacam a necessidade de ações para tomada de consciência pela sociedade em geral e, principalmente, pelas idosas, sobre o envelhecimento humano, as dificuldades, limites e potencialidades que essa faixa etária requer. Observam que esta população demanda por atendimento médico constante e, por sua vez, medicações, que em muitos casos não são ofertados pelo Sistema Único de Saúde e não possuem condições monetárias de adquirir, pois mal conseguem garantir a alimentação básica. As ausências de ofertas de esporte, cultura, arte e lazer foram apontadas como necessidade para as pessoas idosas, além da garantia da locomoção pelo transporte público, fator esse identificado como grande problema. Foi sinalizada a importância da ampliação do atendimento do CRAS em Talhado, visto a procura das pessoas idosas nos atendimentos semanais.

7. Relações de solidariedade na Região

A rede é unânime em explanar sobre a limitação do território em ações de solidariedade, pois veem a dificuldade de recursos financeiros por parte das famílias e do empresariado em desempenhar essa relação, no entanto, reconhecem as tímidas iniciativas. Logo, observam que a população local possui interesse em serem solidários, e vislumbram a importância da valorização e do incentivo das ações pontuais existentes.

8. Articulação de políticas públicas

A observação da rede em relação à articulação entre as políticas públicas no território de Talhado diverge. Pontuam que a articulação existe, contudo, em muitas situações, essas não são suficientes para atender as necessidades da família e conseguir solucionar os problemas. Outro observa que não há articulação entre as políticas públicas e avanços entre essas no território.

9. Dificuldades

São muitas as dificuldades apontadas pela rede, no entanto, são ausências que foram destacadas em questionamentos anteriores. Assim, entendem como dificultadores no território: falta de saneamento básico em Talhado, projetos para crianças e adolescentes, falta de escolas de ensino médio nos bairros Lealdade e Amizade, alto índice de analfabetismo da população, vulnerabilidades voltadas à alimentação básica das famílias, violência doméstica e dificuldade com a mobilidade urbana em decorrência do distanciamento e limitada oferta de transporte público.

10. Potencialidades

Em virtude de o território possuir uma ampla extensão rural, a rede destaca a importância de incentivar e valorizar o potencial agroeconômico do território de modo a viabilizar o desenvolvimento da Região. Em relação aos serviços da rede, observam que mesmo havendo a interação entre as políticas públicas, sempre deve haver espaço para melhorias e agilidade na tomada de decisões.

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do presente diagnóstico possibilitou o estudo e a qualificação das informações sobre a realidade do território de modo a formalizar, por escrito, as demandas, situações, dificuldades e possibilidades que são apresentadas diariamente em atendimentos, observadas e vividas pela população.

A participação dos usuários propiciou externalizar a realidade individual, bem como, a realidade da comunidade que representam e da qual fazem parte. A contribuição da rede reafirmou todas as demandas que são levantadas mensalmente na reunião do Grupo Gestor Intersetorial, o que faz termos clareza de que aquelas são, realmente, as necessidades da população local. Logo, entendemos que os apontamentos trazidos neste trabalho, refletem fidedignamente a vivência e a exigência da Região de Talhado perante as políticas públicas de direito.

São muitos os apontamentos a serem feitos, contudo, alguns são indispensáveis para vislumbrarmos proposições futuras de curto, médio e longo prazo.

Como questão objetiva de sobrevivência, a falta de oportunidade por emprego e trabalho digno é uma das expressões da questão social que aflora atualmente e que rebate no direito à alimentação. A conjuntura atual reafirma que o território Talhado é uma Região de grande vulnerabilidade econômica, sendo o CRAS e as associações de moradores os que tentam estear as famílias que passam por grandes dificuldades de renda e, consequentemente, alimentar.

É evidente, quando se volta o olhar ao território, a urgente necessidade por ações de prevenção e promoção voltadas à infância e juventude e à mulher. O território como um todo é sedento por iniciativas, sejam elas públicas ou do terceiro setor, voltadas à proteção das crianças e jovens, uma vez que não há espaços voltados a este ciclo de vida. Foi destacada a preocupação da comunidade com as atuais e restritas ofertas de serviços às crianças e jovens diante do chamado das ruas, do tráfico e do crime. Este ciclo clama por atenção e cuidado na Região de Talhado.

A atenção à vida da mulher também é uma discussão que se apresenta urgente, devido aos índices de violência doméstica, além dos que não são notificados. Assim, destaca a necessidade da aproximação e descentralização da atuação especializada à mulher no território.

A distância e o deslocamento foram os elementos que mais se destacaram tanto pelas falas dos entrevistados quanto pela rede intersetorial. O direito de ir e vir

neste território está totalmente violado, pois convivem com a objeção de se locomoverem, afetando a socialização e o acesso às políticas públicas instaladas em outros territórios. É urgente a retificação do transporte local.

Por fim, suscitar todos os indicativos da Região de Talhado é considerar a necessidade de um planejamento para um caminhar conjunto de TODAS as políticas públicas, pois é um território que carece por olhares de diversas especificidades como esporte, educação, lazer, cultura, assistência social, saúde, transporte, trabalho, dentre outros. Logo, é uma população que aspira por oportunidades que respeitem suas necessidades e histórias. A particularidade deste território é que está em crescimento, deixando de ser uma localidade reduzida ao distrito, mas uma Região em expansão tanto populacional quanto de negócio e que, portanto, a população que aqui habita deve ter sua dignidade garantida.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social-CRAS**. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Cadastro Único** [Internet]. Brasília: DF, Ministério da Cidadania, [2021]. Disponível em: http://www.cidadania.gov.br/servicos/cadastro-unico. Acesso em: 20 fev. 2021.

BRASIL. IBGE. Desemprego. [Internet]. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php. Acesso em: 08 abr. 2022.

BRASIL. Portal CAGED. [On-line]. Disponível em: https://caged.maisemprego.mte.gov.br/portalcaged/paginas/home/home.xhtml. Acesso em 03 mar. 2021.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico Ciência, Tecnologia e Inovação. **Conjuntura Econômica de São José do Rio**. 36. ed. - São José do Rio Preto, 2021. Disponível em: https://www.riopreto.sp.gov.br/wp-content/uploads/arquivosPortalGOV/planejamento/conjuntura/Conjuntura-2021.pdf. Acesso em 08 abr. 2022.

BRASIL. Lei Federal no. 8.069, de 13 de julho de 1990, com suas alterações. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm . Acesso em: 18 jul. 2021.

BRASIL. **LEVANTAMENTO ANUAL SINASE 2017**. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/LevantamentoAnualdoSINASE2017.pdf. Acesso em: 17 jul. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Relatório do I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua**. Secretaria Nacional de Assistência Social. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Novembro de 2006. Disponível em: https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/017-1.pdf Acesso em: 11 maio. 2022.

BRASIL. **Dados e Indicadores SINASE**. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e_adolescente/dados-e-indicadores/sinase. Acesso em: 16 jul. 2021.

FORNARI, L. F. *et al*. Violência doméstica contra a mulher na pandemia: estratégias de enfrentamento divulgadas pelas mídias digitais. **Rev Bras Enferm**. 2021;74(Suppl 1). Disponível em: https://www.scielo.br/j/reben/a/gVWKQ6LYc6hffHxknL7QD3p/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 14 maio. 2022.

JANUZZI, P. M. *et al*. Dimensionamento da extrema Pobreza no Brasil: aprimoramentos medolológicos e novas estimativas. IN: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O Brasil sem miséria / Organizadores: Tereza Campello, Tiago Falcão, Patricia Vieira da Costa. – Brasília: MDS, 2014. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_sem_miseria/livro_obrasilsemmiseria.pdf. Acesso em: 30 abr. 2022.

MALLET, A. C. T.; MELO, A. M. C. Os Direitos Humanos e Insegurança Alimentar no Brasil: Reflexões em Tempos de Pandemia da COVID-19. **Simpósio**, [S.l.], n. 10, abr. 2022. ISSN 2317-5974. Disponível em: <http://revista.ugb.edu.br/ojs302/index.php/simposio/article/view/2582>. Acesso em: 03 maio. 2022.

MENDES, J. A. A.; ALMEIDA, M. P.; MELO, G. V. L. R. Abandono afetivo parental: uma (re)visão crítica, narrativa sistemática da literatura psico-jurídica em Português**.** **PsicolArgum**. 2021 jul./set., 39(105), 657-588. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Josimar-Mendes/publication/354087971_Abandono_afetivo_parental_uma_revisao_critica_narrativa-sistematica_da_literatura_psico-juridica_em_Portugues_Parental_'affective_abandonment'_a_critical_narrative-systematic_review_of_psycho-legal_li/links/613ff03c6c61e2367c7988f5/Abandono-afetivo-parental-uma-revisao-critica-narrativa-sistematica-da-literatura-psico-juridica-em-Portugues-Parental-affective-abandonment-a-critical-narrative-systematic-review-of-psycho-legal.pdf Acesso em 14/05/2022. Acesso em: 03 maio. 2022.

SILVA, Ana Célia. Branqueamento e branquitude: conceitos básicos na formação para a alteridade. In: NASCIMENTO, A.D.,HETKOWSKI, T.M., (Orgs). **Memória e formação de professores**. Salvador: EDUFBA, 2007.

VIOLA, TW; SALUM, GA; KLUWE-SCHIAVON, B; SAN - VICENTE-VIEIRA, B.; LEVANDOWSKI, ML; GRASSI OLIVEIRA, R. The influence of geographical and

economic factors in estimates of childhood abuse and neglect using the Childhood Trau - ma Questionnaire: a worldwide meta-regres - sion analysis. **Child Abuse Negl** 2016; 51:1-11. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0145213415004433?via%3Dihub. Acesso em: 24 maio. 2022.

APÊNDICE 1 – Entrevista semiestruturada usuários

I - Identificação:

Idade:_____
Gênero:_____
Cor (autodeclarada):_____
Renda:_____
Bairro:_____
Há quanto tempo reside no território:_____

II - Questionário:

1. O que você acha que a Região/bairro que você mora possui de importante? Que atende as necessidades de sua família e comunidade? (Aqui, o objetivo da pergunta é levantar as potencialidades)

2. O que você acha que a Região/bairro que você mora possui de problemas? Se sim, indicar quais?

3. Você, sua família vivencia problemas relacionados ao desemprego e/ou não ter renda suficiente para sobreviver?

4. O que você observa com relação às necessidades dos jovens do bairro. (aqui o objetivo da perguntar é ver se a pessoa tem algum aspecto a considerar sobre problemas, tais como necessidade de acesso dos jovens às políticas públicas);

5. O que você observa com relação às necessidades dos idosos do bairro. (aqui o objetivo da perguntar é ver se a pessoa tem algum aspecto a considerar sobre problemas, tais como necessidade de acesso dos idosos às políticas públicas);

6. O que você observa com relação às necessidades das crianças no território/Região? (aqui o objetivo da perguntar é ver se a pessoa tem algum aspecto a considerar sobre problemas, tais como necessidade de acesso das crianças às políticas públicas);

7. O que você observa de necessidade com relação à locomoção no bairro? Como é para acessar os serviços, fazer uso de transporte público? (aqui levantar a mobilidade, o recurso financeiro para o acesso: tem dificuldade com relação à mobilidade? tem dificuldade com relação a dinheiro para o transporte?)
Ainda referente a questão 7, caso a pessoa não elencar sobre a política de Assistência Social, perguntar: e referente aos serviços do CRAS, CREAS?
8. O que deseja com relação a oportunidades no território? Tem sonhos para o território?

APÊNDICE 2 – Coleta de dados com a rede socioassistencial e intersetorial

I - Identificação:

Política pública que representa:_____
Função que desempenha:_____
Há quanto tempo trabalha nesse local de trabalho:_____

II - Questionário:

Objetivo: Este questionário visa ao levantamento de dados para compor o Diagnóstico Socioterritorial da Política de Assistência Social do município de São José do Rio Preto/SP.
Descrever como percebe as necessidades da vida das famílias/territórios em no que se refere:

1. Acesso à renda (Descrever como percebe a necessidade das famílias com relação a renda);
2. Acesso a emprego (Descrever como percebe a questão do emprego (trabalho formal, informal ou desemprego nas famílias/usuários atendidos na sua unidade de trabalho);
3. Impactos das relações familiares (Descrever com percebe aspectos facilitadores e dificultadores das relações familiares na proteção ou desproteção das famílias/usuários na sua unidade de trabalho);
4. O que você observa com relação às necessidades dos jovens do território/Região?
5. O que você observa com relação às necessidades das crianças no território/Região?
6. O que você observa com relação às necessidades dos idosos no território/Região?
7. Como se manifesta as relações de solidariedade no território/Região (vizinhos, parentes, amigos, igreja, comunidade);
8. Como você avalia a articulação entre as políticas públicas no território para atender as demandas das famílias/usuários do território/Região (o objetivo é levantar a articulação da rede e acesso dos usuários/famílias as diversas políticas públicas):
9. Percebe alguma dificuldade com relação ao território/Região? Quais?
10. Percebe potencialidade (s) no território/Região? Quais?

ANEXO 1 – Linha 121 – Lealdade e Amizade

Plataforma de embarque: 46
Itinerário 1: Lealdade e Amizade
Tempo médio do percurso: 68 min
Percurso: Terminal Central, Rua Bernardino De Campos, Rua Fernão Dias Paes Leme, Rua Cristóvão Colombo, Av. México, Rua Sergipe, Av. Danilo Galeazzi, Estrada Vicinal, Projetada 10, Projetada 30, Avenida 03, Avenida 02, Projetada 17, Projetada 19, Projetada 20, Projetada 14, Projetada 08, Estrada Vicinal, Av. Danilo Galeazzi, Rua Josina T.de Carvalho, Rua Cristóvão Colombo, Rua General Glicério, Terminal Central.

Segunda a Sexta
05:28/05:45/05:56/06:08/06:20/06:28/06:40/06:50/07:09/07:20/07:35/07:50/08:00/08:20/08:45/09:05/09:30/09:55/10:20/10:45/11:10/11:35/12:00/12:25/12:50/13:15/13:40/14:05/14:30/14:55/15:15/15:31/15:45/15:57/16:09/16:21/16:33/16:45/16:57/17:09/17:21/17:33/17:57/18:09/18:21/18:33/18:45/19:00/19:20/19:45/20:10/20:50/21:55/23:00/24:00
Sábado
05:35/06:00/06:25/06:50/07:15/07:40/08:05/08:30/08:55/09:20/09:45/10:10/10:35/11:00/11:25/11:50/12:15/12:40/13:05/13:30/13:55/14:20/14:45/15:20/16:34/17:48/19:02/20:16/21:30/22:44/24:00
Domingos e Feriados
05:40/06:50/08:00/09:10/10:24/11:38/12:52/14:06/15:20/16:34/17:48/19:02/20:16/21:30/22:44/24:00

Resumo dos Horários da linha 121-LEALDADE-AMIZADE

Segunda a Sexta
05:28/05:45/05:56/06:08/06:20/06:28/06:40/06:50/07:09/07:20/07:35/07:50/08:00/08:20/08:45/09:05/09:30/09:55/10:20/10:45/11:10/11:35/12:00/12:25/12:50/13:15/13:40/14:05/14:30/14:55/15:15/15:31/15:45/15:57/16:09/16:21/16:33/16:45/16:57/17:09/17:21/17:33/17:57/18:09/18:21/18:33/18:45/19:00/19:20/19:45/20:10/20:50/21:55/23:00/24:00
Sábado
05:35/06:00/06:25/06:50/07:15/07:40/08:05/08:30/08:55/09:20/09:45/10:10/10:35/11:00/11:25/11:50/12:15/12:40/13:05/13:30/13:55/14:20/14:45/15:20/16:34/17:48/19:02/20:16/21:30/22:44/24:00
Domingo e feriado
05:40/06:50/08:00/09:10/10:24/11:38/12:52/14:06/15:20/16:34/17:48/19:02/20:16/21:30/22:44/24:00

Última atualização dessa linha foi feita em 13/04/2022 18:22:28

LINHA: 113 - TALHADO
Plataforma de embarque: 42
Itinerário 1: Talhado São Luis
Tempo médio do percurso: 80 min
Percurso: Terminal Central, Rua Bernardino De Campos, Av. Nossa Senhora Da Paz, R. Emilio Nicoletti, R. Padres Salesianos, Av. Danilo Galeazzi, Estrada Vicinal Alcides Augusto Ávila, Estrada Vicinal Alcides Augusto Ávila, Rua Ezequiel Pinto, Rua Capitão Delmiro, Rua São Sebastiao, Rua Concordia, Rua 1 De Maio, Rua Capitão Delmiro, Teófilo Pimenta, Rua Concordia, Rua Ezequiel Pinto, Estrada Vicinal Alcides Augusto Ávila, Loteamento Set Valley, Estrada Vicinal Alcides Augusto Ávila, Rua Augusto Da Silva, Rua Elson Costa, Rua Joao Jose Arid, Estrada Municipal, Av. Danilo Galeazzi, Av. Nelson Da Veiga, R. Emilio Nicoletti, R. Dr. Coutinho Cavalcanti, R. Gal. Glicério, Terminal Central.

Dia	**Horário**
Segunda a Sexta	05:50/20:40
Sábado	06:45/11:15
Domingo e Feriado	06:45/11:15

Itinerário 2: - Talhado São Luis Set Valley
Tempo médio do percurso: 85 min
Percurso: Terminal Central, Rua Bernardino De Campos, Av. Nossa Senhora Da Paz, R. Emilio Nicoletti, R. Padres Salesianos, Av. Danilo Galeazzi, Estrada Vicinal Alcides Augusto Ávila, Rua Ezequiel Pinto, Rua Capitão Delmiro, Rua São Sebastiao, Rua Concordia, Rua 1 De Maio, Rua Capitão Delmiro, Rua Teófilo Pimenta, Rua Liberdade São Luis, Teófilo Pimenta, Rua Concordia, Rua Ezequiel

Pinto, Estrada Vicinal Alcides Augusto Ávila, Loteamento Set Valley, Estrada Vicinal Alcides Augusto Ávila, Rua Augusto Da Silva, Rua Elson Costa, Rua Joao Jose Arid, Estrada Municipal, Av. Danilo Galeazzi, Av. Nelson Da Veiga, R. Emilio Nicoletti, R. Dr. Coutinho Cavalcanti, R. Gal. Glicério, Terminal Central.

Dia	Horário
Segunda a Sexta	16:20/17:05/17:50
Sábado	17:15
Domingo e Feriados	17:15

Itinerário 3: - Talhado CRAS Lealdade
Tempo médio do percurso: 80 min
Percurso: Terminal Central, Rua Bernardino De Campos, Av. Nossa Senhora Da Paz, R. Emilio Nicoletti, R. Padres Salesianos, Av. Danilo Galeazzi, Estrada Vicinal Alcides Augusto Ávila, Estrada Vicinal Alcides Augusto Ávila, Rua Augusto Da Silva, Rua Geraldo De Paiva Ferreira, Rua Jakeline De Freitas Do Prado, Estrada Vicinal Alcides Augusto Ávila ,rua Ezequiel Pinto, Rua Capitão Delmiro, Rua São Sebastiao, Rua Concordia, Rua 1 De Maio, Rua Capitão Delmiro, Rua Teófilo Pimenta, Rua Concordia, Rua Ezequiel Pinto, Estrada Vicinal Alcides Augusto Ávila, Loteamento Set Valley, Estrada Vicinal Alcides Augusto Ávila, Rua Augusto Da Silva, Rua Elson Costa, Rua Joao Jose Arid, Estrada Municipal, Av. Danilo Galeazzi, Av. Nelson Da Veiga, R. Emilio Nicoletti, R. Dr. Coutinho Cavalcanti, R. Gal. Glicério, Terminal Central.

Segunda a Sexta
06:30/08:55/10:15/13:00/13:30/14:30/15:45/22:20

Itinerário 4: - Talhado Set Valley
Tempo médio do percurso: 80 min
Percurso: Terminal Central, Rua Bernardino De Campos, Av. Nossa Senhora Da Paz, R. Emilio Nicoletti, R. Padres Salesianos, Av. Danilo Galeazzi, Estrada Vicinal Alcides Augusto Ávila, Estrada Vicinal Alcides Augusto Ávila, Rua Ezequiel Pinto, Rua Capitão Delmiro, Rua São Sebastiao, Rua Concordia, Rua 1 De Maio, Rua Capitão Delmiro, Rua Teófilo Pimenta, Rua Liberdade, Av. Primavera, Av. São Luis, Rua Liberdade, Rua Teófilo Pimenta, Rua Concordia, Rua Ezequiel Pinto, Estrada Vicinal Alcides Augusto Ávila, Loteamento Set Valley, Estrada Vicinal Alcides Augusto Ávila, Av. Iracy Rodrigues Goulart, Rua Dalzira Vieira, Av. Central, Rua Anna Luiza Pinto, Rua Augusto Da Silva, Rua Elson Costa, Rua Joao Jose Arid, Estrada Municipal, Av. Danilo Galeazzi, Av. Nelson Da Veiga, R. Emilio Nicoletti, R. Dr. Coutinho Cavalcanti, R. Gal. Glicério, terminal Central.

Segunda a Sexta
12:00

Itinerário 5: - Talhado
Tempo médio do percurso: 80 min
Percurso: Terminal Central, Rua Bernardino De Campos, Av. Nossa Senhora Da Paz, R. Emilio Nicoletti, R. Padres Salesianos, Av. Danilo Galeazzi, Estrada Vicinal Alcides Augusto Ávila, Estrada Vicinal Alcides Augusto Ávila, Rua Ezequiel Pinto, Rua Capitão Delmiro, Rua São Sebastiao, Rua Concordia, Rua 1o De Maio, Rua Capitão Delmiro, Rua Teófilo Pimenta, Rua Liberdade, Av. Primavera, Av. São Luis, Rua Liberdade, Rua Teófilo Pimenta, Rua Concordia, Rua Ezequiel Pinto, Estrada Vicinal Alcides Augusto Ávila, Loteamento Set Valley, Estrada Vicinal Alcides Augusto Ávila, Av. Iracy Rodrigues Goulart, Rua Dalzira Vieira, Av. Central, Rua Anna Luiza Pinto, Rua Augusto Da Silva, Rua Elson Costa, Rua Joao Jose Arid, Estrada Municipal, Av. Danilo Galeazzi, Av. Nelson Da Veiga, R. Emilio Nicoletti, R. Dr. Coutinho Cavalcanti, R. Gal. Glicério, Terminal Central.

Dia	Horário
Segunda a Sexta	07:20/11:35/18:30/19:30/23:40
Sábado	08:15/12:45/15:45/18:45/20:00/21:15/22:30
Domingo e Feriado	08:15/12:45/15:45/18:45/20:00/21:15/22:30

Resumo dos Horários da linha 113 - TALHADO

Segunda a Sexta
05:50/06:30/07:20/08:55/10:15/11:35/12:00/13:00/13:30/14:30/15:45/16:20/17:05/17:50/18:30/19:30/20:40/22:20/23:40
Sábado
06:45/08:15/11:15/12:45/15:45/17:15/18:45/20:00/21:15/22:30

Domingo e Feriado
06:45/08:15/11:15/12:45/15:45/17:15/18:45/20:00/21:15/22:30

Última atualização dessa linha foi feita em 08/05/2022 14:44:03.

PARTE III

GLOSSÁRIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: Conceitos aplicados ao trabalho social

SUMÁRIO

Apresentação.....139
A.....140
Abrangência.....140
Acolhida.....140
Acolhida no Serviço.....140
Acolhida Particularizada.....140
Acolhida no Domicílio.....141
Acolhida em Grupo.....141
Ação Particularizada.....141
Ação Particularizada no domicílio.....142
Ação Comunitária.....142
Ação Indireta.....142
Ação não continuada.....142
Acolhimento institucional.....143
Acompanhamento Especializado.....143
Acompanhamento Familiar.....143
Acompanhamento familiar em grupo.....144
Acompanhamento familiar particularizado.....144
Acompanhamento psicossocial.....145
Articulação de rede (trabalho em rede).....145
Ato infracional.....145
B.....146
Benefício de Prestação Continuada (BPC).....146
Benefícios eventuais.....146
Busca ativa.....146
Busca ativa na Proteção Social Básica.....147
Busca ativa na Proteção Social Especial (Serviço Especializado em Abordagem Social) 147
C.....148
Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único)..148

Carteira do idoso....148
Centro de Convivência da Família (CCF) 148
Centro de Convivência da Juventude (CCJ)....148
Centro de Convivência do Idoso (CCI) 149
Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP) 149
Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)....149
Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS)....149
Ciclo de vida....150
D....151
Demanda Reprimida....151
E....152
Encaminhamento....152
Estudo Social....152
F....153
Formas de acesso....153
G....154
Grupo....154
O....155
Oficinas....155
Oficina com famílias....155
P....156
Plano de Acompanhamento Familiar no PAIF....156
Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar no PAEFI....156
Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar no Serviço Especializado para População em Situação de Rua....156
Plano Individual de Atendimento (PIA) 157
Plano de Desenvolvimento do Usuário (PDU) 157
R....158
Risco Social....158
S....159
Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)....159
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)....159

Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.....159
Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI).....160
Serviço Especializado em Abordagem Social.....160
Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) 161
Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.....161
V.....163
Violação de direitos.....163
Vulnerabilidade social.....163
REFERÊNCIAS.....165

APRESENTAÇÃO

O “Glossário da Assistência Social: conceitos aplicados ao trabalho social” produzido pela Secretaria Municipal de Assistência Social de São José do Rio Preto (SEMAS) é composto por conceitos-chave que aparecem de forma recorrente nas publicações mais representativas da área da Assistência Social.

O presente trabalho nasceu da necessidade de socializar e ao mesmo tempo buscar alinhar conceitos, na tentativa de oferecer uma fonte de consulta a todos os atores sociais do campo da assistência social. Nesse sentido, busca trazer para a reflexão alguns termos existentes em outros glossários ou documentos similares, dando a oportunidade de abrir alguns caminhos para dialogar com trabalhadores do SUAS, gestores, conselheiros, usuários, estudantes e demais interessados.

O conjunto de conceitos que integra este Glossário foi construído inicialmente a partir de uma primeira pesquisa conjunta iniciada em meados de 2015, com parte dos técnicos e técnicas da Secretaria, sobre os principais conceitos que apareciam no seu cotidiano profissional e nas suas leituras.

A SEMAS realizou *Oficinas para nivelamento de Conceitos* entre os anos de 2018 e 2019 com seus trabalhadores, visando a identificar os conceitos com entendimentos diversos. Por meio das Oficinas foi possível aprimorar a comunicação e o entendimento, bem como a definição conjunta de uma proposta de vocabulário comum a todos, tendo como base as legislações/normativas elaboradas pelo então Ministério da Cidadania e pela Política Nacional de Assistência Social. Os conceitos encontram-se definidos nesse Glossário e poderão ser retomados pelos trabalhadores, sempre que necessário.

Esta é uma publicação que resulta da atuação de muitos trabalhadores e trabalhadoras ao longo dos últimos anos e que avança na perspectiva de que todos e todas fazemos Proteção Social. O Departamento de Vigilância Socioassistencial sistematizou os materiais que haviam sido elaborados pelas equipes, respeitando o resultado de suas produções e elencou os principais conceitos utilizados no trabalho social. O documento apresenta os conceitos em ordem alfabética.

Eis um produto a serviço dos trabalhadores do SUAS e de uma política social que se estabelece enquanto direito do cidadão e dever do estado.

Helena Marangoni

Secretária de Assistência Social

A

Abrangência referência territorializada da procedência dos usuários e do alcance do serviço, delimitados de acordo com as especificidades de cada município (BRASIL, 2009a).

No ano de 2018, com base no decreto 18.037, São José do Rio Preto passou a ser dividida em 10 regiões: Bosque, Central, CEU, Cidade da Criança, HB, Pinheirinho, Represa, Schmitt, Talhado e Vila Toninho. O Decreto buscou padronizar e unificar as diferentes regiões da cidade, já que antes cada secretaria tinha sua própria divisão administrativa (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 2019).

Acolhida constitui uma importante dimensão inerente ao trabalho social, compreendida sob duas perspectivas: 1-como ação/procedimento de acolhida, caracterizada pelo contato inicial das famílias/indivíduos com os serviços de assistência social, que envolve o recebimento dos usuários do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em local com infraestrutura adequada e profissionais qualificados, e o direcionamento das suas demandas, contribuindo para a humanização do atendimento socioassistencial (BRASIL, 2011a). Tem como objetivo identificar as necessidades apresentadas pelas famílias e indivíduos, avaliar se realmente constitui situação a ser atendida e identificar demandas imediatas de encaminhamentos. Esse momento irá nortear as primeiras ações do profissional, bem como contribuirá para o início da construção de vínculo de referência e de confiança; 2- A postura acolhedora, ética e de respeito à dignidade e não-discriminação, afiançada pela segurança de acolhida, que deve nortear todas as ações na Assistência Social, na perspectiva do reconhecimento do usuário enquanto sujeito de direitos (BRASIL, 2011a, p. 59).

Acolhida no Serviço refere-se ao processo de acolhida que ocorre no espaço físico das unidades do SUAS. [...] é preciso garantir locais adequados, configurados para assegurar o bem-estar das famílias, ao expor suas demandas e vulnerabilidades, e para resguardar o sigilo das informações, devendo ocorrer, portanto, em uma sala de atendimento. Essa atividade, geralmente, é antecedida pela recepção da família na Unidade da rede socioassistencial (BRASIL, 2012, p. 22).

A acolhida no Serviço pode ser **particularizada** ou em **grupo**.

Acolhida Particularizada é o processo de acolhida de uma família, ou algum de seus membros, de modo particularizado. É o momento no qual o profissional

preenche ou atualiza o Prontuário da Família. Pode ocorrer no equipamento ou no domicílio da família (BRASIL, 2012, p. 22).

Acolhida no Domicílio consiste no processo de acolhida de uma família, ou de algum de seus membros, no seu próprio domicílio. Essa forma de acolhida deve ser utilizada em situações específicas, nas quais as famílias não respondem ao convite para comparecer à Unidade de Atendimento ou vivenciam situações de vulnerabilidade ou risco social e não procuram o Serviço. [...] deve ser pautada nos princípios de respeito à privacidade da família e da sua autonomia, tanto no que diz respeito à receptividade em seu domicílio, quanto à disponibilidade para responder às perguntas e para sua inserção nas demais ações dos Serviços Socioassistenciais [...] (BRASIL, 2012, pp. 22-23).

***Observação:** conforme definido na oficina de conceitos da SEMAS, para fins de relatório circunstanciado e Registro Mensal de Atendimentos (RMA) a visita domiciliar corresponde à soma da ação particularizada no domicílio e da acolhida no domicílio.

Acolhida em Grupo é o processo de acolhida realizado de modo coletivo (duas ou mais famílias). Utiliza-se como estratégia a formação de pequenos grupos de acolhida para: a) repasse de informações gerais sobre o Serviço; b) escuta das demandas gerais das famílias; c) compreensão dos impactos do território sobre tais demandas, e d) publicização e discussão de assuntos de interesse de um grande número de famílias ou da comunidade (informações sobre o Benefício de Prestação Continuada, Programa Bolsa Família, outras políticas públicas, inclusão produtiva etc.). [...] As acolhidas particularizadas e em grupo se complementam [...]. (BRASIL, 2012, p. 21)**.**

Conforme pactuado na oficina de conceitos da SEMAS, os conceitos foram validados da seguinte forma:

- A acolhida é a primeira ação realizada para a família nos Serviços;
- Em caso de mudança de território ocorrerá uma nova acolhida;
- A acolhida em Grupo não exclui a necessidade da realização da acolhida particularizada, nem impede a realização de acolhida particularizada.

Ação Particularizada refere-se ao atendimento prestado pela equipe técnica do equipamento à família - algum (ns) membro (s) ou todo o grupo familiar, após a

acolhida, de modo individualizado. A opção pela utilização de ações particularizadas [...] têm por princípio conhecer a dinâmica familiar mais aprofundadamente e prestar um atendimento mais específico à família (BRASIL, 2012, pp. 41-42)**.**

A ação particularizada pode ocorrer no **Serviço** ou no **domicílio**.

Ação Particularizada no domicílio é o processo de atendimento individualizado prestado à família em sua unidade domiciliar [...]. O deslocamento até o domicílio da família possibilita aos técnicos conhecer a realidade dos territórios, as formas de convivência comunitária e arranjos familiares - rol de informações muito importantes para adequar as ações do PAIF para o alcance do seu caráter preventivo e protetivo (BRASIL, 2012, p. 43)**.**

***Observação:** conforme definido na oficina de conceitos da SEMAS, para fins de relatório circunstanciado e Registro Mensal de Atendimentos (RMA) a visita domiciliar corresponde à soma da ação particularizada no domicílio e da acolhida no domicílio.

Ação Comunitária são ações de caráter coletivo, voltadas para a dinamização das relações no território. Possuem escopo maior que as oficinas com famílias, por mobilizar um número maior de participantes, e devem agregar diferentes grupos do território a partir do estabelecimento de um objetivo comum (BRASIL, 2012, p. 37)**.**

São exemplos de ações comunitárias as palestras, campanhas, eventos comunitários e mobilizações (BRASIL, 2012).

Ação Indireta de acordo com a oficina de conceitos realizada pela SEMAS, consiste em toda ação realizada indiretamente, quando não se está pessoalmente diante do usuário do Serviço: articulação com a rede, reunião para discussão de caso, contato telefônico, elaboração de relatório, dentre outras ações elencadas por cada Serviço.

Ação não continuada de acordo com a oficina de conceitos realizada pela SEMAS, consiste no atendimento pontual ao usuário/pessoa. Após a avaliação técnica é compreendido que não se apresenta demanda de atendimento para a política de assistência social naquele momento. Utilizada para casos específicos e excepcionais, por exemplo: pessoa tem casa no território (herança), mora em outro município e foi pedir orientação no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) sobre inventário; idoso aposentado procurou o CRAS para o benefício de tarifa social, não possui critérios e não apresenta vulnerabilidades que demandem outros

atendimentos; pessoa procurou para informações a respeito do programa minha casa minha vida, não possui critérios e não apresenta vulnerabilidades que demandem outros atendimentos.

Acolhimento institucional Serviço inserido no escopo da Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares e comunitários rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral (BRASIL, 2009b, p. 44).

Deve ofertar, em consonância aos princípios e diretrizes do SUAS, condições para alimentação, higiene, respeito à individualidade e autonomia. As unidades de acolhimento são classificadas de acordo com o público. Para crianças e adolescentes: casa-lar e abrigo institucional; para adultos e famílias o abrigo institucional e casa de passagem; para mulheres em situação de violência o abrigo institucional; para jovens e adultos com deficiência as residências inclusivas e para idosos a casa-lar e o abrigo institucional (Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI) (BRASIL, 2009b, p. 49-50).

Acompanhamento Especializado no âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) compreende atendimentos continuados e uma gama de possibilidades para seu desenvolvimento, segundo as demandas e especificidades de cada situação (atendimentos individuais, familiares e em grupo; orientação jurídico-social; visitas domiciliares, etc.). Proporciona espaço de escuta qualificada e reflexão, além de suporte social, emocional e jurídico-social às famílias e aos indivíduos acompanhados, visando ao empoderamento, enfrentamento e construção de novas possibilidades de interação familiares e com o contexto social (BRASIL, 2011a, p. 60).

Acompanhamento Familiar no âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e de acordo com o artigo 20 do Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do SUAS, o acompanhamento familiar consiste no desenvolvimento de intervenções desenvolvidas em serviços continuados, com objetivos estabelecidos, que possibilite à família o acesso a um espaço onde possa refletir sobre sua realidade, construir novos projetos de vida e transformar suas relações - sejam elas familiares ou comunitárias.

Comporta, portanto, um conjunto variado de ações, que devem ser planejadas e executadas pelos profissionais do SUAS, com participação ativa da família. O acompanhamento é destinado às famílias que apresentam situações de vulnerabilidades, que requerem a proteção da assistência social para garantia de seus direitos socioassistenciais, acesso aos direitos sociais e ampliação de sua capacidade protetiva, demandando, para isso, uma atenção diferenciada, um olhar mais atento dos profissionais do CRAS, na medida em que essas situações vivenciadas, caso não sofram imediata intervenção profissional, podem tornar-se risco social e/ou violação de direitos (BRASIL, 2012).

Acompanhamento familiar em grupo o processo de acompanhamento familiar em grupo é indicado para responder situações de vulnerabilidades vivenciadas pelas famílias com forte incidência no território. Neste sentido, faz-se necessário realizar um bom diagnóstico socioterritorial - conhecer suas vulnerabilidades e potencialidades e sua incidência, de modo a constituir grupos de famílias com afinidades, necessidades e características similares, de forma a efetivar seu acompanhamento, tornando-o um processo de compartilhamento de experiências entre os participantes, de reflexão sobre a realidade, de acesso à informação sobre direitos, de apoio à família em sua função protetiva e de construção de projetos de vida que possibilitem ampliação dos direitos sociais. A formação de um grupo é marcada pela inserção de seus participantes na sociedade, pelas determinações econômicas, sociais e culturais. Assim, a técnica de trabalho em grupo é mais do que a junção de várias pessoas para conversar sobre um tema ou repassar informações. Requer a existência, entre seus participantes, de uma interação social e algum tipo de vínculo. Pode-se dizer que a passagem da condição de agrupamento para a de um grupo, consiste na transformação de interesses comuns para a de interesses em comum (BRASIL, 2012, p. 70-71).

Acompanhamento familiar particularizado deve ser proposto às famílias em situações de vulnerabilidades, em condições desfavoráveis para acompanhamento em grupo: seja porque a família demanda uma atenção imediata, por risco de retornar à situação de extrema pobreza ou recair em risco social; nos casos em que a família tem dificuldades de se deslocar até o CRAS; por necessidade de proteção a algum de seus membros; quando a família não se sente à vontade para participar do acompanhamento em grupo; quando a situação demanda sigilo; ou quando seus horários são incompatíveis com os do(s) grupo(s) (BRASIL, 2012, p.75).

Acompanhamento psicossocial de acordo com revisão bibliográfica realizada por meio da oficina de conceitos da Semas diz respeito à atuação conjunta de profissionais cujo objetivo é direcionar a ação de maneira mais abrangente com conhecimentos e habilidades específicas de diferentes áreas [...]. Exige frequência e sistematização dos atendimentos, utilizando-se de diferentes metodologias e instrumentais. Nessa intervenção o foco está em conhecer o indivíduo e/ou família identificando demandas explícitas e implícitas levando em conta seu contexto social, cultural, a rede que acessa e/ou conta, as dificuldades vivenciadas, expectativas dentre outros aspectos. É também o espaço onde será possível estabelecer vínculo, favorecendo uma relação de discussão e reflexão sobre as dificuldades encontradas no cotidiano, promovendo o fortalecimento de potenciais e autonomia, mantendo um olhar para os aspectos que constituem fenômenos sociais e interferem na vida de indivíduos, famílias e grupos (BRASIL, 2013, p. 68).

Articulação de rede (trabalho em rede) é o processo pelo qual se cria e mantém conexões entre diferentes organizações, a partir da compreensão do seu funcionamento, dinâmicas e papel desempenhado, de modo a coordenar interesses distintos e fortalecer os que são comuns (BRASIL, 2009a, p. 21).

Ato infracional de acordo com as disposições gerais do Capítulo I do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) "Art. 103. Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal; Art. 104. são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta Lei" (BRASIL, 1990, p. 3568).

O Art. 112 do ECA versa sobre as medidas socioeducativas, que é aplicada aos adolescentes quando verificada a prática de ato infracional (BRASIL, 1990).

B

Benefício de Prestação Continuada (BPC) garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família, considera-se o critério de renda per capita de ¼ de salário mínimo para essa avaliação. O benefício é gerido pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e operacionalizado pelo INSS. Os recursos para custeio do BPC provêm do Fundo Nacional de Assistência Social - Ministério do Desenvolvimento Social (BRASIL, 1993).

Benefícios eventuais são um tipo de proteção social que se caracteriza por sua oferta de natureza temporária para prevenir e enfrentar situações provisórias de vulnerabilidade decorrentes ou agravadas por nascimentos, mortes, vulnerabilidades temporárias e calamidades. [...]. Concedidos em forma de pecúnia, bens ou serviços, buscando garantir as seguranças sociais de acolhida, convívio e sobrevivência aos indivíduos e às famílias, com impossibilidade temporária de arcar, por conta própria, com o enfrentamento de situações de vulnerabilidade decorrentes ou agravadas por contingências que causam danos, perdas e riscos, desprotegendo e fragilizando a manutenção e o convívio entre as pessoas (BRASIL, 2018, p. 16).

As Orientações Técnicas para Benefícios Eventuais no SUAS irão tratar de cada benefício eventual, inclusive os que historicamente relacionam-se à Assistência Social, mas são de responsabilidade de outras políticas públicas.

Busca ativa é utilizada como ferramenta de gestão e estratégia de aproximação às famílias para processo de inserção nos programas e serviços ofertados na rede socioassistencial. É definida como uma procura de informações por meio do deslocamento das equipes de referência ao território e tem como objetivo identificar as situações de vulnerabilidade e risco social para ampliar o conhecimento e a compreensão da realidade social, bem como as [...] “potencialidades e recursos culturais, econômicos, sociais e políticos” do território, as redes sociais de apoio e as necessidades de articulação da rede socioassistencial para a efetividade da proteção social. Portanto, envolve as equipes de referência, o território e as decisões da gestão. (BRASIL, 2009a, p.30).

Conforme pactuado na oficina de conceitos da SEMAS, serão consideradas:

Busca ativa na Proteção Social Básica é o deslocamento da equipe ao território para buscar famílias que não tem prontuário e famílias que tem prontuário, mas se encontra sem nenhum registro de atendimento, por um ano e meio (18 meses);

Busca ativa na Proteção Social Especial (Serviço Especializado em Abordagem Social) é a identificação da incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras situações de violação de direitos;

Na operacionalização não será considerado como busca ativa: contato telefônico ou meio eletrônico, correspondência e para famílias que tem prontuário com registro de atendimento a menos um ano e meio (18 meses).

C

Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras. Desde 2003, o Cadastro Único se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas federais, sendo utilizado obrigatoriamente para a concessão dos benefícios do Programa Bolsa Família, da Tarifa Social de Energia Elétrica, do Programa Minha Casa Minha Vida, entre outros. Também pode ser usado para a seleção de beneficiários de programas ofertados pelos governos estaduais e municipais. Por isso, ele funciona como uma porta de entrada para as famílias acessarem diversas políticas públicas. A execução do Cadastro Único é de responsabilidade compartilhada entre o governo federal, os estados, os municípios e o Distrito Federal. Em nível federal, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome é o gestor responsável, e a Caixa Econômica Federal é o agente operador que mantém o Sistema de Cadastro Único. O Cadastro Único está regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, e outras normas (BRASIL, 2019a).

Carteira do idoso é o instrumento de comprovação para que o idoso tenha acesso gratuito ou desconto de, no mínimo, 50% no valor das passagens interestaduais, de acordo com o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03). Além do Número de Identificação Social - NIS, a carteira dos Idosos traz informações de identificação do idoso e do município em que ele mora e a foto. [...] é fornecida somente para idosos com mais de 60 anos que não possuem meios de comprovação de renda e que recebam até dois salários mínimos (BRASIL, 2019b).

Centro de Convivência da Família (CCF) unidade pública municipal da Proteção Social Básica destinada à prestação de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos a toda a família, de acordo com as faixas etárias contidas na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009b).

Centro de Convivência da Juventude (CCJ) unidade pública municipal da Proteção Social Básica destinada à prestação de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos a adolescentes e jovens de 12 a 29 anos.

Centro de Convivência do Idoso (CCI) unidade pública municipal da Proteção Social Básica destinada à prestação de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos à população idosa residente no município a partir dos 60 anos.

Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP) unidade pública municipal destinada à prestação de serviço ofertado para pessoas que utilizam as ruas com espaço de moradia e/ou sobrevivência. Tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida. (BRASIL, 2009b, p. 40).

Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) [...] Dada sua capilaridade nos territórios, caracteriza-se como a principal porta de entrada do SUAS [...]. O CRAS é uma unidade de proteção social básica do SUAS, que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania (BRASIL, 2009a, p.9).

O município de São José do Rio Preto possui treze CRAS:

Antunes, Centro, Eldorado, Jardim Belo Horizonte, João Paulo II, Lealdade e Amizade, Novo Mundo, Parque da Cidadania Santo Antônio, São Deocleciano, Schmitt, Solo Sagrado e Vila Toninho.

Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) unidade pública e estatal, de abrangência municipal ou regional. Oferta, obrigatoriamente, o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a famílias e indivíduos (PAEFI) (BRASIL, 2011a, p. 20).

Responsável pela oferta de atenções especializadas de apoio, orientação e acompanhamento a indivíduos e famílias com um ou mais membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Os objetivos são: fortalecer as redes sociais de apoio à família; contribuir no combate a estigmas e preconceitos; assegurar proteção social imediata e atendimento interdisciplinar às pessoas em situação de violência visando à sua integridade física, mental e social; prevenir o abandono e a institucionalização; fortalecer os vínculos familiares e a capacidade protetiva da família (BRASIL, 2011a).

No município de São José do Rio Preto existem dois CREAS, sendo CREAS I e CREAS II, e as equipes são divididas por região como forma de fortalecer as articulações com o território:

CREAS I - Bosque, Central, HB, Represa, Schmitt, Talhado e Vila Toninho;

CREAS II - CEU, Cidade da Criança e Pinheirinho.

Executam o PAEFI e o Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

Ciclo de vida etapas do desenvolvimento do ser humano como infância, adolescência, juventude, idade adulta e das pessoas idosas bem como o desenvolvimento familiar, marcado, por exemplo, pela união dos parceiros, separação, recasamento, nascimento e desenvolvimento dos filhos e netos, morte e outros eventos (BRASIL, 2006).

D

Demanda Reprimida conforme pactuado na oficina de conceitos da SEMAS é quando o usuário atende aos critérios para o acesso ao serviço e/ou benefício, contudo, não é possível sua efetivação.

Na operacionalização não serão considerados como demanda reprimida: demandas de outras políticas públicas trazidas pelo usuário; usuários que não atendam aos critérios de programas, serviços e benefícios do governo estadual/federal. Segundo Silva (2009) a demanda reprimida ocorre quando a oferta do serviço prestado é inferior ao serviço existente, ou seja, quando o usuário possui critério para acesso, procura o serviço/benefício da Política de Assistência Social e a unidade não consegue atender ou por deficiência da própria unidade ou por impedimento do próprio usuário.

E

Encaminhamento é o processo de orientação e direcionamento das famílias, ou algum de seus membros, para serviços e/ou benefícios socioassistenciais ou de outros setores. Tem por objetivo a promoção do acesso aos direitos e a conquista da cidadania. Os Encaminhamentos no âmbito do SUAS pressupõem contatos prévios e posteriores da equipe técnica dos serviços e o estabelecimento de fluxos, de forma a possibilitar a efetivação do encaminhamento, garantir o retorno da informação e o efetivo atendimento e inclusão da família. Deve ser formalizado por meio de algum tipo de documento ou formulário que possa ser entregue ao usuário e à usuária e/ou enviado para a outra unidade. O documento de encaminhamento deve, no mínimo, identificar a pessoa encaminhada, a unidade de origem, a unidade de destino e o motivo do encaminhamento. Tal documento também deve ter a identificação do profissional que o fez (BRASIL, 2012, p.44-47).

Estudo Social conforme documento produzido na oficina de conceitos da SEMAS é realizado pelos profissionais de nível superior dos CRAS, CREAS e CENTRO POP por meio de entrevista, visita domiciliar, observação, instrumental de vulnerabilidade social, entre outros. Conforme as Orientações PAIF vol. 2 é a análise tecnicamente qualificada sobre a família, determinante para explicitar a necessidade de inserção da família no atendimento ou no acompanhamento familiar. Neste momento, os profissionais responsáveis deverão, em conjunto com as famílias: enumerar as situações de vulnerabilidade social vivenciadas, buscando compreender suas origens e consequências; identificar as potencialidades e recursos que as famílias possuem; identificar/reconhecer as características e especificidades do território que influenciam e/ou determinam as situações de vulnerabilidade vivenciadas pelas famílias. O estudo social da situação familiar constitui momento de compreensão da realidade vivenciada pelas famílias, bem como de afirmação da assistência social como direito de cidadania e dever do Estado (BRASIL, 2012, p.18).

F

Formas de acesso de acordo com revisão bibliográfica realizada pela oficina de conceitos da SEMAS os usuários têm acesso a serviços e ações ofertados pela política de assistência social, em geral, por demanda espontânea, busca ativa, encaminhamentos da rede socioassistencial e/ou encaminhamentos de serviços das demais políticas públicas. Os serviços de Proteção Social Especial, pela sua especificidade de atendimento, são acessados também por encaminhamentos dos serviços de proteção, incluindo o serviço de abordagem social e dos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos (BRASIL, 2009b).

G

Grupo de acordo com revisão bibliográfica realizada pela oficina de conceitos da SEMAS, na concepção de Pichon-Rivière, o grupo apresenta-se como instrumento de transformação da realidade, e seus integrantes passam a estabelecer relações grupais que vão se constituindo, na medida em que começam a partilhar objetivos comuns, a ter uma participação criativa e crítica e a poder perceber como interagem e se vinculam (BASTOS, 2010, p. 164).

[...] é através do reunir-se com um grupo de semelhantes (reunião de duas ou mais pessoas que desempenham determinados papéis sociais em torno de uma tarefa que lhes diz respeito) que os indivíduos podem analisar e compreender os fenômenos sociais, os quais estão intimamente ligados ao modo de produção capitalista, tendo assim condições de reivindicar seus direitos perante a sociedade (SILVA; GUEDES, 2015, p. 184).

O acompanhamento em grupo ocorre quando os objetivos a serem atingidos forem de **longo prazo**, ou seja, demandam um processo de caráter continuado e planejado, por período de tempo determinado, no qual há, a partir de vulnerabilidades, demandas e potencialidades apresentadas pela família e a definição dos objetivos a serem alcançados. O processo de acompanhamento familiar em grupo é indicado para responder **situações de vulnerabilidades** vivenciadas pelas famílias; quando o foco for a garantia das seguranças afiançadas pela política de assistência social e a promoção do acesso das famílias aos seus direitos, com vistas ao fortalecimento da capacidade protetiva da família, a partir das respostas do Estado para sua proteção social. Observação: uma família que participa de uma oficina pode demandar inserção em processo de acompanhamento familiar (Brasil, 2012, p. 75).

O

Oficinas [...] consistem em atividades de esporte, lazer, arte e cultura no âmbito do grupo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Também é possível realizar atividades recreativas [...]. Essas atividades podem ser resultado, inclusive, de articulações intersetoriais no âmbito municipal e do Distrito Federal. [...] Vale destacar, entretanto, que as oficinas, as palestras e as confraternizações eventuais, por si só, não constituem o SCFV, são estratégias para tornar os encontros dos grupos atrativos e, com isso, dialogar com o planejamento dos percursos, com os temas abordados junto aos usuários e com os objetivos a serem alcançados nos grupos. São atividades utilizadas como recursos para discutir assuntos apresentados pelos componentes dos grupos; para reunir a família num momento festivo - com lanches, músicas e brincadeiras - para proporcionar a interação entre diversas gerações familiares e com os demais sujeitos do território (BRASIL, 2017a, p. 75).

Oficina com famílias de acordo com revisão bibliográfica realizada pela oficina de conceitos da SEMAS consiste na realização de encontros previamente organizados, com objetivos de curto prazo a serem atingidos com um conjunto de famílias, por meio de seus responsáveis ou outros representantes, sob a condução de técnicos de nível superior da equipe (BRASIL, 2012). As oficinas com famílias devem buscar articular diversas dimensões que propiciam a mudança social por meio da transformação das crenças, práticas, relações dos sujeitos sociais e nível de participação social das famílias, utilizando-se da informação com ênfase na reflexão, na convivência e na ação (BRASIL, 2012, p.35).

P

Plano de Acompanhamento Familiar no PAIF de acordo com revisão bibliográfica realizada pela oficina de conceitos da SEMAS, no âmbito dos serviços ofertados no CRAS, através do PAIF, consiste no planejamento conjunto entre a(s) família(s) e profissional do acompanhamento familiar, imprescindível para o alcance dos objetivos desse processo. No Plano devem ser descritas: as demandas e necessidades da(s) família(s); as vulnerabilidades a serem superadas; as potencialidades que o(s) grupo(s) familiar(es) possui(em) e que devem ser fortalecidas, a fim de contribuir nas respostas às vulnerabilidades apresentadas pela(s) família(s); os recursos que o território possui que podem ser mobilizados na superação das vulnerabilidades vivenciadas pela(s) família(s); as estratégias a serem adotadas pelos profissionais e família(s) no processo de acompanhamento familiar; os compromissos da(s) família(s) e dos técnicos (enquanto representantes do Estado) no processo de superação das vulnerabilidades; o percurso proposto para o acompanhamento [...] (BRASIL, 2012, p.67-68).

Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar no PAEFI no âmbito dos serviços ofertados no CREAS é necessário que para cada família/ indivíduo, seja traçado o Plano de Acompanhamento. Nesse instrumento, faz-se necessário o apontamento de objetivos, estratégias e recursos que possam contribuir para o trabalho social, considerando as particularidades e o protagonismo de cada família e indivíduo. Construído gradualmente e de forma participativa ao longo da vinculação e acompanhamento, deve ser continuamente revisto pela equipe. O Plano tem a função de, instrumentalmente, organizar a atuação interdisciplinar no CREAS, delineando, operacional e metodologicamente, o caminho a ser seguido por todos os profissionais, possibilitando o monitoramento e a avaliação dos resultados alcançados com os usuários. Portanto, é fundamental garantir a sua dinamicidade, reformulações e aprimoramento, baseados nas intervenções realizadas, nos resultados alcançados e no processo vivenciado por cada indivíduo ou família (BRASIL, 2011a, p. 69).

Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar no Serviço Especializado para População em Situação de Rua constitui importante instrumento de trabalho e tem a função de organizar a atuação interdisciplinar da equipe[21] e delinear, operacionalmente e metodologicamente, o caminho a ser seguido

[21] No âmbito do Serviço ofertado pelo Centro Pop.

por todos os profissionais, possibilitando o monitoramento e a avaliação dos resultados alcançados. Importante destacar que o Plano de Acompanhamento precisa envolver a participação protagonista dos usuários nesse processo, que deve considerar a realidade de vida e a singularidade de cada sujeito e família acompanhados. Por meio de metodologia participativa, o Plano deve ser construído gradualmente, desde o momento da acolhida inicial, e ser reavaliado continuamente ao longo do acompanhamento no Serviço, considerando o processo de cada família ou indivíduo atendido. É necessário, portanto, que seja flexível, dinâmico e repactuado sempre que necessário (BRASIL, 2011b, p. 83-84).

Plano Individual de Atendimento (PIA) está previsto na Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), que estabelece a obrigatoriedade de sua elaboração na execução das medidas socioeducativas, definindo-o como "instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente". [...] O PIA é um instrumento de planejamento que deve ser pactuado entre o técnico e o adolescente, envolvendo a sua família e as demais políticas setoriais, conforme os objetivos e as metas consensuadas na sua elaboração. Deve ser utilizado como ferramenta para a convergência das ações intersetoriais, estabelecendo objetivos e metas a serem cumpridas pelo adolescente (BRASIL, 2016, p.59).

Plano de Desenvolvimento do Usuário (PDU) é um instrumento técnico de acompanhamento e desenvolvimento do usuário, que corresponde ao planejamento particularizado do acompanhamento de cada usuário a partir de suas demandas, singularidades e dos objetivos a serem alcançados. O PDU estrutura o trabalho social do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio, com cada usuário e sua família. É elaborado a partir do conhecimento de contextos, consensos, combinados, compromisso e responsabilidades assumidas de ambas as partes: Serviço, usuário, cuidador (a) e família - também as redes de apoio existentes no território. No caso de o usuário morar sozinho, é necessário consensuar com ele (a) o envolvimento da família na elaboração do PDU, essa atitude traduz-se em respeito à sua autonomia (BRASIL, 2017b, p. 91).

R

Risco Social de acordo com revisão bibliográfica realizada por meio da oficina de conceitos da SEMAS relaciona-se à possibilidade da ocorrência de um evento na vida de um indivíduo ou de uma família, expressando-se pela suspeita ou por episódios de violência, abandono, negligência, abuso e exploração sexual, situação de rua, trabalho infantil, ato infracional, etc. (BRASIL, 2011a). As situações de vulnerabilidades sociais podem ser agravadas, transformar-se em situação de risco e/ou violação de direitos (BRASIL, 2012).

S

Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) deve ser executado exclusivamente pelos CRAS e consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. O trabalho social do PAIF deve utilizar-se também de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias usuárias do serviço. As ações não devem possuir caráter terapêutico (BRASIL, 2009b, p. 12). As ações que compõem o Trabalho Social com Famílias do PAIF são: acolhida, oficinas com famílias, ações comunitárias, ações particularizadas e encaminhamentos (BRASIL, 2012).

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários**,** de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social (BRASIL, 2009b, p. 16).

Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas O serviço tem por finalidade a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários. Visa a garantia de direitos, o desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social, a equiparação de oportunidades e a participação e o desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência e idosas, a partir de suas necessidades e potencialidades individuais e sociais, prevenindo a situação de risco, a exclusão e o

isolamento. O serviço deve contribuir com a promoção do acesso de pessoas com deficiência e pessoas idosas aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos e a toda rede socioassistencial, aos serviços de outras políticas públicas, entre elas educação, trabalho, saúde, transporte especial e programas de desenvolvimento de acessibilidade, serviços setoriais e de defesa de direitos e programas especializados de habilitação e reabilitação. Desenvolve ações extensivas aos familiares, de apoio, informação, orientação e encaminhamento, com foco na qualidade de vida, exercício da cidadania e inclusão na vida social, sempre ressaltando o caráter preventivo do serviço (BRASIL, 2009b, p. 25).

Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI) Deve ser executado exclusivamente pelos CREAS, sendo um serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social. São usuários do Serviço famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos por ocorrência de: violência física, psicológica e negligência; violência sexual (abuso e/ou exploração sexual); afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção; tráfico de pessoas; situação de rua e mendicância; abandono; vivência de trabalho infantil; discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia; outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações/submissões a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem estar; descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família em decorrência de violação de direitos (BRASIL, 2009b, p. 29).

Serviço Especializado em Abordagem Social Serviço ofertado, de forma continuada e programada, com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. Deverão ser consideradas praças, entroncamento de estradas, fronteiras, espaços públicos onde se realizam atividades laborais, locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus, trens, metrô e outros. O Serviço deve

buscar a resolução de necessidades imediatas e promover a inserção na rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia dos direitos (BRASIL, 2009b, p. 31).

Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) O Serviço tem por finalidade prover a atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Deve contribuir para o acesso a direitos e para a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens. Para a oferta do serviço faz-se necessário a observância da responsabilização face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e normativas específicas para o cumprimento da medida (BRASIL, 2009b, p. 34).

De acordo com o ECA, Art. 117. A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

Parágrafo único. As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho (BRASIL, 1990).

De acordo com o ECA, Art. 118. A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.

§ 1º A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento.

§ 2º A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvidos o orientador, o Ministério Público e o defensor (BRASIL, 1990).

Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua Serviço Executado pelo Centro Pop, é um serviço ofertado para pessoas que utilizam as ruas como espeço de moradia e/ou sobrevivência. Tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na

perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida (BRASIL, 2009b, p. 40).

V

Violação de direitos de acordo com revisão bibliográfica realizada por meio da oficina de conceitos da Semas constitui-se como a transgressão dos direitos fundamentais, compostos pelo direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, garantidos pela Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º. As violações de direitos constituem fenômenos de causas multifatoriais, não podendo ser compreendidas, portanto, apenas como resultantes da desigualdade social e da pobreza. Além disso, podem ser analisadas pela ótica do não acesso às vias de restituição dos direitos violados, ou seja, no não acesso ao exercício pleno da cidadania (ASSIS, FONSECA, FERRO, 2018). De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009) as famílias e indivíduos vivenciam violações de direitos por ocorrência de violências (física, psicológica, negligência e sexual), afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção, tráfico de pessoas, situação de rua, abandono, vivência de trabalho infantil, discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia, outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações/submissões a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem estar, descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família PBF em decorrência de violação de direitos.

Vulnerabilidade social de acordo com revisão bibliográfica realizada por meio da oficina de conceitos da SEMAS, na Política Nacional de Assistência Social frequentemente aparece junto com o termo risco social, não se notando discernimento entre elas e remetendo a uma complementaridade. [...]. Nas Orientações Técnicas sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (2012), evidencia-se a preocupação de explorar o conceito de vulnerabilidade e as relações com o risco. O documento se apoia em autores que reconhecem que o conceito é complexo, sendo a vulnerabilidade uma condição relacionada à inserção e estabilidade no mercado de trabalho, à fragilidade de suas relações sociais e à regularidade e qualidade de acesso aos serviços públicos ou outras modalidades de proteção social. O risco é tido, assim, como decorrente da não prevenção das situações de vulnerabilidade social.

Pode-se dizer que, no campo socioassistencial, há uma descrição ampla sobre o que compõe a vulnerabilidade social, entendida não como um estado, mas como uma condição que pode ser temporária. Dessa maneira, as ações da proteção básica

têm como alvo as situações de vulnerabilidade social, preconizando ações voltadas para a atenção e prevenção a situações de risco (FERNANDES, R. M. C., HELLMANN, A., 2016, p.302).

REFERÊNCIAS

ASSIS, Simone Gonçalves de; FONSECA, Tatiana Maria Araújo da; FERRO, Viviane de Souza**. Proteção social no SUAS a indivíduos e famílias em situação de violência e outras violações de direitos: fortalecimento da rede socioassistencial.** Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília: Gerência Regional de Brasília, 2018.

BASTOS, Alice Beatriz B. Izique. A técnica de grupos-operativos à luz de Pichon-Rivière e Henri Wallon. **Psicologo informacao Psicol inf**. vol.14 n.14 São Paulo out. 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-88092010000100010. Acesso em: 27 maio 2019.

BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. **Referências técnicas para atuação de Psicólogas(os) nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS**. Brasília: CFP, 2013. Disponível em: http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/artes-graficas/arquivos/2013-CREPOPCREAS.pdf. Acesso em: 15 fev. 2019.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, D.F: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 25 ago. 2018.

BRASIL. **Lei Nº 8742, de 07 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre a Organização da Assistência Social LOAS e dá outras providências. Brasília, DF, 1993.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Cadastro Único** [Internet]. Brasília: DF, Ministério da Cidadania, [2019a]. Disponível em: http://www.cidadania.gov.br/servicos/cadastro-unico. Acesso em: 30 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Carta de serviços ao usuário**. [Internet]. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, [2019b]. Disponível em:http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/mds-pra-voce/carta-de-servicos/usuario/assistencia-social/carteira-do-idoso. Acesso em: 03 jan. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social-CRAS**. Brasília, DF, 2009a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Secretaria Nacional de Assistência Social.
Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. Brasília, Distrito Federal, 2016. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/caderno_MSE_0712.pdf. Acesso em: 06 maio 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. Departamento de Proteção Social Básica. **Orientações técnicas: Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas**. Brasília, DF, 2017b. Disponível em:http://www.mds.gov.br/webarquivos/assistencia_social/caderno_PSB_idoso_pcd_1.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS**. Brasília, DF, 2011a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas sobre o PAIF Volume 2 Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF**. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro Pop SUAS e População em Situação de Rua Volume 3.** Brasília, DF, 2011b. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_centro_pop.pdf. Acesso em: 06 maio 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Perguntas Frequentes. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.** Brasília, Distrito Federal, 2017a. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/perguntas_e_respostas/PerguntasFrequentesSCFV_032017.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, Seção I, 16 jul. 1990, Seção I, p. 13563. Disponível em: http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=16/07/1990. Acesso em: 13 dez. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.** Brasília, DF: CONANDA, 2006. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Plano_Defesa_CriancasAdolescentes%20.pdf. Acesso em: 09 dez. 2019.

BRASIL. **Resolução nº 109, de 25 de novembro de 2009.** Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Ministério de Desenvolvimento Social. Brasília, DF, 2009b. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 04 jun. 2018.

BRASIL. Secretaria Nacional da Assistência Social. **Orientações Técnicas sobre Benefícios Eventuais no SUAS**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orienta%C3%A7%C3%B5es%20T%C3%A9cnias%20sobre%20Benef%C3%ADcios%20Eventuais%20no%20SUAS.pdf. Acesso em: 29 abr. 2020.

FERNANDES, Rosa. M. Castilhos, HELLMANN, Aline. (Orgs). **Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/198716. Acesso em: 23 dez. 2019.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. Decreto nº 18.073, de 29 de junho de 2018. Institui a Divisão Geográfica da área do Município de São José do Rio Preto em Regiões e dá outras providências. **DHOJE**, São José do Rio Preto, SP, p.A-7, 30 de jun. de 2018. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/SP/SAO.JOSE.DO.RIO.PRETO/DECRETO-18073-2018-SAO-JOSE-DO-RIO-PRETO-SP.pdf. Acesso em: 29 abr. 2020.

SILVA, Daniela de Andrade da **Crianças e adolescentes em contextos de violências sexuais:** (re) pensando a demanda reprimida do serviço de enfrentamento a violência, ao abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes no município de Palhoça. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: http://tcc.bu.ufsc.br/Ssocial284235.pdf. Acesso em: 06 fev. 2019.

SILVA, Renato Jesus da Silva; GUEDES, Maria do Carmo. A evolução do conceito de grupo em Silvia Lane. **Psic. Rev. São Paulo**, v. 24, n.2, 181-197,

2015, p.184. Disponível em :https://revistas.pucsp.br/psicorevista/article/download/27795/19624. Acesso em: 27 maio 2019.